

**UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CÂMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**AS PERSPECTIVAS E IMPACTOS DAS ATUAIS POLÍTICAS PÚBLICAS DE
EDUCAÇÃO SOBRE AS ESCOLAS FILANTRÓPICAS**

CLARINDA DE CARLI

Frederico Westphalen, dezembro de 2014

CLARINDA DE CARLI

**AS PERSPECTIVAS E IMPACTOS DAS ATUAIS POLÍTICAS PÚBLICAS DE
EDUCAÇÃO SOBRE AS ESCOLAS FILANTRÓPICAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, Câmpus de Frederico Westphalen, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestra em Educação.

**Orientador: Prof. Dr. Cênio Back Weyh
Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Maria
Carvalho Metzler**

Frederico Westphalen, dezembro de 2014.

UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CÂMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

AS PERSPECTIVAS E IMPACTOS DAS ATUAIS POLÍTICAS PÚBLICAS DE
EDUCAÇÃO SOBRE AS ESCOLAS FILANTRÓPICAS

Elaborada por: CLARINDA DE CARLI

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Cênio Back Weyh –URI

Orientador

Prof. Dr. Jaime José Zitkoski - UFRGS

(examinador)

Prof^ª. Dr^ª. Edite Maria Subrack- URI

(Presidente e examinadora)

Frederico Westphalen, dezembro de 2014

AGRADECIMENTO

Realizar o mestrado significou para mim, um grande desafio, mas também o reconhecimento de que sozinha não chegaria a essa conquista. O fruto dessa pesquisa significou uma realização pessoal, por isso compartilho das alegrias do êxito junto com os que me apoiaram na realização de mais essa vitória.

Como gestora e pesquisadora, foi um tempo de muita exigência, pois o mestrado é fruto de muita leitura, pesquisa, aprofundamento, análise, segundo os objetivos propostos. Reconheço, foi um espaço de crescimento, um sonho que desejava concretizar. Essa conquista foi um ponto de chegada, mas também, perspectivas para o futuro. Por isso, expresso meus agradecimentos pela oportunidade.

Sirvo-me do Salmo “nove” para agradecer a Deus pela vida, saúde, trabalho, pessoas amigas, oportunidades de crescimento, de dificuldades, mas também de alegrias, de esperança na disposição em sempre recomeçar.

“Javé, eu te agradeço de todo o coração, presto homenagens por Suas maravilhas! Direi bem alto e de bom som! Estou feliz e agradeço ao Senhor. Sempre celebrarei Seu nome Altíssimo. O Senhor defendeu minha causa e meus direitos”. SL, (9,1-5)

Agradeço à minha família religiosa - Irmãs do Imaculado Coração de Maria pela oportunidade, de modo muito especial às Irmãs do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, pelo apoio, aconselhamento, partilhas, alegrias proporcionadas e superadas no aconchego do lar. O legado mais importante que deixamos para nossos amigos e familiares são as expectativas ao almejar que a pesquisa possa contribuir para o crescimento de outras pessoas.

Agradeço, de coração, aos professores, funcionários, amigos do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora por todo o apoio recebido, pelo aprendizado, disponibilidade encontrada, carinho vivenciado. Vocês foram muito importantes na minha caminhada.

Agradeço, do fundo do meu coração, à minha família de sangue por toda a acolhida, dedicação, por compartilhar de sua amizade, acalento em todas as circunstâncias da vida.

Meus agradecimentos a quem me encorajou em prosseguir, construir e a não desanimar. Ao Professor Dr. Cênio Back Weyh, por sua colaboração, ajuda, competência e paciência relacionada à elaboração da dissertação.

Meus agradecimentos à professora Dr^a. Ana Maria Carvalho Metzler, por sua coparticipação e colaboração, esclarecimentos e inspiração na elaboração da pesquisa.

Agradecimentos à banca, professores, Dr^a. Edite Maria Sudbrack e Dr. Jaime José Zitzoski, pelos desafios e superação, contribuindo, significativamente com essa dissertação.

Por fim, agradeço à coordenação, professores, colegas do programa de Pós-Graduação em Educação, pelo aprendizado e por testemunharem comigo o viver educacional, mantendo acesa a chama da esperança, na possibilidade de uma nova ressignificação da educação.

“Muitas coisas bonitas não podem ser vistas ou tocadas, elas são sentidas dentro do coração”.

O que você fez por mim, é uma delas.

E eu agradeço do fundo do meu coração”.

Obrigada !

Clarinda De Carli

RESUMO

A presente pesquisa tem em seu objetivo desenvolver uma investigação acerca dos impactos das políticas públicas educacionais nas escolas filantrópicas a fim de compreender a complexidade da sustentabilidade econômica, social que envolve as instituições no atual contexto. Justifica-se a presente pesquisa relacionando os desafios vividos pelas escolas filantrópicas no enfrentamento de impostos, leis e exigências que inviabilizam a sua sustentação. Considerando o contexto mercadológico, no atual momento histórico, constatamos que esse crescimento globalizado tem causado impactos à economia, principalmente para o contexto educacional. Um dos parâmetros usados nesse estudo como referencial foi o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, por ser uma instituição confessional e filantrópica pertencente à Sociedade Educação e Caridade e mantida pela mesma. Quanto aos fins, a pesquisa definiu-se como filosófica hermenêutica com enfoques qualitativos e explicativos, caracterizada por situações explícitas, como é o caso da escola filantrópica, pois procura investigar as causas de seus conflitos relacionadas às constantes mudanças nas leis e tributos sofridos pelas instituições confessionais. Quanto aos meios, a pesquisa é bibliográfica, pois procura esclarecer as causas dos conflitos. Os sujeitos da pesquisa, que são as instituições filantrópicas, não tiveram uma amostragem específica, mas a constatação da realidade por meios de fatos, documentos, material já elaborado em livros, artigos científicos que vêm esclarecer os fatores que contribuem ou dificultam a realidade vivida nas escolas confessionais pesquisadas. Partindo da realidade, a pesquisa analisou vários fatores causadores das mudanças, como as políticas públicas, a existência de conflitos vivenciados em relação à exigência das leis, da sustentabilidade econômica e social, envolvendo os aspectos educacionais e filantrópicos. Para entender esse contexto foi preciso aprofundar os efeitos da globalização, sua integração com os países de abrangência e sua influência nas mudanças ocorridas nos últimos anos, sendo veículo de comunicação, conquistando consumidores e empresários nos meios de produção. A constatação final desse estudo é a necessidade de apoiar e fortalecer as escolas filantrópicas com a missão de reivindicar políticas que fortaleçam e reconheçam na escola particular um elo de crescimento para a própria educação.

Palavras-Chave: Escolas Religiosas. Filantropia. Globalização. Políticas públicas

ABSTRACT

This research aims to develop an investigation on the impact of educational policies on philanthropic schools to understand the complexity of economic, social sustainability involving institutions in the current context. The investigative work is justified by the challenges that philanthropic institutions face day-to-day to attend the legal requirements and the viability of their economic sustainability. Considering the marketing context in the current moment it is observed that the process of globalization of the economy has had some impact, primarily for the educational context. In the methodological field, the locus of the research turned to Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, for being a confessional and philanthropic institution owned and maintained by the Sociedade Educação e Caridade. As to the purposes, the research is defined as a philosophical hermeneutics to qualitative and explanatory approach; as to the means, the work is bibliographical, because it seeks to clarify the causes of conflict. The research subjects who are philanthropic institutions, have not had a specific sample, but by the observation of reality through documents, material already prepared in books, scientific articles. The research analyzed factors that cause changes, such as public policies, the existence of current conflicts in relation to the requirement of law, economic and social sustainability that relate to educational issues in philanthropy. To understand the current context we sought to relate to and deepen the effects of globalization, integration with countries of coverage and its influence on the process of managing retained. The final conclusion of this study is the need to support and to strengthen philanthropic schools with the mission of reclaim policies that strengthen and recognize private school as a link for growth to education itself.

Keywords: Education. Globalization. Philanthropic institutions. Public Policies.

ABREVIATURAS

AMENCAR - Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente

BM - Banco Mundial

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior

CNBB – Conselho Nacional dos Bispos do Brasil

CRFB - Constituição da República Federativa do Brasil

CNSA - Colégio Nossa Senhora Auxiliadora

CEBAS - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

CNSS - Conselho Nacional de Serviço Social

C.F - Constituição Federal

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LBA - Legião Brasileira de Assistência Social

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MP - Medida Provisória

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

ONG – Organização Não Governamental

PDRAE - Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado

P.E.ICM - Projeto Educativo – Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria

PNE - Plano Nacional de Educação

REBRAF – Rede Brasileira de Entidades Assistenciais Filantrópicas

SEC – Sociedade Educação e Caridade - Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria - Porto Alegre

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 HISTÓRICO EDUCACIONAL DE CONFSSIONALIDADE CATÓLICA E SUA RELAÇÃO COM A FILANTROPIA	17
2.1 A filantropia no Brasil	18
2.1.1 Políticas de Expansão da Ação Filantrópica.....	22
2.2 As Instituições Mantidas por Ordens e Congregações Religiosas	27
2.2.1 Origem e Missão das Irmãs do Imaculado Coração de Maria no Brasil.....	28
2.2.2 Instituições Religiosas em Solo Brasileiro	30
2.2.3 Início da Educação Particular Filantrópica em Frederico Westphalen.....	34
2.3 Do surgimento e do Desenvolvimento da Cultura da Filantropia	38
3 A FILANTROPIA NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO	44
3.1 Instituições filantrópicas e Globalização	44
3.2 Globalização como um Movimento/Processo de Reconfiguração das Relações Sociais e Institucionais	57
3.2.1 Reflexos da Globalização para as Instituições Filantrópicas.....	58
3.3 Filantropia no Contexto da Nova Ordem Social	62
3.3.1 Responsabilidade Social Filantrópica	65
4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL E SEUS IMPACTOS PARA A ESCOLA FILANTRÓPICA	71
4.1 Conceituando Políticas Públicas	71
4.1.1 Políticas Públicas e Desafios para as Instituições Filantrópicas.....	73
4.2 Banco Mundial e suas Interferências na Educação	80
4.3 Perspectivas para as Instituições Mantidas no Contexto Atual	86
4.4 Políticas públicas: uma nova abordagem do conceito de filantropia	85
4.5 Impactos das Políticas Públicas para as Escolas Mantidas por Ordens e Congregações	93
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS	112

1 INTRODUÇÃO

A proposição deste estudo relacionou as atuais políticas públicas da educação, práticas de gestão de instituições filantrópicas com o objetivo principal de explicitar as repercussões dessas políticas para as instituições mantidas, num contexto globalizado. Compreender a complexidade e os impactos da legislação atual quanto à sustentabilidade econômica e social era o desafio da presente investigação.

Nesse contexto, o caminho investigativo buscou aprofundar estudos sobre as leis educacionais, os conflitos decorrentes da aplicação das atuais políticas públicas em relação às instituições / escolas filantrópicas, bem como analisar as mudanças ocorridas nos últimos anos e suas consequências numa realidade de mundo globalizado.

Muitas são as situações de conflito de interesses que as instituições mantidas apresentam na prática do gerenciamento das atuais políticas públicas por optarem em ser filantrópicas. Desenvolver uma reflexão crítica sobre esses espaços como um caminho para sanar as dificuldades vividas, os problemas enfrentados, em relação aos direitos e deveres das instituições particulares na participação dos benefícios públicos, levando em conta as exigências relacionadas ao crescimento da qualidade educacional, representou um esforço e desafio significativo para a pesquisadora.

Inicialmente, cabe destacar que vivemos num mundo globalizado no qual as relações interpessoais e interinstitucionais são afetadas pelas leis de mercado. Se de um lado este processo trouxe facilidades, especialmente em relação ao acesso fácil e rápido às informações e bens, conforme Dutra (2006), por outro, exigiu e continua requerendo novos posicionamentos das empresas, das instituições e dos sujeitos que participam dessa organização da sociedade atual.

Globalização é um processo econômico e social que estabelece uma integração entre os países e com as pessoas do mundo todo. Através deste processo, os governos e as empresas trocam opiniões, realizam transações financeiras e comerciais e espalham aspectos culturais pelos quatro cantos do planeta. O processo de globalização perpassa as mais diversas áreas da vida social e comercial, alterando a maneira anterior de comunicação para novos modelos, proporcionando e consolidando referenciais internacionais.

O mercado busca conquistar novos consumidores, através de empresas multinacionais; a concorrência faz com que os recursos tecnológicos ganhem forças para contatos comerciais e barateamento de preços de forma rápida e eficiente. Nesse contexto, concretiza-se a internet, computadores em redes e comunicação via satélite. Outros aspectos estão ligados à produção da mão de obra com menor custo para a matéria-prima ser lançada no mercado com um custo elevado.

Quais as repercussões dessas mudanças para as escolas instituições de caráter filantrópico no contexto atual? De que forma as instituições têm acompanhado as transformações decorrentes da legislação? Quais são os principais conflitos que as mantidas destacam no processo de gestão das instituições? Como manter uma instituição filantrópica competitiva e qualificada, aberta à sociedade, conectada com a modernidade e com novos saberes, considerando a atual legislação que rege as mantenedoras filantrópicas? Entre outras, estas são algumas das perguntas que a pesquisadora tentou responder neste trabalho.

O atual contexto de mundo globalizado repercute os conflitos nas escolas filantrópicas quando se trata da aplicação da legislação vigente, das implicações com as normas legais, que se refletem na sustentabilidade financeira da instituição, especialmente em se tratando da exigência ao elevado número de alunos beneficiados com bolsa de estudos em relação à filantropia, comprometendo a manutenção da escola.

A missão da escola confessional católica fundamenta-se nos valores do Evangelho, nos conhecimentos científicos, como também, na vivência das relações humanas capazes de formar cidadãos comprometidos. Estas e outras questões referentes à manutenção da escola, necessita de investimentos que possibilitem equilibrar gastos, como também a necessidade de desenvolver políticas de apoio às escolas católicas pelo seu trabalho prestado à comunidade.

No processo da investigação, enquanto pesquisadora, o interesse partiu da premissa de investigar as perspectivas e impactos das atuais políticas públicas de educação relacionadas às entidades mantidas de caráter filantrópico, uma vez que a mesma atua como gestora de uma instituição filantrópica. Nos últimos anos, esse tema relacionado à filantropia e sustentabilidade das instituições tem sido debatido cada vez mais, embora haja poucas referências escritas que pudessem alcançar novas pesquisas. Nas poucas referências encontradas, o que mais se destaca está relacionado à filantropia empresarial, Estado, mercado e Organizações Não Governamentais (ONGs), “terceiro setor”.

Dessa forma, a pesquisa buscou aprofundar e analisar as atuais políticas públicas de educação e os impactos sobre as escolas filantrópicas, retomando, brevemente, a sua

evolução histórica, definindo sua importância no desenvolvimento comercial e educacional, espaço de unidade básica na realização dos objetivos propostos. O objeto desta investigação foi aprofundar os conhecimentos referentes ao tema proposto, a partir da experiência vivida na educação, tendo como contexto as Instituições Confessionais e Filantrópicas. O problema da pesquisa vem colaborar para identificar os desafios encontrados nessas instituições filantrópicas privadas que têm como filosofia ser instituição de referência na defesa e promoção da vida.

No campo metodológico, a pesquisa tem caráter bibliográfico com enfoque hermenêutico, está relacionada com o desenvolvimento histórico da educação brasileira, seu crescimento, regulamentação das leis no processo de desenvolvimento econômico e sua formação educacional e cultural trazida, inicialmente, pelas escolas confessionais no início da colonização brasileira.

Desta forma, a partir de um estudo bibliográfico e documental, foi realizado um resgate histórico do início da colonização no Brasil em relação às políticas educacionais que afetam as instituições mantidas.

Para Gil (2002, p.46), a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, jornais, artigos científicos, páginas de web, sites entre outros. Para Fonseca (2002), qualquer trabalho científico se inicia com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam, unicamente, em referências bibliográficas.

O levantamento bibliográfico é de suma importância para a complexidade do assunto e o nível de conhecimento a ser estudado. A experiência, porém, demonstra que é muito importante esclarecer acerca dos principais conceitos que envolvem o tema da pesquisa, procurando um contato com trabalhos de natureza teórica proporcionar explicações a respeito de pesquisas recentes que abordaram o assunto.

Quanto aos fins, a pesquisa é filosófica hermenêutica, com enfoque qualitativo e explicativo, caracterizada por situações que exemplificam as situações vivenciadas pelas instituições filantrópicas confessionais. Dessa forma, o sujeito da pesquisa não terá uma amostragem específica, mas a constatação por meio dos fatos e análise da realidade. Quanto aos meios, a pesquisa é bibliográfica, tem como principal objetivo, esclarecer fatores que contribuem ou dificultam determinado fenômeno.

Com a análise do conteúdo da pesquisa, pretende-se chegar às respostas das questões e objetivo da investigação. Desta maneira, ao abordar a educação confessional católica no

início da colonização do Brasil, far-se-á uma retrospectiva histórica da educação brasileira, situando o tema em estudo até o momento atual e, mais especificamente em relação à realidade das Instituições filantrópicas.

Os fundamentos teóricos que sustentam essa pesquisa estão embasados em autores e legislações que fundamentam, caracterizam os fatos de forma interpretativa, vinculando as exigências no contexto atual vivido pelas escolas filantrópicas. Entre os autores e obras que mais contribuíram para este trabalho destacam-se: Escorsim, A filantropia no Brasil: entre a caridade e a política de assistência social; Moura, A educação Católica no Brasil; Ceroni, Mary, Filantropia, ética e gestão nas ONGs; Alves, Sistema católico de Educação e Ensino no Brasil: uma nova perspectiva organizacional e de gestão educacional; Shiroma, Política Educacional; Projeto Educativo – Irmãs do Imaculado Coração de Maria.

Após a parte introdutória, apresentar-se-á um breve histórico, tendo como fio condutor a educação colonial e políticas públicas educacionais, vistas como diretrizes que regulamentam as ações do governo. Têm como finalidade organizar questões referentes à própria sociedade englobando saúde, segurança, educação e o bem estar da população.

O termo política refere-se ao conjunto de interações que definem estratégias entre os atores para melhorar seu rendimento e alcançar certos objetivos. Nesse caso, as políticas públicas são entendidas como um conjunto de procedimentos que expressam relações de poder.

Desta forma, as políticas públicas são ações empreendidas ou não pelo governo que deveriam estabelecer metas de oferecer justiça e integridade no convívio social, a fim de dar condições para que todos possam atingir melhores condições de vida, reduzindo a desigualdade social.

Nesse contexto, fazendo uma análise histórica das políticas públicas e sua influência na educação brasileira, mais especificamente em relação às escolas filantrópicas, reportamo-nos para o início da colonização brasileira, época da vinda dos portugueses e dos Jesuítas ao Brasil. Neste período, teve início a educação formal, em que foi exercido o monopólio do ensino.

A primeira fase da educação Jesuítica foi marcada pelo plano de instrução. Iniciava-se com os portugueses e indígenas o aprendizado da língua, da instrução, como também a doutrina cristã. O plano era de caráter universalista e elitista para os filhos dos colonos, excluindo os indígenas dos colégios que focavam a formação para a elite colonial.

Em 1549, a iniciativa privada solidificou a educação no Brasil, trazendo crescimento e desenvolvimento na formação do povo brasileiro, considerando como um dos grandes desafios das primeiras escolas confessionais.

Segundo Saviani (2007, p.39), “a colonização do Brasil contou com a contribuição imprescindível das ordens religiosas e pode-se considerar que os primeiros evangelizadores do Brasil foram os Franciscanos”.

Nesse aspecto, a educação brasileira busca compreender a realidade do ponto de vista social, político, econômico e religioso, relação entre o modelo político, Estado e Igreja. Ao longo da Primeira República os movimentos operários marcaram presença na sociedade em defesa do ensino popular, gratuito, laico e técnico-profissional, porém não tinham uma concepção pedagógica que orientasse o ensino. Havia crítica ao Modelo Jesuítico, mas não tinham estrutura para oferecer algo melhor e que pudesse dar consistência ou embasamento ao novo modelo.

Esse período teve seus impactos caracterizados por fatos que mudaram o rumo da história brasileira, como a expulsão dos Jesuítas, que ocorreu porque havia interesses políticos, intenção de transformar Portugal numa metrópole capitalista, assim como outros países europeus já capitalizados. Os Jesuítas passaram a ser uma ameaça à supremacia monárquica da época, pois defendiam seu espaço enquanto evangelizadores. Esse motivo possibilitou o surgimento do ensino público que no início foi precário, não tinha condições mínimas de oferecer uma metodologia adequada e, tampouco, uma preparação aos professores.

As escolas filantrópicas foram protagonistas de inúmeras iniciativas, como também do embasamento teórico e pedagógico dos gestores e professores; oportunizam grandes contribuições na formação do povo, bem como no desenvolvimento de nosso país.

Berkenbrock (2010, p.2.) considera e afirma que: “a história de nosso país e do povo, seria sumamente mais pobre, sem a influência e qualidade do ensino confessional católico e seu caráter assistencial”.

O ensino público teve sua parcela de contribuição, embora com algumas incompatibilidades, como ausência de recursos para organizar o ensino secundário, público e gratuito, possibilitando ao ensino particular, financiado pelo país, assumir tal função.

Para Alves (2009 p.73), “O ensino do país dividia-se em: 1º) Ensino público primário e gratuito, em estado de abandono; 2º) Ensino secundário, privado e pago, mantido pelas famílias, dotadas de recursos, objetivando prosseguir no ensino superior.”

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 21/12/1961, a Lei 4.024 (LDB) dá maior autonomia às escolas para sua organização. O ensino privado passa a ser desafiado pelo ensino público que foi se desenvolvendo gradativamente.

Em ambos os casos os setores populares sentiam-se desprovidos do auxílio do Estado, que tinha a responsabilidade de subsidiar a educação. Constata-se grande crescimento das escolas e de universidades no ensino superior, oportunizando aos filhos o acesso a trabalhos habilitados, preenchendo as vagas que exigiam maior capacitação. Outro aspecto é o fato de que a escola oferecia maiores perspectivas de futuro e de cultura enriquecida dos valores inerentes às relações de trabalho.

Nesse sentido, a legislação foi sendo aperfeiçoada, regularizando as instituições filantrópicas, dando maior suporte, com a finalidade de salvaguardar as conquistas realizadas no crescimento do país.

Desta forma, as escolas filantrópicas, com frequência, enfrentam mudanças nas leis pelas quais são forçadas a adequarem-se às normas para não perderem o benefício, estas medidas quase sempre vêm em defasagem dificultando sua manutenção. Fica claro, pelas políticas governamentais, que as leis estabelecidas trazem poucos benefícios ao ensino particular.

Para analisar essas questões, organizou-se a pesquisa em quatro capítulos. Na parte inicial (introdução), retomou-se a educação no período colonial, onde se situam as influências das primeiras congregações fixando residência, trazendo sua tradição educacional para o Brasil, mudança de local rumo à América; surgimento da filantropia e suas influências no campo da política e da economia. Para Matos (2012, p.2), a filantropia constitui-se atividade social que se propõe a assegurar, por meio da coerção física, a segurança interna e externa.

Desta forma, situam-se as leis que regulam uma instituição filantrópica, como funciona e quais são as características, exigência e desafios evidenciados pelas políticas públicas em relação ao mercado. Investigam-se, também, os impactos das leis e políticas econômicas que norteiam as escolas filantrópicas confessionais, juntamente com os desafios da sustentabilidade financeira frente ao contexto de mercado no atual momento histórico.

A filantropia nasceu com as instituições educacionais filantrópicas que eram realizadas a partir da prática de caridade com os mais pobres e conforme carisma e constituições dos institutos. Durante um longo período histórico, a Igreja Católica alicerçou as condutas morais de seus seguidores baseada na caridade e amor ao próximo, embora num contexto europeu.

No capítulo dois, abordou-se a formação das instituições religiosas, origem, sustentabilidade financeira das escolas filantrópicas, avaliando sua influência na sociedade globalizada e suas consequências para a educação. O crescimento das instituições no Brasil, missão e organização nos diversos campos nas pastorais sociais e educacionais, relacionadas à educação de crianças e órfãs abandonadas, na assistência aos doentes, sua colaboração no auxílio aos doentes e outras formas de ajuda.

Os religiosos que chegavam ao Brasil eram imbuídos de autoridade moral, condição de respeito em relação à população local, foram considerados testemunhas pela vida de oração, maneira essa de manter a estabilidade social .

As reflexões referentes à sustentabilidade financeira são um dos suportes para manter viva a escola e, ao mesmo tempo, sustentar a filantropia ligada a projetos sociais, viabilizando a integração com toda a sociedade. Sustentar-se, significa que a escola precisa cumprir com seus deveres em relação ao pagamento de seus colaboradores, necessidade de repor os gastos com a manutenção e depreciação do patrimônio, e, ainda, destinar 15% das entradas para investimento em aprimoramento, inovação e qualidade na escola. Dessa forma, a receita evidencia o valor da venda líquida de bens e serviços oriundos das atividades escolares, subtraindo a receita bruta, ou seja, o seu faturamento. Para isso, é considerada a base para análise dos lucros ou prejuízos efetivamente realizada pela empresa no período. A sustentabilidade está relacionada à subsistência de toda a pessoa que deseja viver com dignidade.

No terceiro capítulo, procurou-se situar as causas, os impactos causados à educação das escolas filantrópicas, à sociedade de modo geral, suas consequências, ou seja, na força de trabalho, nas leis e na forma de conduzir o processo, aspectos que dificultam o crescimento e o desenvolvimento das estruturas. Esses motivos causam impactos sobre o comando de um governo global capitalista, evidenciando que por ele somos induzidos a acreditar nas mudanças estruturais que se transformarão pela luta de classe.

Para Mézáros (2014, p.12), a sociedade só se transforma pela luta de classe. Limitar, portanto, a mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação qualitativa. Por isso, é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente.

No quarto capítulo, são abordados alguns conceitos relacionados às políticas públicas e sua relação com a educação, impactos com a filantropia. Estratégia de sustentabilidade,

como planejar para se manter no mercado e assuntos referente a soluções específicas de como manejar os assuntos políticos.

As considerações finais demonstraram que os objetivos da pesquisa apontaram para os avanços, reestruturações e intervenções que venham colaborar para as escolas filantrópicas de qualidade.

2 HISTÓRICO EDUCACIONAL DE CONFSSIONALIDADE CATÓLICA E SUA RELAÇÃO COM A FILANTROPIA

Ao investigar os principais impactos das políticas públicas nas escolas filantrópicas pretende-se, neste capítulo, abordar os aspectos históricos da filantropia no Brasil através da sua relação com as instituições educacionais mantidas por Entidades, Ordens, Congregações e Instituições ecumênicas.

Toda e qualquer escola privada, de qualquer grau, é obrigada a ter uma instituição mantenedora. Através dos arts.19 e 20, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei 9.394/96), as instituições de ensino classificadas como privadas, sem finalidade lucrativa, apresentam dentre suas características, a Confessionalidade e a filantropia. Isso quer dizer que as escolas são mantidas por grupos de pessoas físicas ou uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a uma orientação confessional e/ou praticam a filantropia.

Analisando os artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), verifica-se que as escolas são caracterizadas de acordo com a natureza administrativa de suas mantenedoras que, neste caso, são entidades de Confessionalidade católica que praticam a filantropia. Segundo Barroso e Fernandes,

Há que se ressaltar que os limites entre o mantenedor e a entidade mantida são muito fluidos, quase pueris. Numa análise rasa, costuma-se justificar que enquanto a primeira se encarrega dos aspectos organizacionais, societários e financeiros, a segunda limita-se às atividades acadêmico-pedagógicas. Tal distinção, contudo, é meramente teórica; na prática estas funções terminam se desenvolvendo na mantida que se reveste do *animus* de mantenedora, inclusive no que se refere à superposição de dirigentes (...). Aliás, o próprio Governo costuma ignorar estas distinções, pois muitas vezes estabelece obrigações, além do campo pedagógico, a serem cumpridas pela mantida (BARROSO & FERNANDES, 2007, p.4).

Diante dessas considerações, ao tratar-se da história da filantropia no Brasil e de suas relações com as instituições de Confessionalidade católica, consideram-se os limites jurídicos entre mantenedoras e as mantidas, sua integração e dificuldades vividas no processo educacional.

2.1 A filantropia no Brasil

No início do período colonial, a filantropia não era lei no Brasil, sendo exercida como prática de caridade e da necessidade de ajudar os mais fracos e excluídos, desempenhada pela solidariedade de pessoas religiosas e de voluntários, no sentido de amparar aos desprovidos da sociedade.

Dependiam de iniciativas voluntárias e isoladas de auxílio aos pobres e desvalidos da “sorte”. Estas iniciativas partiam das instituições religiosas que, sob o prisma da herança moral cristã, dispensavam seus cuidados, oferecendo abrigos, roupas e alimentos, em especial às crianças abandonadas, aos velhos e doentes em geral. É mais do que reconhecido o papel de organizações como as Santas Casas de Misericórdia no país como também atividades desenvolvidas por várias ordens religiosas (ESCORSIM, 2008, p.2).

No Brasil, a filantropia esteve associada à Igreja Católica que, no período colonial, quando sociedades católicas leigas e pequenas comunidades fundaram associações de pessoas. O objetivo era colaborar e auxiliar nos hospitais, orfanatos e asilos, patrocinados por fundos patrimoniais e doações de pessoas abastadas ou até de promoções realizadas pelas damas da caridade.

Segundo Stephen Kanitz, editor da *Revista Veja*, a primeira entidade no país criada com o objetivo de atender aos doentes desamparados e que não tinham assistência à saúde, foi a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, instalada na Capitania de São Vicente.

“Mais tarde, em 1560, a entidade inaugurou em São Paulo uma pequena enfermaria e albergue em que com o passar dos anos foram se espalhando pelo território nacional. ‘Os Frades Menores da Ordem Franciscana, cujo o Mosteiro - São Bento, tinham como finalidade ajudar os mais necessitados, fornecendo refeições aos pobres, órfãos, enfermos, alienados e delinquentes, prestando-lhes, além de ajuda material, apoio espiritual e abrigo’. Estas entidades entre outras: beneditinos, franciscanos e carmelitas, assim como a Santa Casa, foram exemplos expressivos da ação social das ordens religiosas, predominantes no atendimento do gênero na época (REVISTA VEJA, DEZEMBRO 2001).

A filantropia caritativa vigorou até 1889, caracterizada por ações de voluntários, congregações e ordens religiosas, ao longo do século no Brasil.

Há um momento histórico de extrema importância, já que a filantropia está associada às ordens e congregações religiosas. É a laicização do Estado (separação entre Estado e Igreja). Neste momento, a Igreja se reestrutura-se e, para fazer frente à laicização do sistema público de ensino, incentivava a migração de Ordens e Congregações Católicas no Brasil. Estas investiram tanto na educação quanto em instituições assistenciais. Esses aspectos são

de fundamental importância para a filantropia, visto que o ensino estava ligado ao clero, às igrejas, à existência de escolas paroquiais, possibilitavam ensinar as crianças das famílias mais abastadas como também aos filhos dos colonos, quando a educação era paga pelos mais abastados e gratuitas para os filhos dos camponeses. As Escolas Paroquiais tiveram sua importância histórica até os anos 1930, visto serem uma instituição que alfabetizou os educandos das classes mais pobres, com o ensino gratuito.

No Brasil, as instituições religiosas passaram a suprir as necessidades no campo da evangelização na catequese, da educação, saúde, trazendo suas práticas (europeias) principalmente na educação e, conseqüentemente, aplicadas na implantação das primeiras escolas. Apenas a partir do Concílio Vaticano II é que se inicia um trabalho no campo da inserção em meios populares.

As instituições sociais e assistenciais, a partir da década de 1930, foram pioneiras na definição da ordem social do Estado, tornando-se instrumento de controle social e político dos setores dominados pelo sistema previdenciário brasileiro, oportunizando aos trabalhadores e cidadãos comuns, melhor atendimento e manutenção do sistema de produção, tais como a assistência médica e sanitária ao trabalhador e à gestante, registrando, assim, novas iniciativas governamentais no campo das políticas sociais.

As ações filantrópicas foram se fortalecendo com as causas sociais, embora as condições da classe trabalhadora fossem precárias, começa o aparecimento das doenças e moléstias. Para fazer frente a esses problemas surge a medicina social com o intuito de prevenir doenças contagiosas, pois os governos não conseguiam conter a onda de imigração, que vinha para o país.

Com os migrantes, vieram também as sociedades assistenciais de saúde, médicos e enfermeiras, ainda que poucas. Surgiram também muitas instituições mantidas por ordens religiosas e de diferentes credos que com o crescimento da modernidade foram se moldando aos novos tempos tornando suas práticas assistencialistas a fim de desenvolver ações voltadas para programas educacionais, formação de mão de obra, desenvolvimento comunitário e geração de renda. O objetivo ainda hoje é o mesmo. Mas a filantropia tornou-se mais dinâmica e eficiente (REVISTA VEJA, DEZEMBRO 2001).

Para Mafra (2008, p.16), o Estado esforçava-se em regulamentar a filantropia no sentido de ajudar a sociedade civil composta de trabalhadores, sem carteira assinada, desempregados e trabalhadores informais. Surge então, a primeira separação, entre o que era filantrópico e o que era direito social: as leis trabalhistas consolidando a lei do trabalho.

Nessa atitude, o estado procurava incentivar as instituições privadas para que assumissem parte do atendimento aos necessitados e emergenciais da população. Só no Estado Novo, com o presidente Getúlio Vargas, foi criado, em 1938, o Conselho Nacional de Serviço Social, com o objetivo de centralizar e organizar as obras de assistência social pública e privada, sendo legitimada como de assistência social, utilizando-se dos organismos de interesse político e, desta forma, recebendo verbas e subsídios públicos. Foi o primeiro espaço institucional dentro do governo na esfera do amparo social. Há mais de um século a assistência é vista como uma forma de ajuda aos que precisam.

Inicia-se então, os primeiros passos no incentivo ao voluntariado, em 1950, surgimento dos movimentos sociais, trazendo consigo a luta pelos direitos do cidadão.

A partir das mudanças do regime militar no ano de 1964, em consequência da ditadura militar, os recursos passam a ser reduzidos no auxílio às instituições que prestavam ajuda aos pobres. Apesar do crescimento econômico, as classes trabalhadoras seguiam no processo de empobrecimento.

Para Pereira (2007, p.35), em 1970, as instituições influenciadas pela política desenvolvimentista, burocrática e modernizada, e que tinha como objetivo um maior controle da sociedade, propiciou um fortalecimento das instituições.

Nesse sentido, a assistência social veio dar um novo olhar ao trabalho social amparado por lei, garantindo assim, os direitos da população de forma organizada e planejada contra o paternalismo.

A partir de 1979, inicia-se a crise desencadeada por conflitos entre os produtores de petróleo que exploravam aumentando o produto, inflacionando a economia. Houve uma desvalorização da moeda (o cruzeiro), encarecendo todos os produtos importados e/ou dependentes de importações. Esses fatores contribuíram para o aumento da inflação que, na década de 1980, havia passado dos 100% ao ano. Essa fase ficou conhecida por muitos conflitos, greves, desequilíbrios internos e externos. O país passou por uma grave recessão, queda nos investimentos, as pessoas que recorriam aos empréstimos bancários perderam suas economias, propriedades e seus créditos, sendo que muitos trabalhadores urbanos e rurais ficaram desempregados e endividados.

Com o crescimento do processo produtivo aumentaram a miséria, os níveis de marginalização, a mortalidade infantil e a desnutrição, sendo que as instituições sociais e educacionais voltaram a ser importantes no sentido de se engajarem em programas, atendendo às exigências da filantropia e às necessidades da população carente.

Na década de 80, a filantropia expandiu-se, significativamente, ampliando os espaços de atuação, conforme as demandas sociais, pois, nesse período, os recursos foram diminuído, principalmente de órgãos internacionais como AMENCAR, que mantinha convênios com instituições filantrópicas e de ajuda aos carentes. Esse órgão mantinha o sistema de padrinhos, normalmente ligados à Alemanha onde as famílias carentes eram “adotadas” financeiramente por padrinhos, cujos alunos frequentavam as instituições sociais no Brasil. Normalmente, eram fornecidas informações do aluno para que recebesse auxílio financeiro e pudesse ter atendidas suas necessidades básicas.

No período de 1985, a filantropia no Brasil experimentou um desenvolvimento extraordinário desde o fim da ditadura militar, surgimento de novos agentes sociais, inclusive indivíduos que aos poucos foram se fortalecendo com a economia do país. Com o desenvolvimento, essas pessoas começaram a se engajar em áreas da assistência social fortalecendo os grupos existentes (CANDACE & LESSA, 2006, p.2).

Com o surgimento dos movimentos sociais, há uma necessidade de engajamento da própria sociedade no sentido de ser elo de colaboração, seja na organização em espaços social e caritativo, seja nos aspectos econômico e político, foram se fortalecendo dando novo enfoque à filantropia. No período de 1988, tempo este atribuído à Constituição Federal, a Assistência Social passa a ser direito do cidadão.

A assistência social passa a vigorar com amparo legal aos mais desprovidos da sociedade, inscrita na CF/88, pelos artigos 203 e 204 de 1988. O Poder Público pratica o que é determinado pela lei, em relação aos que estão em situação de indigência ou, de alguma forma, desamparados. Dessa forma, a Assistência Social e Filantropia, tornaram-se leis amparadas e regularizadas para que a desigualdade social possa ser amenizada pelo trabalho de instituições públicas ou privadas e não fiquem na ação caritativa, mas participando de programas sociais, colaborando com as emergências dos mais pobres da sociedade.

Segundo Escorsim (2008, p.3), a LBA - Legião Brasileira de Assistência, órgão assistencial público, criado em 1942, está sob forte influência das damas da caridade com aspecto na assistência social com enfoque na moral privada, numa lógica conservadora da assistência social em sua versão filantrópica.

A LBA foi extinta através do art. 19, inciso I, da Medida Provisória nº 813, de 1º de janeiro de (1995), publicada no primeiro dia em que Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) assumiu a Presidência da República. A LBA estava vinculada ao Ministério do Bem-

Estar do Menor. Ao ser extinta foi substituída pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS).

Através da Medida Provisória foram abolidas as seguintes funções:

Fundações Legião Brasileira de Assistência (LBA) e Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA), vinculadas ao Ministério do Bem-Estar Social; e da Integração Regional; o Conselho Superior de Defesa da Liberdade de Criação e Expressão; as Secretarias de Polícia Federal; de Trânsito; de Projetos Especiais, no Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (BRASIL, M.P. LEI, 813 DE 1º/01/95).

Por essa razão as instituições obrigaram-se a organizar, de forma distinta, a sociedade civil, formando um conjunto heterogêneo de causas específicas nos campos sociais, político e econômico.

2.1.1 Políticas de Expansão da Ação Filantrópica

Em meados dos anos 1990, assume a Presidência da República, Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Em seu governo é realizado o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), com qual procuram readequar as funções do Estado por meio da implantação de modelos organizacionais e institucionais baseados na cultura gerencial. O PDRAE está baseado em três princípios norteadores: desregulação do Estado, privatização e abertura comercial.

As privatizações de instituições públicas, segundo os agentes governamentais, servem para abater a dívida interna do Estado além de reduzir seu papel de executor ou prestador de serviços, mantendo apenas, a função de regulador e coordenador e, a abertura comercial para aumentar as disputas no campo empresarial pressionando as empresas nacionais a tornarem-se competitivas para suportar a concorrência externa sem apoio estatal (METZLER, 2011, p. 94).

Para reduzir o papel do Estado, além da privatização de instituições públicas, o governo transfere para a sociedade civil serviços até então prestados por ele. No caso dos setores sociais, voltados para o atendimento de demandas sociais e considerados como atividades não exclusivas do Estado, propõe sua execução por meio de organizações sociais e não governamentais com financiamento público. (Santana, 2002, p.03).

No ano de 1996, a LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) começou a ser implantada a partir da concessão de benefícios para diferentes seguimentos, como: os idosos, portadores de deficiência, crianças e adolescentes. Também neste período, foi implementado

o processo de descentralização, iniciado a partir dos estados e municípios, atribuindo a eles a responsabilidade das ações (LAMONATO, 1998, p.36).

Associados à prática da caridade e da solidariedade, surgem novos grupos de voluntários, associações de religiosos ou leigos que, solidarizando-se com os mais pobres e desvalidos da sociedade, promovem ações que visam a atender às suas necessidades. Essa iniciativa, normalmente parte das instituições religiosas pela vivência do carisma a que professavam. Várias destas instituições se dedicavam na acolhida às crianças órfãs e aos idosos, fornecendo alimentos, roupas e abrigo. As associações têm por missão a educação e integração para viver em sociedade. Tal atitude introduziu a prática assistencialista no Brasil que, de alguma forma, continua até hoje através de projetos comunitários e sociais voltados para o atendimento aos pobres e excluídos da sociedade.

Em 1998, foi criada a associação das Entidades Assistenciais Filantrópicas (REBRAF), na qual dezenas de entidades assistenciais se reuniram para estudos e planejamentos, e optaram por constituir uma rede de ajuda, oportunizando estudo e esclarecimento das questões sociais. O grupo tem por objetivo a inclusão, o bem comum, a organização da sociedade civil e o empenho ao cumprimento dos deveres e exigência da Lei.

Outros organismos e instituições foram criados e, ao longo da história, vêm se fortalecendo no sentido colaborativo, assistencial e filantrópico, como as Organizações Não Governamentais – ONGs - que têm como objetivo a promoção dos direitos humanos, sociais e econômicos, através de programas, projetos que favoreçam aos mais desfavorecidos da sociedade. As ONGS atuam como colaboradoras do Estado, pois prestam serviços que, até início dos anos 1990, eram de sua competência. Além do financiamento fornecido pelo Estado, sobrevivem de doações voluntárias de pessoas físicas ou jurídicas, como associações, fundações, entre outros.

A ativa participação das entidades sem fins lucrativos é datada do século XIX, processo de formação e consolidação das organizações não governamentais (ONGS), que surgiram na década de 70 e 80, época marcada por restrições políticas-partidárias impostas pelos governos militares (RELATÓRIO DA GESET. 2001, p.6).

Apesar de restrições partidárias as leis foram se consolidando e fundamentando no amparo à família de modo que fosse protegida, principalmente para as classes mais desprovidas da sociedade.

Dessa maneira: O Art. 1º A concessão ou renovação do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, de que trata o

inciso IV do art. 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, obedecerá ao disposto no art.2: “proteger a família, a maternidade, a infância, adolescência e a velhice.” Este compromisso das instituições religiosas e sociais com os mais desprovidos da sociedade oportunizava devolver a dignidade das pessoas no seu meio social. Dessa forma, a própria comunidade desenvolve o seu papel social com os mais empobrecidos, oportunizando condições de dignidade.

A legislação vigorou até março de 1999, na qual faziam parte as instituições jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, como sindicatos, associações, instituições religiosas, hospitalares privadas não gratuitas, escolas privadas dedicadas ao ensino formal, gratuitas ou não e respectivas mantenedoras, além de organizações sociais e cooperativas e as fundações públicas.

A lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, em seu art. 3º, institui que as Organizações, somente serão conferidas às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham, ao menos uma das seguintes finalidades:

De promover: da assistência social; - da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; - da educação gratuita, da educação da saúde; Na defesa, preservação e conservação do meio ambiente - do voluntariado e desenvolvimento econômico e social no combate à pobreza; da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais - estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo (BRASIL, LEI, 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999).

Dessa forma, na década de 1990, o mercado, através do setor empresarial, passa a estabelecer novas parcerias, angariando fontes de recursos para as Instituições que atuavam no setor. Em 1999, criou-se a figura da “organização da Sociedade Civil de Interesse Público” (OSCIP), diferenciando-se das instituições de caráter privado.

O esvaziamento que as políticas sociais e assistenciais deixaram ao longo desse período histórico foi sendo assumido, de alguma forma, pela sociedade civil e para o terceiro setor ou, ainda, para as instituições educacionais e de assistência social e filantrópicas da sociedade que, de forma gratuita, prestaram este serviço aos menos favorecidos.

Na medida em que amplos setores da população ficaram descobertos pela assistência estatal – precária, focalizada e descentralizada, ou seja, ausente em certos municípios e regiões e sem cobertura para significativos grupos populacionais – e também não terão condições de acesso aos serviços privados (caros), transfere-se à órbita da “sociedade civil” a iniciativa de assisti-la mediante práticas voluntárias, filantrópicas e caritativas, de ajuda mútua ou auto-ajuda. É neste espaço que surgirá o “terceiro setor”, atendendo a população “excluída” ou parcialmente “integrada”. Isto se constitui como “uma luva” na mão do projeto neoliberal (MONTAÑO, 1999, p.3).

Desta forma, as empresas privadas e setores educacionais e filantrópicos foram assumindo esses serviços em diferentes modalidades, seja através do voluntariado, projetos sociais e assistenciais, como os serviços educacionais, atendendo à população mais carente.

É possível perceber que muitos são os desafios enfrentados nesse período no qual há grande necessidade de fortalecer o setor sem fins lucrativos e, especificamente, o setor filantrópico.

Segundo dados, de 2013, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possui uma população estimada de 201.032.714 habitantes, 1.790.252 a mais do que fora projetado pelo referido Instituto, em 2012. Estima-se que seja o país mais populoso da América Latina, mas com extrema desigualdade na distribuição de renda.

Com o crescimento da economia, a concentração de bens fica nas mãos de poucos empresários, gerando desigualdades sociais. Para amenizar o agravamento da crise, o Estado passou a assumir políticas sociais como ações governamentais desenvolvidas por meio de programas que proporcionam a garantia de direitos e condições dignas de vida aos cidadãos, gerando a cultura do favorecimento aos necessitados. (Pronatec, Prouni, Enem, Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Programa Jovem Aprendiz) entre outros.

As políticas sociais são entendidas como um movimento multidirecional resultante do confronto de interesses contraditórios e, também, enquanto mecanismos de enfrentamento à questão social, sobretudo, ao referendar o agravamento da crise sócio econômica, as desigualdades sociais, a concentração de renda e à agudização e pauperização da população (VERONESE, 2011, p.194).

É possível compreender esse fenômeno social oportunizando uma educação adequada a todas as pessoas e, em especial, aos mais pobres, resgatando a dignidade e qualificando a pessoa para o trabalho.

Historicamente, a assistência social com “força de filantropia” foi sendo organizada e legitimada pelo Estado, assegurando a manutenção da pobreza como condição “natural” da sociedade. Atualmente, tanto a atividade filantrópica e quanto o investimento social privado, perderam a imagem negativa que costumavam ter. Passaram a ser vistos como um setor

específico da sociedade civil, diferente da responsabilidade social corporativa das ONGs e dos movimentos sociais.

Finalmente, o engajamento de organizações filantrópicas, em parcerias com órgãos públicos, alianças e pactos nacionais, dá a elas uma visão mais ampla de seu papel na sociedade, além de assegurar um compromisso efetivo com o enfrentamento dos desafios em que vive o país.

Vários aspectos das leis foram mudando em relação à filantropia ao longo da história, exigindo, sempre, maior comprometimento e investimento das escolas filantrópicas para adequarem-se às mudanças por força da Lei. É necessário que haja regularização das leis para que as entidades possam ter um parâmetro de organização nas constantes mudanças que desestabilizam a instituição.

Diante desse contexto, há a necessidade de planejar estratégias a longo prazo para que sejam produzidas ações benéficas de ajuda em relação aos problemas sociais. O apoio financeiro é necessário para que os trabalhos sejam efetuados, mas com as constantes mudanças das leis torna-se difícil, pois desestabiliza as entidades, causando insegurança no desenvolvimento das próprias ações.

A economia, assim como os planejamentos e orçamentos são realizados sem base na realidade. As leis são impostas e para quem as elaborou não conseguiu prever as dificuldades na sua realização. Um trabalhador pode ser avaliado pelo que produz, sem olhar a qualidade do produto realizado ou avaliar os atributos mesmo com um tempo mais prolongado. Seria necessário que o lucro destinado às Secretarias Sociais, Estados e Municípios, pudessem planejar ações que estivessem ao seu alcance, suprimindo as dificuldades dos menos favorecidos na sociedade.

“É preciso ter grande amor à humanidade, no sentido de justiça”, citado por Mézáros (2007, p.21). Isso nos parece uma utopia, porque hoje, tudo gira em torno do individualismo, do capital, do progresso e do lucro. As multidões gritam nas ruas no desejo de serem ouvidas e manifestam sua indignação, buscando um país democrático, participativo, onde a ética seja a base da justiça.

É preciso ter uma grande dose de humanidade, uma grande dose de sentido de justiça e verdade para não cair em dogmatismo extremo, em escolasticismos frios, no isolamento das massas. É preciso lutar todos os dias para que esse amor à humanidade viva se transforme em fatos concretos, em atos que sirvam de exemplo de mobilização (MÉZÁROS, 2007, p.21).

Tornar realidade a concretização dos projetos sociais em vista do bem comum, consolidar nosso humanismo é apostar no futuro de esperança. Importar-se com o bem comum, com o senso de luta de perspectiva social, rompendo com a indiferença e com as estruturas injustas, isso passa pela manutenção, sustentação e amparo legal para melhorar a qualidade de vida da população.

2.2 As Instituições Mantidas por Ordens e Congregações Religiosas

As instituições mantidas por congregações religiosas são formadas por pequenos núcleos denominados de comunidades religiosas. Normalmente, para favorecer a nucleação são descentralizadas por Províncias, situando-se por espaços geográficos, favorecendo sua proximidade: Região Sul, Sudeste e Nordeste, mesmo assim, todas possuem a mesma mantenedora, cito como exemplo a Sociedade Educação e Caridade (SEC), facilitando sua organização. As congregações têm sua origem no fundador que, por estar atento ao seu contexto histórico, procura responder às necessidades do momento de forma a concretizar seus sonhos e ideais junto ao povo mais necessitado.

Lendo as histórias de pessoas (homens e mulheres), com grandes ideais e amor à humanidade, observa-se que as mesmas foram capazes de sacrifícios, empreendendo seus objetivos para manter vivo seu ideal.

Na história do Cristianismo, inúmeras Ordens e Congregações Religiosas, pessoas carismáticas, sensíveis à situação de fragilidade e de abandono na qual se encontravam pessoas ou grupos envolvidos no fenômeno da mobilidade humana e prestaram seus serviços humanitários em prol dos necessitados (ZAMBERLAM, 2004, p.156).

Desde o início da colonização do Brasil observa-se a vinda de grande número de congregações estrangeiras, sobretudo femininas, em nosso país. Embora muitas nutrissem o desejo de dedicar-se à educação, outras vieram para trabalhos diversificados com aptidão para pastoral, saúde, catequese, pastoral litúrgica e outros. A história do Brasil traz muitas riquezas, culturas, religiões que vieram somar-se nessa grande seara cultural, que muito contribuiu na formação do povo brasileiro.

A partir do final do século XVIII iniciou-se um deslocamento fantástico de pessoas, da Europa e do Oriente que ultrapassou a mais de 60 milhões, que aportaram na América. Esses povos trouxeram novas línguas, tradições culturais e religiões diferentes (açorianos, suíços, alemães, italianos, franceses, ingleses, nórdicos, poloneses, russos, judeus, sírios libaneses, japoneses, gregos, coreanos e outros (ZAMBERLAM, 2004, p.45).

Essas pessoas, vindas de diferentes nacionalidades e regiões, ao chegar ao Brasil ficavam à mercê, desprovidas da educação, saúde e necessidades primordiais básicas. Diante de tantas carências, os primeiros membros de congregações passaram a assumir posturas referentes ao atendimento, muitas vezes em suas próprias casas, levando o conhecimento básico às crianças dos mais recônditos rincões deste extenso território.

Alves (2009, p.72) afirma que esse trabalho era realizado, muitas vezes, de modo improvisado e desprezioso, quase caseiro e familiar, mas não menos revestido do elevado ideal de instruir a infância, alçando-a do obscurantismo da ignorância.

A educação confessional foi se constituindo com estabelecimentos mantidos por instituições religiosas capazes de oportunizarem atendimento e formação de professores no atendimento aos cursos primários.

A iniciativa privada não parou de crescer à medida que a classe média também aumentava, e fazia pressão para a abertura de escolas, como meio de ascender socialmente pela legitimação oferecida pelo ensino superior. Quase toda a população feminina era, então, analfabeta. As poucas exceções haviam frequentado somente a escola primária. Pouco a pouco, a iniciativa privada, sobretudo através das escolas das Irmãs, começaram a abrir cursos secundários para moças (ALVES, 2002, p.16).

A educação feminina esteve atrelada à cultura colonial, vista como a que cuidava do lar na educação dos filhos. Aos poucos, vai fazendo parte da evolução histórica, passando a assumir um novo papel na sociedade, pois forçosamente não havia professores preparados para atuar no magistério. No início, o Curso Normal e secundário foi assumido pelas escolas filantrópicas privadas, mais tarde pela rede pública, preparando as jovens para atuar no Magistério.

2.2.1 Origem e Missão das Irmãs do Imaculado Coração de Maria no Brasil

Destacando à Congregação do Imaculado Coração de Maria, esta chega ao Brasil, em 1848, em busca de novas perspectivas e onde pudessem viver em clima de liberdade e de tranquilidades descobrindo e fortalecendo novos campos de missão.

Na sua inspiração inicial em Viena, capital da Áustria, era formada à margem do rio Danúbio, coroada de montanhas, onde nutria em seu seio um povo amante da música, da arte e devotos da Virgem Maria.

Foi neste ambiente que Bárbara nasceu em 1818. Apesar da pobreza, seus pais conviviam com a realidade do império. Ainda adolescente perde seus pais. Em 1840, em busca de emprego, inicia então um curso de “modista”, que, mais tarde, exerce essa profissão abrindo uma pensão, acolhendo jovens desprovidas de suas famílias para instrumentalizá-las na profissão e na formação humana.

Nesta época, a Europa vivia uma onda revolucionária, com tendência a derrubar os tronos régios com a finalidade de introduzir a democracia. Havia muita insatisfação, entre as classes trabalhadoras por causa do sistema capitalista adotado pelo Império. Na Áustria não havia perspectiva para as ordens religiosas, suprimidas por um decreto e expulsas definitivamente do seu País. Seus bens foram confiscados e declarados do Estado. Em abril de 1848, ocorre a revolução. Neste mesmo ano, vendo nisso a possibilidade de mudança e crescimento, Bárbara com suas congregadas vêm para o Brasil (BORTOLUZZI, 1996, p.2016 - 2018).

Nessa trajetória histórica, em 1848, chegavam ao Rio de Janeiro, Brasil, com o intuito de fundar a Congregação do Imaculado Coração de Maria (ICM). Visto possuir uma consciência apurada, no amparo às jovens que vinham do interior para a cidade em busca de estudos e melhores condições de vida na Áustria. Relacionando esse período histórico, no qual não havia o amparo legal e nem filantropia as ações eram resolvidas, com as famílias ou com as diretorias regularizadas por estatutos e normas no atendimento e respeito ao ser humano.

Aqui no Brasil, ocupavam-se com a educação de crianças e órfãs abandonadas, e na assistência aos doentes, durante as epidemias e na guerra do Paraguai, as irmãs diante da necessidade, prestavam sua ajuda de forma a colaborar no auxílio aos doentes e outras formas de ajuda. As ações sociais e filantrópicas não consistiam em cumprir uma meta, mas sim auxiliar no atendimento aos necessitados.

Constata-se que, no início da colonização, não havia ajuda dos cofres públicos às instituições que vinham da Europa, fixando-se no Brasil. Muitas dessas instituições deixavam para trás seus fundadores, mas mantinham o mesmo espírito, lutavam por ideais nobres na implementação de comunidades que pudessem atender às emergências do novo país. Outras instituições não tinham capitais e nem dinheiro para iniciar um trabalho aqui.

Estavam à mercê de quem lhes prestasse qualquer tipo de ajuda e, por isso, o início foi de muitas dificuldades e desafios para todos.

Consta na educação do Estado do Rio Grande do Sul, que em 1834, a escola militar era a única em POA mantida pelos cofres públicos até o período de 1900, o ensino privado crescia no RS, após esta data o Estado e o Município passam a investir na educação e esta cresce lentamente e se oficializou na era Vargas e, em 1935, com a criação da Secretaria Estadual de Educação (DREHER, 2008, p.30).

No documentário organizado por Bortoluzzi (1996, p.335), consta que as Irmãs do Coração de Maria iniciaram sua trajetória histórica no Rio Grande do Sul, mais precisamente na cidade de Pelotas – RS, no ano de 1855, assumindo a educação do Asilo Nossa Senhora da Conceição. A educação com regime de internato, inicialmente no acolhimento de crianças órfãs, que recebiam educação formal e informal. É importante destacar que esta e outras obras eram mantidas com ajuda de uma diretoria leiga¹.

Nesse aspecto, o trabalho era desenvolvido, basicamente, no acolhimento integral aos adolescentes e crianças oferecendo alimentação, atendimento à saúde, educação, profissionalização, cultura, esportes e lazer, entre outros.

Em 1856, atendem ao pedido da diretoria para que as Irmãs assumissem a Santa Casa de Misericórdia POA com crianças abandonadas. Desta forma, diante do contexto da época e com suas necessidades e dificuldades na formação e na educação, aos poucos, a congregação foi se consolidando e conquistando outros espaços; seja na educação, saúde e pastoral junto às famílias e assim foi se fortalecendo (BORTOLUZZI, 1996, p.335).

Esta é uma constatação feita a muitas instituições religiosas de vida ativa no percurso da Europa para o Brasil. Período vivido de insegurança e instabilidade devido às mudanças ocorridas e adaptação sofrida aos institutos, pois os mesmos não possuíam propriedade no Brasil, necessitando de acomodação conforme as possibilidades oferecidas.

2.2.2 Instituições Religiosas em Solo Brasileiro

Os religiosos que chegavam ao Brasil eram imbuídos de autoridade moral, condição de respeito em relação à população local. A consideração emergia pela vida de oração, maneira essa de manter a estabilidade social e fortalecendo os vínculos sociais e espirituais

¹ Leigos, são cristãos, pessoas não consagradas, não ordenadas, mas que participam de atividades ligadas à igreja; refere-se a grupos engajados que tinham como missão a subsistência e a manutenção de asilos, orfanatos, pois em 1855 os governos não prestavam auxílio aos carentes. Normalmente, atendidas por congregações religiosas.

da população. Para Gumieiro (2013, p.68), a presença das religiosas era vista no auxílio às dificuldades, no consolo e esclarecimentos entre os fiéis que buscavam amparo, esperança e força espiritual.

Algumas congregações foram pioneiras na educação brasileira. Após terem sido expulsas de suas pátrias rumam para o Brasil, trazendo consigo uma bagagem cultural apurada como também princípios determinantes para assumir com ousadia um trabalho precursor no ensino. Marcadas por mudanças no catolicismo chegaram ao Brasil:

Os Padres da Missão - Lazaristas, os Frades Capuchinhos e as Filhas da Caridade - o ramo feminino da obra de São Vicente de Paula. Os Jesuítas também retornaram após terem sido expulsos em 1789 pelo Marquês de Pombal. E mais tarde vieram outros, como as Irmãs de São José de Chamberry, os Salesianos, Dominicanos, Carlistas, Missionários do Coração de Maria, Irmãos Maristas, entre outros (FURTADO, 2001, p.2).

A História da Educação no Brasil é fortemente marcada pela presença dos católicos nos meios escolares, pois a educação brasileira esteve intimamente ligada à Igreja Católica, primeiramente com os jesuítas, e outras Ordens e Congregações religiosas estrangeiras. Nessa época, as escolas católicas cresceram, significativamente, e, isso se deu devido às mudanças ocorridas no catolicismo nesse período, ao movimento ultramontanista.

Com a perda da condição de religião oficial, a igreja católica libertou-se da dependência em relação ao Estado e passou a concorrer com outras associações religiosas. Nas primeiras décadas do regime republicano, a igreja católica passou por profunda reestruturação institucional, vinculada à Santa Sé. Que em seus aspectos demonstrou crescimento expressivo no número de dioceses (DALABRIDA, 2005, p. 77)

Preocupada com a formação religiosa, principalmente com as crianças e juventudes, nesta época, buscavam-se soluções junto às pastorais e às escolas católicas para que as mesmas pudessem ter assegurado sua vida espiritual e fundamentação nos estudos. Até o Concílio Vaticano II, as decisões eram apoiadas, para que as escolas, e instituições católicas pudessem manter o culto ou o ensino religioso como disciplina obrigatória nas escolas.

No concílio plenário da América Latina ocorrido em Roma, em 1899, com a participação dos Bispos, após estudos realizados foram tomadas algumas decisões mais importante condensada em uma documentação que possuía as linhas, de ação da Igreja, traços essenciais, como a “*espiritualidade centrada nas práticas dos sacramentos*”, e a “*educação católica da juventude*”, tratava-se especificamente das escolas primárias, secundárias e universitárias (DALABRIDA, 2005, p.78).

Os aspectos acima citados demonstram o crescimento das escolas católicas diante das condições que o Estado possuía no investimento da educação. O fator decisivo do êxito da Igreja Católica no campo educacional foi a atuação das ordens e congregações religiosas femininas e masculinas de origem europeias, que trazia suas práticas e métodos implantados no Brasil.

Esses grupos religiosos começaram a imigrar para o Brasil ao longo do século XIX, especialmente no segundo reinado, introduzindo práticas católicas romanizadas muito diferentes da religiosidade e do catolicismo “tradicional luso brasileiro”, que envolvia tanto o clero como o povo. A entrada de ordens e congregações católicas intensificou-se após a promulgação da constituição de 1981 (DALABRIDA, 2005, p.79).

Os membros das congregações que migravam para o Brasil e para outros países periféricos, geralmente religiosos, estavam imbuídos de forte ardor missionário e acreditavam na sua vocação, seja para o ensino ou para a pastoral (doutrina Cristã), contribuindo para a colonização.

A igreja católica enviou esforços para fundar desde escolas paroquiais até universidades católicas, passando por colégios de ensino secundário, escolas normais e profissionais. Por outro lado, o episcopado brasileiro procurou, de modo diplomático e decidido reintroduzir o ensino religioso no sistema público de ensino e incentivou os professores católicos a realizar o Curso Normal e prestarem concurso público para recatolizar a cultura escolar republicana e laica (DALABRIDA, 2005, p.79).

Os bispos incentivavam as fundações de escolas primárias em cada paróquia, as quais se tornavam conhecidas como escolas paroquiais. Essas instituições eram consideradas estratégias importantes na cruzada contra as escolas públicas laicas, instituídas pelo regime republicano, que se esforçava na implementação da chamada pedagogia moderna. A mão de obra especializada, com dedicação exclusiva e fervor missionário, que teceram uma rede de colégios de abrangência nacional. Esses educandários, geralmente, tinham sistema de internato, eram divididos por gêneros, os meninos estudavam em escolas de padres e as meninas frequentavam colégios internos de religiosas que se diferenciavam por oferecer o curso normal.

Outro aspecto que se constata nesta época é que o governo federal não implementou políticas sólidas para instituir estabelecimentos públicos de ensino secundário e nem alavancou a profissionalização da carreira docente em nível escolar. Inclusive na região do

Alto e Médio Uruguai, (composto por 34 município), incluindo Frederico Westphalen, sendo o tardio surgimento do Ensino Médio público por motivos da omissão do Estado.

Os governos estaduais priorizaram o ensino primário e, para tanto, investiram na formação e profissionalização das escolas normais. Com a laicização do Estado brasileiro, a Igreja católica deixou de receber auxílio do governo no período imperial, passou então a buscar recursos próprios principalmente de religiosas que se mostravam lucrativos por sua formação Europeia, praticamente inexistentes no Brasil (p.82). Por esse motivo até a primeira metade do século XX, o ensino secundário brasileiro era praticamente mantido pela elite, e que se localizava nos grandes centros urbanos (DALABRIDA,2005, p.79).

Nesse aspecto, acredita-se que as escolas particulares contribuíram para a desigualdade social, pois no momento a educação era oferecida apenas às elites, situação que reforçou a divisão de classe. No entanto, entende-se que havia a necessidade de manutenção e sustentação, mas, com certeza, essa foi uma estratégia usada para manter-se em atividade, sustentando-se financeiramente. Com o passar do tempo, o processo da educação foi mudando, tanto nas escolas públicas como particulares.

Em 1961, o Concílio Vaticano² II, no encontro com todos os Bispos presentes, o Papa João XXIII, em um gesto simbólico, abriu a janela e disse: *“que era preciso deixar entrar um novo ar para purificar as estruturas empoeiradas e mofadas na igreja”*. Após o Concílio, houve um aprofundamento na igreja e nas congregações referente aos princípios de seus fundadores. *“Era preciso voltar às fontes”*. Um novo tempo começa para a igreja e congregações. Inicia-se um movimento de olhar para si e para o outro e perceber a necessidade de mudar para alcançar o coração do povo, visualizar novos caminhos de abertura para a vitalidade da Igreja. As congregações deram um passo muito importante no sentido de abertura em relação ao trabalho nas pastorais sociais, com as comunidades inseridas retomando sua opção pelo mais pobre. Esse acontecimento proporcionou uma grande abertura às congregações religiosas, acolhendo a todos, principalmente aos mais necessitados.

Com essa opção, a filantropia passa a ser concretizada com ações no trabalho voluntário, educacional, nos projetos sociais, nas periferias, no atendimento domiciliar, na medicina alternativa e tantos outros como na assistência social. A filantropia passa a se integrar como defesa dos direitos humanos, assegurando a todos o acesso à educação, saúde, lazer, alimentação.

² Concílio Vaticano II, encontro com os Bispos do mundo inteiro, coordenado pelo Papa em que é avaliada a caminhada da igreja povo e sua realidade, necessidades e dificuldades em viver a mensagem do evangelho, são assumidas decisões relevantes para o futuro da igreja.

2.2.3 Início da Educação Particular Filantrópica em Frederico Westphalen

Apesar do crescimento da educação no Rio Grande do Sul, ainda havia muita falta de professores preparados para atuar nas escolas, principalmente no interior do Estado. Foi nesse período que, por solicitação do Padre Monsenhor Vitor Batistella, as Irmãs do Imaculado Coração de Maria vieram atuar na educação em Frederico Westphalen

Consta nas atas da instituição que o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora foi fundado em 1947, quando teve início o curso primário com 83 alunos. Esse período foi marcado com muitas dificuldades, pois a manutenção dependia da caridade do povo, sendo que os alunos não conseguiam manter os custos (mensalidades), porque, na realidade, as famílias possuíam poucas condições financeiras para pagar o ensino privado. As gratuidades ocorriam, de maneira a compreender cada família na sua realidade. Em 1960, segundo o censo, o Município de Frederico contava com 4.320 habitantes, em 2013, possui uma população de 30.251 habitantes.

No ano de 1962, a pedido da comunidade, foi criado o Curso Ginásial, hoje Anos Finais do Ensino Fundamental e, em 1967, abertura do Curso Normal com formação para professores que atuavam nos Anos Iniciais. Nesta trajetória, consta que o Município mantinha poucas escolas para atender à demanda de alunos em Frederico. Com o crescimento populacional cresceram os investimentos e construções de Escolas Estaduais, Municipais e das Universidades, sendo que, atualmente, o Colégio Auxiliadora passa por um processo de readaptação em relação aos objetivos iniciais de sua fundação.

Ao longo de sua caminhada educativa, o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em seus 68 anos de existência, realizou muitas parcerias com a comunidade no sentido de aprimorar seus anseios, buscando aperfeiçoamento e qualificação profissional. Alicerçada em princípios e valores a escola proporcionou o desenvolvimento das habilidades e competências na construção de conhecimentos através de projetos interdisciplinares, envolvendo questões emergentes relacionadas ao trânsito, preconceito: educar com arte os valores da vida; Saúde preventiva e curativa; Auxílio ao baixo rendimento escolar dos educandos; momentos formativos, palestras com profissionais que atuam na área da assistência social, violência, droga, exploração sexual e tráfico humano e outros, a fim de conscientizar os alunos, prevenindo-os dos malefícios da sociedade. Integração com o Lar

dos Idosos, Deficientes Físicos, apoio aos hemofílicos e outros órgãos de assistência social. Preservação e o cuidado com a natureza e tantos outros.

Além disso, a escola cumpre com seus objetivos de manter, em média, de 60 bolsas de estudos integrais e parciais, promovendo integração entre as diversas classes sociais, como também, cumprir o que transcreve a lei. Outras experiências relacionadas à partilha da solidariedade com a comunidade com alimentos, roupas integração de atividades esportivas, sociais, festival de danças, gincanas, envolvendo as juventudes a fim de preservar e valorizar a vida.

Como educadores e gestores, das Escolas da Sociedade Educação e Caridade, estamos comprometidos com o projeto pedagógico de Bárbara Maix, sendo que essa utopia implica em:

Humanizar e personalizar os sujeitos envolvidos no processo; educar por aquilo que fazemos e queremos, assumindo postura de aprendiz que tem consciência do processo; a educação é fundamentada na ação –reflexão –ação, e na dialogicidade entre os saberes, no conhecimento universalmente acumulado. Trabalhar as conexões existentes na relação com a cultura sociedade e suas implicações na ética, ecologia, meio ambiente. valores das competências e habilidades necessárias para uma participação social ativa, criativa e ética, favorecendo a construção do conhecimento a serviço do bem comum. Assumir a dimensão do cuidado, da valorização da vida em todas as etapas, principalmente os que se encontram em riscos (P.E.I.C.M; 2010-2015, p.48).

Dessa forma, a escola é o espaço que permite o desenvolvimento e o crescimento pelas dimensões do conhecimento, alargando a visão de mundo, através da socialização da cultura e humanização das relações: educam pelo processo participativo, nas relações democráticas, manifestando espírito de solidariedade e cooperação com todos os envolvidos; propõem a vivência para uma sociedade comprometida. Os valores como hábitos saudáveis, leitura, pesquisa científica e tecnológica ampliam a visão de mundo, pelos compromissos a serem assumidos entre as famílias e escola. (Projeto Educativo, 2010 a 2015, p.49).

A metodologia de trabalho da instituição busca ser dialógica, crítica, participativa, dinâmica, criativa, problematizadora e transformadora, fundamentada na teoria e na prática.

Oportuniza experiência através da investigação, de experiências, que resultem na formação de hipótese e de novos conceitos. Exigem constante atualização e aperfeiçoamento de toda equipe, estimulando o espírito investigativo, acompanhando as mudanças de paradigma. Educa através dos vínculos afetivos, elementos essenciais no processo de desenvolvimento. A avaliação é mediadora, diagnóstica e transformadora (PROJETO EDUCATIVO, 2010-2015, p.51).

Uma das metas da escola confessional católica, de acordo com a CNBB (Doc. 47, p.39-40), o ser humano é visto como origem, caminho e fim da atividade pedagógica. Por isso, um dos seus objetivos é colocar todos os atores do contexto escolar a serviço da dinâmica da vida e da preservação da ética, da cultura de seus estudantes. A escola que forma para a vida é uma instituição comprometida com os valores sociais e morais da sociedade e na promoção e defesa da vida. É interessante observar que é na escola que o aluno faz amigos, humaniza-se através dos conteúdos, da socialização, das experiências realizadas.

A Sociedade Educação e Caridade - SEC, hoje, mantém sete Estabelecimentos Educacionais, em três Estados: São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, onde presta serviços, em regime socioeducativo, em meio aberto. Atende crianças e adolescentes oriundos de vilas, bairros e população carente, favorecendo a promoção humana integral. A entidade administra/atua em outros quatro Estabelecimentos, que são mantidos por outras entidades leigas e que estão sob a coordenação de Irmãs no atendimento aos beneficiários. É atendido um número significativo de pessoas, cujas famílias recebem orientação com projetos de informática, horta, atividades culturais, olimpíadas, atividades esportivas, trabalhos manuais com oficinas, bordados, culinárias, formação humana, entre outros.

Na educação formal e informal, são oferecidas Bolsas de Estudo, conforme Lei 12.101/2009, ou seja, a cada 09 alunos pagantes, uma Bolsa Integral e mais Bolsas parciais de 50% até atingir o exigido que é de 1 Bolsa integral para cada 05 alunos pagantes. O total de Bolsas, em junho de 2014, era de 1.552 integrais e 1.079 parciais. Somando-se um total de 12.688 alunos.

Os conteúdos são referenciais para compreender a realidade, capazes de desenvolver criticamente, a ética, a consciência e a cidadania. São um meio para problematizar os saberes, reconstruí-los e aplicá-los, tendo em vista a transformação social.

Resgatar a herança cultural desenvolve o caráter, a cidadania na perspectiva cristã; reconstrói experiências de aprendizagem garantindo os conhecimentos, saberes produzidos, que dinamiza a prática através de temas geradores e transversais, prática do planejamento e avaliação com toda comunidade educativa (P.E.ICM. 2010 a 2015, p.51).

Proporcionar uma educação humanista centrada na cidadania e enraizada em convicções, valores que projetam a dignidade humana, são metas das escolas confessionais. A educação é tudo o que um cidadão pode levar em sua bagagem, o conhecimento sendo sujeito de seu crescimento e desenvolvimento.

Assim sendo, as instituições foram conquistando seus espaços, definindo-se nos campos educacional, assistencial e da saúde. A assistência social, a partir da década de 30, torna-se instrumento de controle social e político dos setores dominados, sistema previdenciário brasileiro, que oportunizava aos trabalhadores e cidadãos comuns melhor atendimento e manutenção do sistema de produção, tanto por seus efeitos econômicos, quanto pela absorção dos conflitos sociais e das relações sociais vigentes.

Na Constituição de 1934, art.113, é assegurado aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à subsistência, à segurança individual e a propriedade, nos termos seguintes: (...). A todos cabe o direito de prover à própria subsistência e à de sua família, mediante trabalho honesto. “O Poder Público deve amparar, na forma da lei, os que estejam em indigência”; “Art. 138 - Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos da lei, amparar e assegurar a assistência social aos mais desvalidos, com a finalidade de animar e orientar esse trabalho”. Embora amparados por Lei, ainda assim, nem sempre conseguimos viabilizar o amparo aos mais necessitados.

A lei é clara no sentido de amparo legal aos mais desprovidos da sociedade, mas nem sempre o Poder Público ampara, conforme determina a lei, os que estão em indigência ou de alguma forma desamparados. Dessa forma, a Assistência Social e Filantropia tornaram-se leis, amparadas e regularizadas para que as desigualdades sociais possam ser desenvolvidas por instituições públicas ou privadas e não fiquem na ação caritativa, mas participando de programas sociais, colaborando com as emergências dos mais pobres da sociedade.

É importante destacar, para que essa participação se torne efetiva e bem sucedida no mercado, que é necessário empreender formas de participação na sociedade, sendo o Estado, não como mero financiador das políticas sociais, mas como escuta atenta e participativa da realidade.

Diante desse contexto, sente-se a necessidade de planejar estratégias que produzam ações benéficas na ajuda aos problemas sociais. O governo pode oferecer apoio financeiro ou proporcionar outros recursos, mas cabe às instituições sociais projetar estratégias para desenvolver formas de inclusão e ajuda humanitária. Para isso, faz-se necessário planejar conhecendo a realidade.

A economia assim como os orçamentos e planejamentos, normalmente, são realizados sem base na realidade. São impostas as leis que, muitas vezes, quem as elaborou não consegue prever as dificuldades de quem as realiza. Um trabalhador pode ser avaliado pelo que produz, sem olhar a qualidade do produto realizado ou avaliar os atributos mesmo com

um tempo mais prolongado. Dessa forma, ainda assim, seria lucro para as Secretarias Sociais, Estaduais e Municipais planejar ações que pudessem alcançar metas, suprindo as dificuldades dos menos favorecidos na sociedade.

Esse é um desafio que nos faz olhar para nossa realidade e constatar que esse tempo está imbuído de fatores estruturais e responsáveis pela concentração de riqueza demasiada para alguns e pobreza estruturante para outros, pois não é concebível suportar o fardo das injustiças sociais, dos salários baixos e desigualdade de renda. Vivemos tempos de mudança, mas também de exclusão de ações individualistas expressas na violência, O ser humano é investido de liberdade, talvez, ausência de limites, esvaziamento dos valores éticos.

“Indivíduo nenhum e nenhuma forma concebível de sociedade hoje ou no futuro podem evitar as terminações objetivas e o correspondente fardo do tempo histórico, bem como a responsabilidade que necessariamente emerge de ambos. Em termos gerais, talvez a maior acusação contra nossa ordem social dada é que ela degrada o fardo inescapável do tempo histórico significativo – o tempo de vida tanto dos indivíduos como da humanidade – à tirania do imperativo do tempo reedificado do capital, sem levar em conta as consequências.” (MÉSZÁROS, 2007, p. 33).

Para tornar realidade e concretizar os projetos sociais com ações efetivas, precisamos mais que humanidade, necessitamos de utopia, de indignação, de esperança, importar-se com o bem comum, com senso de luta de perspectiva social para romper com as estruturas injustas. Isso passa pela manutenção, sustentação, de amparo legal na melhoria da qualidade de vida da população.

A solidariedade ainda é um dos atributos do povo, principalmente quando ocorrem catástrofes advindas da natureza. Mas seria mais oportuno que a solidariedade fosse um atributo permanente no indivíduo, oportunizando sempre essa troca de favores que decorre do amor à humanidade.

2.3 Do surgimento e do Desenvolvimento da Cultura da Filantropia

A palavra "filantropia" vem do grego (filós+ântropos) significa "amigo do ser humano". É um sentimento que faz com que os indivíduos ajudem outras pessoas. A filantropia está a serviço da caridade, seja ela através de donativos, como roupas, comida, ou dinheiro ou através de projetos sociais, das políticas públicas educacionais, possibilitando aos mais necessitados condições para aquisição de moradia, bens para sua sobrevivência e educação.

Filantropia, na origem do Grego *philos* significa amor enquanto *anátropos* que o homem está relacionado ao amor pela humanidade. No seu sentido restrito constitui-se um sentimento, preocupação, gesto voluntário de apropriação de qualquer bem. Em sentido mais amplo pressupõe sentimento humanitário de que o homem tenha garantia de vida digna e bem-estar coletivo (MESTRINER, 2005, p.14).

Para Escorsim (2008, p.1), a filantropia é vista como um gesto de “*amizade do homem para com outro homem, entendida como vínculo natural, visto que nenhum homem poderia ser alheio a outro homem*”. Este conceito também foi atribuído a Platão que o entendia sob três aspectos: saudação, ajuda e hospitalidade.

Porém, esse conceito vem se modificando ao longo do tempo, passando a fazer parte de inúmeros debates, envolvendo a população mais empobrecida, influenciado por inúmeros fatores, tais como valores e crenças pessoais, senso comunitário, incentivos fiscais e confiança nas instituições. A instituição filantrópica caracteriza-se em prestar serviços educacionais, colocando-os à disposição da população sem remuneração, ou ainda, como atividades complementares em projetos formativos e de capacitação, entre outros cito: projetos esportivos, música, violão, cultura e artes manuais, inclusão digital, culinárias, publicidade, horta caseira, costura.

Essa definição expressa o compromisso com o indivíduo, necessitado de recursos humanos em resposta às desigualdades sociais que impedem o crescimento de seu semelhante. Nesse sentido, a filantropia deve estar comprometida com os direitos fundamentais, tais como justiça, saúde, educação. Esse direito foi ampliado na segunda metade do século XX, beneficiando o acesso à população de baixa renda.

Os investimentos na aplicação de recursos fazem parte de programas e projetos que promovam condições para o desenvolvimento social de um determinado grupo ou comunidade. As oportunidades abrangem a educação, meio ambiente, desenvolvimento infantil, moradia, acesso à informação, saúde, cultura e empreendedorismo. Dessa forma, tal ação estratégica, geralmente, tem como foco as causas dos problemas sociais, sendo, portanto, necessária para uma possível e efetiva mudança social.

Com o desenvolvimento da produção capitalista agravam-se as questões sociais, surgindo as políticas públicas para atender à demanda gerada pela exploração capitalista e consequente má distribuição da riqueza social.

Ao longo do tempo, o Estado assumiu a tarefa de “cuidar dos pobres”. A assistência social foi muitas vezes utilizada como meio de dominação e controle dos “pobres”. Desta forma, as políticas de assistência social começava a surgir enquanto mecanismos de controle das situações que eclodiam junto ao desenvolvimento da sociedade do capital. (VERONEZE, 2011, p.193).

A partir da Constituição de 1988, a isenção de contribuição previdenciária foi mantida, mas muitas mudanças nas leis para modificar e normatizar, os impasses. Apesar do crescimento dos setores do comércio e indústria, as entidades privadas sem fins lucrativos acabam transferindo a responsabilidade política, social e pública para o setor privado.

Desde a Constituição Federal de 1988 (C.F./88), a assistência social deixou de ser uma alternativa ou expectativa do direito para adquirir o caráter de Política Pública. Para Veroneze (2011, p.195), “os destinatários dessa política, deixaram de ser meros clientes assistidos da proteção social do Estado e da sociedade, para serem tratados como cidadãos, detentores de direitos à proteção social pública, não contributiva devida nos termos da Lei”.

A filantropia procura a isenção em temas de maior relevância, exigindo maior organização, estrutura, planejamento estratégico, maior profissionalismo, articulação como os próprios governos, empresas, sociedade civil organizada, com as próprias igrejas, grupos de apoio para o atendimento socioeducativo.

A ausência de uma cultura filantrópica planejada, baixos incentivos fiscais oriundos do governo, impostos altos sobre doação, fragilidade na constituição e na gestão das organizações sociais, fatos estes que, somados a uma infinidade de outros fatores de alta complexidade, contribuem para o persistente quadro de desigualdade social no Brasil.

Para Demo (1994, p.15), “O melhor que a Educação pode fazer para a população é colocar em suas mãos a habilidade de manejar e construir conhecimento, impulsionando-a a ser sujeito de sua própria história”.

Investir na educação é uma escolha livre e consciente que as famílias fazem conforme sua prioridade, formação de valores e conhecimentos para seus filhos. Isso tem custos os quais são repassados às famílias ou ao poder público, que tem pouco ou nenhum respaldo político no sentido de subsidiar as escolas filantrópicas. Em muitas ocasiões quando comprovado ser o aluno com baixa renda, o custo é subsidiado pela própria instituição, entidade filantrópica, que, conforme Constituição Federal. (art.195, §7º): são “isentas da contribuição para a seguridade social, que atendam às exigências fixadas em lei”:

O Conselho Nacional de Serviço Social - CNSS como órgão estatal atribua parecer quanto à concessão de recursos estatais, sob a forma de subvenções, para entidades sem fins lucrativos, uma vez que o Estado passou a regular a cooperação financeira da União com entidades privadas, por intermédio do Ministério da Educação e Saúde (GOMES, 1999, p.93).

Apesar da regulação das leis em relação às instituições filantrópicas, as mudanças não param por ali. Conforme descrito no decorrer do texto, percebe-se que as exigências em relação às entidades públicas e privadas são constantes.

A Lei Nº 9.870 de 23/11/1999, relacionada sobre bolsas de estudos, foi regulamentada em seu Artigo 13, §1º, Inciso III, Alínea b: As bolsas integrais de 100% parciais de 50% (cinquenta por cento), quando necessário para completar o número exigido, passam a ser uma bolsa integral para cada 9 alunos pagantes que comprovem renda igual ou menor que um salário e meio, enquanto a parcial per capita não pode exceder três salários mínimos vigentes, de forma permanente e sem discriminação da clientela.

A Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, alterou a Medida Provisória nº 620/12, de Junho/2013 com acréscimo ao Plano Nacional de Educação (PNE) que deverá estar incluído no planejamento e relatórios das ações que contribuem no crescimento e desenvolvimento no atendimento aos alunos bolsistas. Dessa forma, a lei vem seguida da seguinte redação:

Art. 13. Para fins de concessão ou renovação da certificação, a entidade de educação que atua nas diferentes etapas e modalidades da educação básica, deverá: I - demonstrar sua adequação às diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE), na forma do art. 214 da Constituição Federal; II - atender a padrões mínimos de qualidade, aferidos pelos processos de avaliação conduzidos pelo Ministério da Educação; e III - conceder anualmente bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes. § 1º Para o cumprimento da proporção descrita no inciso III do caput, a entidade poderá oferecer bolsas de estudo parciais, observadas as seguintes condições: I - no mínimo, 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 9 (nove) alunos pagantes; e II - bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento), quando necessário para o alcance do número mínimo exigido, conforme definido em regulamento (BRASIL, A Lei Nº 12.868, 10/2013).

Percebe-se que as exigências em relação à lei referente às escolas filantrópicas são cada vez mais abrangentes. Vive-se momento de dificuldades, em cada nova lei, restringimos nossas possibilidades de manter a escola se não recebe ajuda. A lei ainda é clara, a instituição deverá manter qualidade para o bom funcionamento. Isso é inerente, pois uma escola particular sem qualidade não se mantém no mercado.

“No Decreto nº 3.298, de 20.12.1999, em seu Art. 2º, a lei diz ser responsabilidade dos órgãos e das entidades do Poder Público assegurar os direitos básicos, inclusive da educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à pessoa portadora de deficiência”. Dessa forma, estamos demonstrando através das leis a carga e tributos que as instituições filantrópicas têm para carregar. Qual é nossa liberdade na tomada de decisões diante dessa realidade?

O Ministério do Trabalho vem atribuindo às empresas e instituições particulares o cumprimento da Lei Nº 10.097/2000, ampliada pelo Decreto Federal nº 5.598/2005. Determina que todas as empresas de médio e grande porte contratem um número de aprendizes equivalente a um mínimo de 5% e um máximo de 15% do seu quadro de funcionários cujas funções demandem formação profissional (BRASIL, LEI, 10.097/ 2000).

Conforme percebe-se, no contexto das leis e exigências ao longo do processo histórico, são cada vez mais abrangentes as atribuições às empresas particulares, instituições filantrópicas, no sentido de assumir ou dar suporte às questões sociais, competência essa que deveria ser do Governo e do Ministério Público o amparo aos deficientes, ao menor aprendiz e aos menores desamparados. Paga-se um alto custo por esse processo civilizatório, tentativa de acompanhar a modernidade. A exploração do capital proporciona aos sujeitos um emprego sem direitos a lazer, ou muitas vezes ao desemprego, ou trabalhar por um salário para poder sobreviver.

Um dos aspectos que se visualiza, diariamente e são citados pelos Meios de Comunicação são os trabalhadores que dependem dos meios de transporte público para chegar no seu emprego. Em muitos casos, os trabalhadores nas grandes cidades necessitam, até três ônibus para chegar ao trabalho, estas pessoas enfrentam uma rotina que é desumanizadora, pois o tempo que deveria ser de descanso, estão voltando para casa, ou, enfrentam greves, paralisações, fome e frio. A grande maioria come no meio do trabalho, e, muitas vezes, atendendo os clientes, como é o caso dos ambulantes, feirantes, camelôs, operários entre outros trabalhadores.

Nas escolas não é diferente. Os conflitos intensificam-se ora com alunos e famílias devido às mensalidades escolares, ora com os sindicatos das categorias profissionais, ou com os mais variados órgãos públicos. Tudo isso concorre para situações que dificultam a sobrevivência das escolas confeccionais que desejam ser fiéis à sua Missão e perseverarem nos padrões éticos que sempre as conduziram.

Bem se expressa Mészáros (2007, p.42), em relação à degradação humana quando diz que: “Um dos aspectos mais degradantes da ordem social do capital é que reduz os seres humanos à condição reificada, a fim de adequá-los aos estreitos limites da contabilidade, do tempo e do sistema”.

Uma das conquistas do ser humano está ligada ao tempo livre, possibilidade esta de defender seus interesses, os da sua família, a liberdade, o lazer, o descanso, entre outros. Dessa forma, não podemos nos resignar às leis ou à conclusão paralisante da intolerância humana, mas enquanto a humanidade for capaz de lutar e se organizar reivindicando melhorias, tem esperanças de dias melhores para toda a sociedade e, principalmente, para as classes mais desprovidas.

3 A FILANTROPIA NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

Relacionando a contribuição da filantropia no processo de sustentabilidade econômica das instituições educacionais no contexto da globalização, este capítulo abordará conceitos referentes à globalização, enfocando sua relação com a filantropia, causas e consequências na sociedade globalizada. O desenvolvimento sustentável compreende o processo histórico da internacionalização da economia mundial, espaço esse relacionado às dimensões sociais, políticas e culturais no processo de ajustamento da economia mundial e, conseqüentemente, aliando-se à sociedade inclusive aos espaços educacionais.

3.1 Instituições filantrópicas e Globalização

Pode-se definir a *globalização* como um processo econômico e social no qual se estabelece uma integração entre os países do mundo todo, governos e empresas através de contatos diretos ou indiretos de pessoas que, através de intercâmbios, realizam transações financeiras e comerciais, espalhando aspectos culturais pelos quatro cantos do planeta. Este processo se acentuou na segunda metade do século XX, com características e intercâmbios através da informatização ou de redes conectadas no mundo todo, facilitando a comunicação e convênios entre os países. Tudo isto tem, também, acelerado a concentração e a expansão do modelo capitalista de produção.

Filantropia: “amor à humanidade”, é uma atuação inerente à ação voluntária, gratuita, beneficente e assistencial desenvolvida com altruísmo, responsabilidade social, solidariedade, fraternidade; agregada à assistência social, define-se como atendimento e contribuição aos que dela necessitam. Considera-se filantrópica, a instituição que não tem finalidade de lucro, mas para manter seus compromissos sociais e não envolva abuso com finalidades lucrativas. Entende-se também que não abranja exploração de atividade mercantil, nem distribuição de lucro final da entidade.

Por fins não lucrativos, entendem-se aqueles cuja realização não envolva exploração de atividade mercantil, nem distribuição de lucros ou participação no resultado econômico final da entidade. Não enseja a perda da característica de entidade sem fins lucrativos, o fato de prestar serviços remunerados ou de obter resultados econômicos positivos, anualmente. A entidade também pode promover inversão de recursos, isto é, aplicação de capital em determinado negócio ou empresa, para obter rendimentos financeiros, desde que não signifique desvio da consecução dos fins da entidade (PETRELLI, 2003, p.4).

Dessa forma, filantropia e globalização, são duas categorias de grande abrangência, mas opostas entre si. A filantropia justifica-se em projetos sociais de amparo aos desprovidos dos bens e da informação relacionados, especialmente, às áreas da saúde e educação. Em momentos de perdas geradas por catástrofes, inundações climáticas, acidentes, guerras entre outros, observa-se efetiva predominância das ações de organizações filantrópicas em detrimento de outras, como instituições públicas ou privadas de finalidade lucrativa. O auxílio à pessoa humana é o que orienta os agentes filantrópicos, designa ajuda e possui um caráter assistencialista.

A ação filantrópica é uma ação social e tem como beneficiário a comunidade. Em algumas circunstâncias, tornam-se paliativas, como a campanha do agasalho, arrecadação de brinquedos em determinada época, representam apenas ações caritativas. Outras ações de caráter filantrópico são consideradas válidas, quando realizam doações financeiras, ou alimentação, subsidiando projetos regularmente para outra instituição, fundação comunitária. Além das entidades filantrópicas, a sociedade conta com muitas empresas que, em caráter assistencial, realizam ações caritativas, normalmente vistas como forma de atender às necessidades sociais, garantindo a satisfação dos funcionários, fornecedores, clientes prestando seu apoio, envolvendo-se e empenhando-se responsabilmente.

A noção clara do vínculo entre filantropia e o contexto competitivo ajuda as empresas a identificar para onde canalizar suas ações empresariais. A competência na pesquisa mostra que empresas podem ajudar as entidades sem fim lucrativo que compõem o terceiro setor a encontrar soluções que jamais teriam condições de desenvolver por conta própria (OLIVEIRA, 2005, p.79).

O interesse das empresas visa a melhorar suas doações, tendo como objetivo competir com outras empresas, tornando-as mais admiradas, competitivas e valorizadas pela comunidade, oportunizando aos beneficiados a oportunidade das ações sociais, inserindo-se assim no mercado de trabalho. Por outro lado, quando se confronta a filantropia com a globalização, mudamos o enfoque social, pois vista sob o viés neoliberal, transforma-se em um grande mercado cuja dimensão econômica se sobrepõe às demais, desafiando e

subjugando os conceitos e valores dos povos, destruindo as relações sociais pela ganância do lucro, o avanço do individualismo utilitário, o desrespeito à dignidade, a banalização da vida e o enfraquecimento do tecido social. A onda de violência, sob todas as formas, destrói vidas humanas, enchendo de dor a sociedade inteira.

Dessa forma, as características da globalização adéquam-se à modernidade pela rapidez e intensificação com que consegue manter sua comunicação em escala mundial interligando-se com os acontecimentos do mundo todo. Nesse aspecto, o Estado não consegue dar conta das demandas diante dos grandes problemas sociais enfrentados mundialmente. O apoio e incentivo dos órgãos competentes (Governo, MEC, empresas entre outras) que possuem parcerias com as Escolas Confessionais particulares têm sido pífios, a não ser a questão filantrópica, que é isenta dos incentivos fiscais.

A iniciativa privada sempre foi parceira do Estado, nesse contexto as parcerias que poderiam acontecer entre público e privado são as compras de vagas em que o Estado investia em vaga na escola particular, pois os custos são bem menores. Neste caso, existindo os aspectos estruturais das escolas, professores, condições adequadas em relação a espaço físico, bibliotecas atualizadas, sala multiuso, aparelhos que possibilitam melhorias na aprendizagem metodológica do professor. Outro aspecto importante são os incentivos no reconhecimento do trabalho realizado nas instituições - público e privada. Há uma inexistência de parceria em âmbitos dos projetos sociais na área da ecologia e outros para as instituições, qualificação profissional, cultura, lazer, esportes entre outros.

Os aspectos acima citados causam insatisfação da população, pois questões consideradas essenciais não são reconhecidas em termos de investimentos nos aspectos culturais como o desenvolvimento dos esportes, teatro e dança; pequenas, mas significativas conquistas realizadas nas escolas, o empenho dos educadores entre outros aspectos realizados e não apoiadas por órgãos públicos. As conquistas beneficiam a toda a sociedade, as escolas são elo de ligação para o conhecimento em preparação para o futuro. Essa falta de comprometimento e de incentivo leva o trabalhador e o próprio educador à estagnação. Para a escola privada todas as conquistas são comemoradas, embora reconhecemos que são poucas em relação às necessidades de investimento para acompanhar a modernidade, pois os orçamentos nem sempre são compatíveis com os ganhos.

Esses aspectos regem os ritmos da vida, na escola e no nosso trabalho, condicionam-nos a uma organização social, econômica, política e institucional. Configuram cenários e desafios que necessitam de novas posturas frente às necessidades sociais da sociedade.

Vivemos épocas em que tudo gira em torno do consumismo, chamamos isso de economia, em que a relacionamos ao aumento ou perda da lucratividade. O comércio reage às mudanças econômicas, conquistando o consumidor a gastar, seja na compra ou troca de seu carro com propostas acessíveis, seja na compra da casa própria, ou ainda em supérfluos, como roupas da moda, entre outros. Por outro lado, as pessoas são pouco acostumadas a investir, culturalmente, em aspectos formativos, na aquisição de bons livros, de programas culturais, como filmes, palestras, reuniões em espaços educacionais, teatros, possibilitando o engajamento, comprometimento e a conscientização na formação do indivíduo.

Destaca-se que, são poucas as empresas que oportunizam espaço de lazer, de confraternização, de discussão sobre o ganho ou perdas nas empresas. Tudo gira em torno do capital da produção, ocupação do tempo, o máximo para produzir mais. Com isso, temos uma sociedade desigual e com péssimas relações cada vez mais individualizadas. Uma empresa como uma escola tem como meta o crescimento de seus alunos, colaboradores e qualidade nos serviços prestados. Esse processo deve ser de compartilhamento, seja na responsabilidade, como nos benefícios, por isso a participação é cada vez mais importante e necessária no espaço educacional.

Há um exército de desocupados, mas uma minoria com tempo livre. A automação e a informatização possibilitam fazer o que sempre se procurou na história da humanidade: libertar-se do peso sufocante do trabalho. Isso produz novas relações humanas. Não existem mundos estanque, tudo é globalizado. O próximo é aquele que mora ao seu lado, em apartamento ou a milhares de quilômetros (SANDRINI, 2007, p.105).

Diante da realidade todos somos chamados a tomar posição na defesa e no comprometimento em relação às causas que afligem a humanidade. A solução passa por questões globalizadas, por projetos políticos capazes de mudar a ação humana. Defendemos que a sobrevivência está ligada ao trabalho, à educação, mas não conseguimos nos defender diante das leis, da impunidade, das injustiças sociais nas quais o poder fala mais alto. O alcance das grandes causas não está com a minoria, mas talvez sejam capazes de pequenas ações solidárias na preservação da vida. As grandes causas educacionais possibilitam a formação e autoajuda, mas em muitas circunstâncias elas colaboram para discriminação e para as injustiças sociais.

Impulsionada por uma onda de modernidade, a globalização articulou-se nos anos 80, na era da informatização, da internet, quando as comunicações aconteciam em tempo real. Cre-se, foi um tempo de obscuridade em que as pessoas foram tomando conhecimento,

envoltas à emergência, à curiosidade, descumprindo e aprendendo a manusear novas ferramentas, adaptando-se às novidades do “mercado”. Todos os segmentos da sociedade precisavam se adaptar rapidamente, possibilidade de interagir com essa nova ferramenta que vinha fazer a diferença na sociedade. Dizia-se, entre os mais arrojados, que quem não soubesse manusear este instrumento estava condenado à marginalização da modernidade.

O projeto social contrapõe-se ao capitalismo, tem como filosofia a solidariedade. É evidente que as instituições precisam se manter, seu objetivo final é a promoção da vida.

Para Sandrini (2007, p.106), “A sociedade está dominada, pela fragmentação e pela crise de valores fortes, que até a religião corre o risco de ser degradada como produto de consumo”. Dessa forma, vivemos uma fé individualista, cada um pra si sem compromisso com o outro. Somam-se os aspectos positivos à superação de experiência que nos faz retomar todos os dias nossa rotina, envolta em novidade renovando nossas esperanças.

As multinacionais vieram aprimorar os centros comerciais fazendo crescer seus em tornos, tornando-as grandes centros industriais. Com isso, a sociedade vive a dimensão de ter melhorado sua vida, mas a constatação é que muitos não conseguem chegar ao rol da fama e tampouco da dignidade de um salário digno. Os grandes centros industriais trazem muitos aspectos positivos, nos quais se constata a perfeição em muitos aspectos, na organização, beleza e nas oportunidades e criatividade. Por outro lado, temos os aspectos negativos como o medo, a insegurança, as dificuldades nos atendimentos emergenciais em relação à saúde, ao transporte, à marginalização. Em sua dimensão impregna, certamente, a exclusão, pois a possibilidade de atender a todos os objetivos está longe de acontecer. Para os gestores públicos permanecem os desafios em aprimorar e avançar nos projetos sociais que beneficiam a sociedade, principalmente as periféricas que recebem a maior concentração de pessoas mais pobres.

Sandrini (2007) defende a descentralização dos trabalhadores, referindo-se à industrialização da sociedade moderna, construção e progresso das nossas capitais, causando êxodo rural, onde os pequenos proprietários de terra vendiam seus terrenos, engrossando os grandes latifúndios e migravam para as cidades embrenhando-se na construção civil, gerando mão de obra para os grandes proprietários.

A Sociedade industrial, a modernidade se constituiu sobre seis grandes pilares todos eles sustentando a padronização, a sincronização, a concentração, a maximização, a centralização. Sendo que a sociedade industrial foi responsável pela constituição de grandes metrópoles, mas que carregou consigo um grande êxodo rural concentrando grandes parcelas da população para gerar mão de obra para este projeto (SANDRINI, 2007, p.112).

Para Frigotto (2001, p.76), “o que levou à crise da sociedade salarial fundamenta-se na própria essência do capital, acumular, concentrar, centralizar e, como consequência, excluir concorrentes e explorar a força de trabalho”. Para os países pobres a manutenção da sobrevivência é muito baixa não possibilitando ter uma educação adequada para que os indivíduos possam ter um bom desempenho. Nesse aspecto, a educação filantrópica é assegurada pela sua organização e qualificação mantida a todos sem fazer distinção dos demais educandos, completando os estudos com a mesma qualidade. Dessa forma, a filosofia das instituições, ao realizar a filantropia, permite cumprir a lei e realizar a missão de forma a partilhar os benefícios através de projetos sociais ou ajudar através dos aspectos educacionais, culturais e profissionais, objetivando o bem comum.

Na constatação de Frigoto (2001, p.80), a “estratégia do governo em relação à filantropia é alívio da pobreza, pois fica anunciada pela fixação de menos de 300 dólares como custo médio aluno, não pelo propalado programa de governo sustentado pelo “FUNDEF”³. Nesta perspectiva, a educação fica prejudicada, pois não é possível qualificar e investir nos futuros profissionais, que recebem uma adequação mínima para atuar no mercado.

Atualmente, a sociedade globalizada está organizada no sentido de atender às demandas da população. As instituições filantrópicas adotam posturas que se expressam no amor aos outros e a si mesmo. Dessa forma, assume postura pacífica e pouco reivindicatória no sentido de mostrar à sociedade o bem realizado. Mas, certamente, é muito difícil viver o compromisso de pobreza evangélica, embasada na solidariedade numa sociedade econômica que não consegue ver o necessitado como gente e de atender as suas necessidades enquanto pessoa e não fazê-lo em vista do lucro.

³ O FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental), que existe atualmente, destina recursos somente para o ensino fundamental priorizando as faixas etárias de valores por aluno/ano. Sendo que o FUNDEB priorizará 11 faixas etárias, constituídas da educação infantil, 1ª a 4ª série urbana, 1ª a 4ª série rural, 5ª a 8ª série urbana, 5ª a 8ª série rural, ensino médio urbano, ensino médio rural, ensino médio profissionalizante, educação de jovens e adultos e educação especial, além da educação indígena e de quilombolas.

"Na realidade, temos uma multiplicidade de divisões e contradições e o 'capital social total' é a categoria abrangente que incorpora a pluralidade de capitais, com todas as suas contradições. Ora, se olharmos para o outro lado, também a 'totalidade do trabalho' jamais poderá ser considerada uma entidade homogênea enquanto o sistema do capital sobreviver. Há, necessariamente, inúmeras contradições encontradas sob as condições históricas dadas entre as parcelas do trabalho, que se opõem e lutam umas contra as outras, que concorrem umas com as outras, e não simplesmente parcelas particulares do capital em confronto. Essa é uma das tragédias da nossa atual situação de apuro. [...] Essas divisões e contradições restam conosco e, em última instância, devem-se explicar pela natureza e funcionamento do próprio sistema do capital." (MÉSZÁROS, 2007, p.66)

Assumir esse conjunto de valores comuns faz parte da história de vida humana e divina, por isso colocar-se ao lado dos mais humildes, libertando a pessoa das dificuldades e da opressão não é tarefa para todos, mas somente para os que assumem viver e partilhar com o outro sua humildade. Essa prática da justiça possibilita a cada indivíduo exercitar a cidadania na prática educativa, seja no respeito na dignidade de todas as pessoas, exercitadas de maneira honesta, justa, solidária, transcendendo aos ideais realizados na busca de cada um. Nessa perspectiva, as instituições procuram proporcionar aos sujeitos da missão os meios para desenvolver suas potencialidades humanas, incluindo seu crescimento na fé, no conhecimento e na sua integração com a sociedade.

Com a Revolução Industrial, o capitalismo foi realizando grandes transações, tornando-se elo na expansão do capital, do progresso tecnológico e na força do trabalho. As tecnologias deram espaço à comunicação sem fronteira, tornando o Brasil um dos países a fazer parte na expansão comercial e industrial. No entanto, segundo os economistas, o Brasil está em baixo crescimento, menor que os países em desenvolvimento. Nesse aspecto, a tecnologia está a serviço do capital, principalmente quando exerce sua capacidade para manipular informações, dados ou pessoas.

Nesse contexto, o ser humano necessita sempre mais de informação, para exercer o senhorio que, por vocação, está sendo chamado a assumir uma nova dimensão relacional com o mundo e com a realidade. Essa proposição relacionada aos acontecimentos assume caráter que imprime mudanças estruturais, sociais e políticas, pois as reformas educacionais, estão embasadas no conhecimento científicos e nas práticas sociais engajadas em movimentos sociais que estimulam uma parcela da sociedade a lutar por igualdade. Cito as lutas de classes que foram capazes de mudar a realidade, embora com muito sofrimento, as "eleições" nas quais os candidatos se apresentam como super-homens capazes de realizar milagres, relacionado às forças produtivas e aos fracassos. Por isso, faz-se necessário assumir o presente com os pés na realidade.

A globalização, com suas múltiplas ofertas, impulsionou o indivíduo para uma realidade conflitiva, muitos tornaram-se pessoas ressentidas, queixosas, insatisfeitas e sem vida. Diariamente, presencia-se fatos do cotidiano, mostrando uma cultura individualista, busca dos prazeres desordenados e inconsequentes, o que resulta em relações infundadas e superficiais. Vive-se um tempo em que as emoções nos relacionamentos tornaram-se fragilizadas, nas quais as pessoas não suportam o diferente ou serem contrariadas. Hoje se vivenciam modelos de relações pautadas pela comunicação virtual, ultrapassando a inclusão afetiva no convívio pessoal. Anteriormente, gastava-se o tempo com conversas nas rodas de amigos, eram momentos sigilosos e éticos, hoje tornaram-se vazias e sem sentido. As amizades profundas ficaram na história, pois ter alguém, uma amizade, um amigo de confiança que dure, é coisa para se “guardar bem no fundo do coração”.

Essa é uma das razões pelas quais estudiosos de nossa época sustentam que a realidade traz, inseparavelmente, uma crise de sentido. O significado está em dar valor à simplicidade da vida, da natureza, da criação, fruto da ação do homem. Neste sentido, cada um pode encontrar nas ações do cotidiano a realização, que dá unidade a tudo o que existe e nos sucede na experiência e na convivência com o outro.

Surge hoje, com grande força, uma supervalorização da subjetividade individual. Independentemente de sua forma, a liberdade e a dignidade da pessoa são reconhecidas. O individualismo enfraquece os vínculos comunitários e propõe uma radical transformação do tempo e do espaço, dando papel primordial à imaginação. Esse fenômeno talvez explique um dos fatos mais desconcertantes e originais que vivemos no presente. Nossas tradições culturais já não se transmitem de uma geração a outra com a mesma fluidez como no passado. Isso afeta, inclusive, esse núcleo mais profundo de cada cultura, constituído pela experiência religiosa. Os meios de comunicação invadiram todos os espaços e todas as conversas, infiltrando-se, também, na intimidade do lar. Ao lado da sabedoria das tradições familiares e institucionais localiza-se a competitividade, não havendo mais a preservação dos elos de unidade específicos tanto familiares como sociais.

A realidade social em sua dinâmica atual analisa o papel do Estado como solução para os problemas sociais, principalmente diante do mundo globalizado. Para as classes trabalhadoras o projeto neoliberal representa o fracasso na participação estatal nos rumos da economia do país, pois o mesmo defende a política da privatização e pouca intervenção do governo. Essa dinâmica fere o direito do cidadão de sentir-se participante nas decisões contempladas pelas políticas públicas que concernem direitos fundamentais ao trabalhador.

A variedade e riqueza das culturas latino-americanas, desde as mais originárias até aquelas que com a passagem da história e a mestiçagem de seus povos foram se sedimentando nas nações, nas famílias, nos grupos sociais, nas instituições educativas e na convivência cívica, constituem um dado evidente para nós e que valorizamos como riqueza singular, é a possibilidade de que essa diversidade possa convergir em uma síntese que, envolvendo a variedade de sentidos, seja capaz de projetá-la em um destino histórico comum.

Vive-se em uma economia em que a pessoa vale pelo que produz, é meramente considerada mercadoria. A exclusão social dá-se pela competitividade, lucratividade não se importando com o desperdício público. A mídia está a serviço das grandes notícias que estão vinculadas ao sensacionalismo ou à desgraça alheia. Raramente veem-se fatos que divulgam o bem que é realizado. O acontecimento em que entram em ação as questões e valorização da pessoa é passado de forma que o telespectador não consiga refletir sobre os fatos. Outro aspecto divulgado em relação ao corte de uma árvore ou à morte de um animal é sempre mais importante que uma pessoa marginalizada. O Papa Francisco (2013) observa que o mandamento “não matar” põe um limite claro para assegurar o valor da vida humana, é possível dizer “não a uma economia da exclusão e da desigualdade social”. Esta economia mata.

Não é possível que a morte por enregelamento dum idoso sem abrigo não seja notícia, enquanto o é a descida de dois pontos na Bolsa. Isto é exclusão. Não se pode tolerar mais o fato de se lançar comida no lixo, quando há pessoas que passam fome. Isto é desigualdade social. Hoje, tudo entra no jogo da competitividade e da lei do mais forte, onde o poderoso engole o mais fraco (EXORTAÇÃO APOSTÓLICA, 2013, p.47).

A exclusão e as desigualdades sociais ocorrem em toda a parte e de muitas formas nas quais muita gente passa fome e muitos alimentos são desperdiçados, postos no lixo, o que poderia ser fornecida a uma instituição carente ou às pessoas carentes saciando sua fome. A avidez do mercado descontrola o desejo de crianças, jovens e adultos. A publicidade conduz, ilusoriamente, a mundos distantes e maravilhosos, onde todo o desejo pode ser satisfeito pelos produtos que têm caráter eficaz, efêmero e até messiânico. A globalização é um fenômeno complexo que possui diversas dimensões: econômicas, políticas, culturais, comunicacionais. Lamentavelmente, a face mais difundida se refere ao êxito da globalização e sua dimensão econômica, que se sobrepõe às outras dimensões condicionando a vida humana.

Na globalização, a dinâmica do mercado absolutiza a produtividade, valores reguladores de todas as relações humanas. As instituições financeiras e as empresas transnacionais se fortalecem ao ponto de subordinar as economias locais, sobretudo debilitando os Estados, que aparecem cada vez mais impotentes para levar adiante projetos de desenvolvimento a serviço de suas populações, especialmente quando se trata de investimentos de longo prazo e sem retorno imediato.

As indústrias extrativistas internacionais e a agroindústria, muitas vezes, não respeitam os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais das populações locais e não assumem suas responsabilidades. Denunciam a concentração da renda, o latifúndio, a pobreza, a fome.

No entender de Mészáros (2007, p.66), *“O capital não é uma entidade homogênea, pois carrega complicações relacionadas à globalização”*. Apresenta-se, ilusoriamente, como se fosse possível viver sobre um governo global, capitalista e que obedece às regras desse governo unificado. O sistema de capital articula-se numa rede de contradições que só se consegue administrar medianamente, ainda assim durante curto espaço de tempo sem conseguir se superar.

A globalização trouxe muitos fatores positivos e negativos, entre eles destaca-se o sucesso nas relações sociais, comerciais, na área da saúde, da educação, na política e na economia. A informação pela internet, superando barreiras, antes permitidas a poucas pessoas e que eram possuidoras de maior acervo bibliográfico ou que ainda pudessem dar maior prioridade à cultura através da leitura e aquisição de livros e jornais. A globalização e a mundialização vieram aproximar, de forma mais rápida, os conhecimentos científicos, oportunizando um maior acesso a todas as pessoas. A globalização também trouxe aspectos negativos, como: fechamento de pequenas empresas, transferência de empresas e de emprego, endividamento, perda de capital dos pequenos agricultores, mão de obra barata, concorrência e elevação dos impostos, fragilidade nas relações humanas.

Na medida em que o mundo torna-se um grande mercado, as relações pautam-se pelos critérios do lucro e do consumismo individualista. Como educar se de acordo com essa lógica, a própria educação passa a ser uma mera mercadoria oferecida de modo semelhante a qualquer objeto de consumo, no mercado global? Apesar de todo o esforço teórico-prático, o ideal de uma educação crítica e emancipadora continua sendo o grande desafio. Não menos importante, a escola ainda está desafiada a enfrentar outras forças que também (des) “educam” como a internet, a televisão, o rádio, os jornais e as revistas (SANTOS & ANDREOLI, 2012, p.2).

A educação é ponto chave para a construção dos saberes, de relações mais humanizadas, pois tem papel preponderante na construção e na formação da consciência crítica, contra a

educação consumista, contra a degradação ambiental, as desigualdades, as guerras, valorizando e assumindo os direitos humanos, a diversidade cultural, a participação de todos na vida social e nos processos decisórios. É desafiador educar nessa concepção, mas o importante é orientar nossa juventude, usando corretamente, as tecnologias, na realização de ações que possam ser benéficas e que possam dar frutos de esperança nessa cultura globalizada.

Para Líbânio e Oliveira (1998, p.604), a educação tornou-se, na verdade, uma mercadoria, como se ela fosse uma empresa, capaz de muitas cobranças e talvez poucos resultados. As constantes avaliações que tentam comprovar a atuação eficaz dos alunos, a competição entre as escolas onde cada qual quer qualificar a sua como a melhor acaba gerando desigualdade social. Ênfase aos programas da qualidade total, perfis em que a escola perde sua filosofia, seu modo de ser, de ensinar e de valorizar seu educando. Valorização de disciplinas umas com maior carga horária, incentivando a globalização no sentido de incentivar a competitividade, e tantas outras que possibilitam qualidade, mas também a exclusão social.

A globalização econômica evidenciou novos mecanismos ideológicos e políticos demonstrados pelo capital. Estratégias usadas possibilitaram a intensificação da terceirização, da flexibilização, da informalidade e busca de mão de obra barata, também o controle de qualidade, fatores que colaboram com o aumento da exploração do trabalho. Com a globalização houve crescimento nas exportações em decorrência dos investimentos, agilizando o aumento da produção atendendo, assim, às demandas externas. Dessa forma, o investimento é feito por automação, empregando menos pessoas com mais qualificação.

A globalização apresenta-se como um avanço, mas também retrocesso, pois trouxe muitos problemas, interferindo em todas as formas de vida humana. Uma das questões referentes à segurança, violência, criminalidade. O Estado apresenta menos condições de enfrentar os problemas sociais. Outros aspectos estão relacionados à educação, saúde precária, à violência, tornando-se difícil controlar a globalização como meio facilitador na dissolução sem fronteiras. Ao reler os acontecimentos visualizam-se os perigos, as ameaças, mas não há um posicionamento crítico frente a eles, pois os desafios aparecem como algo aos nossos olhos muitas vezes sem solução.

Visualizam-se muitas riquezas no país e um grande contingente de pessoas que a produzem. Quem é dono de tanta riqueza? Com toda a certeza não são os que a produzem, mas uma minoria que vai se tornando dono abastado do capital. Para haver igualdade são

necessárias políticas com melhor distribuição de renda, diminuição da pobreza, da fome no mundo.

O que, na minha opinião, temos de buscar é uma outra maneira de distribuir a riqueza produzida por uma quantidade cada vez menor de pessoas, que no futuro pode chegar a ser na verdade a uma quantidade ínfima. [...] não se trata de aumentar a produção, pois isto conseguimos resolver de forma satisfatória. A verdadeira dificuldade está na forma de distribuir a riqueza (HOBSBAWM, apud, FRIGOTTO, 2010, p.432).

As condições viáveis indicam que pelas necessidades da humanidade deve haver uma ruptura superando as desigualdades sociais capitalistas e que se estabelecem nas lutas e organização das classes trabalhadoras, diminuindo os latifúndios, oportunizando melhores condições a todos os trabalhadores. Schreiber, editora do jornal, BBC, (2014) indica que são justamente os mais pobres que mais contribuem para custear os serviços públicos no país, através dos impostos pagos e que pouco investimento tem retornado para as classes mais baixas. A arrecadação tributária é alta, pois supera a economia de vários países ricos, cujos serviços públicos são de melhor qualidade do Brasil.

No âmbito das reformas estruturais, destacam-se como necessidade inadiável: a reforma agrária e a taxaço das grandes fortunas, com o intuito de acabar com o latifúndio e a altíssima concentração da propriedade da terra; a reforma tributária, com o objetivo de inverter a lógica regressiva dos impostos, em que os assalariados e os mais pobres pagam mais, corrigindo assim a enorme desigualdade de renda; a reforma social, estatuinto uma esfera pública de garantia dos direitos sociais e subjetivos (FRIGOTTO, 2010, p.435).

Costumados a ser bombardeados, diariamente, pelas notícias e manchetes de jornais, mostrando que um crescimento econômico significativo seja na economia, crédito agrário, facilidades para financiamentos da casa própria, de carros e de utensílios domésticos, anunciado com juros a longo prazo. Por outro lado, é grande o endividamento das famílias e, conseqüentemente, a inadimplência pelos compromissos assumidos, afetando a renda familiar. Diante disso, a educação financeira ganha destaque para que o crédito seja bem utilizado, mas em muitos casos os endividados perdem, porém há sempre alguém que ganha.

A transformação de uma sociedade igualitária, passa pela convicção das mudanças sociais. Isso ocorre quando ultrapassarmos o individualismo dando lugar à solidariedade, espaço conquistado pelos indivíduos. As mudanças ocorrem rapidamente, por isso, é necessário romper com a lógica de uma sociedade capitalista e classista, oportunizando a

transformação da realidade pela conquista dos direitos, da coletividade, do lazer e da dignidade para os que desejarem melhores condições de vida.

[...] a sociedade só se transforma pela luta de classe. Limitar, portanto, uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não o objetivo de uma transformação qualitativa. Por isso, é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente (MÉZÁROS, 2014, p.12).

A transformação social ocorre através da dinâmica da luta de classe, disputa por hegemonia entre as partes em que cada qual busca solucionar os conflitos. Romper com a lógica do capital é condição para respeitar a criação, no seu processo natural de vida humana. O indivíduo tem seu ciclo a cumprir, e é através dele que ocorre seu crescimento, transformação e conscientização na busca de mudanças. O capital econômico tende a desrespeitar esse processo humano e natural, o rompimento com o capital, significaria dar condições e autonomia para que a educação contemple esse espaço.

O sistema capitalista é um sistema que separa capital de trabalho e cujas relações são de dominação e exploração. Para que haja dominação e exploração é necessário que o trabalho e o capital estejam separados. Comumente, definimos como um sistema de organização da sociedade baseado na propriedade privada, dos meios de produção e nos atributos intelectuais que são estimulados para o livre comércio. As pessoas quando sujeitas a essas condições, com o intuito de satisfazer seus desejos e necessidades, tendem, espontaneamente, a dirigir seus esforços no sentido de acumular capital, o qual é usado como moeda de troca a fim de adquirir os serviços e produtos desejados.

Acena-se para mudanças significativas na sociedade, na legislação, na conjuntura atual. Menciona-se também, as escolas confessionais, que nas últimas décadas tem sofrido com a pesada carga de tributos, dificultando sua manutenção e se não bastasse a instabilidade instalada no Brasil, desrespeitando o direito e a liberdade dos cidadãos. Nos últimos anos não se presenciou retornos positivos relacionados a projetos, ou a algum outro benefício que pudessem estimular e ajudar a escola filantrópica a manter suas aspirações e ideais.

Os golpes de natureza políticos constantemente deferidos contra a Escola Católica ameaçavam a sua sobrevivência e a manutenção de seus direitos constitucionais referentes à imunidade e isenções, aliadas às crescentes demandas nas áreas jurídica, contábil, administrativa e outras (ALVES, 2002, p.23).

Diante de tantas evidências a formação da história educacional brasileira, feita de muitos esforços, lutas e conquistas, pelas instituições confessionais tem trazido enormes benefícios para o desenvolvimento social, cultural e econômico e no crescimento das novas gerações. Cabe ainda lembrar que as constantes mudanças sofridas nas escolas filantrópicas, relacionadas às leis, têm causado enorme desconforto na questão da sustentabilidade econômica e administrativa, dificultando sua manutenção.

3.2 Globalização como um Movimento/Processo de Reconfiguração das Relações Sociais e Institucionais

Reconfigurar significa dar nova figura, novo formato, novo rosto, estar predisposto à mudança. No dicionário formal, refere-se a refazer, planejar, projetar a longo prazo com diferentes padrões, evitando erros que trouxeram consequências no seu contexto histórico ou de situações vividas. Reconfigurar um sistema político, uma instituição, uma escola, uma comunidade pelas relações sociais de trabalho. Configurar com novas características, reavivando uma nova filosofia com uma metodologia adequada aos tempos atuais. Este tempo de travessia, movimento, que precisa estar revestido de peculiaridade, apesar de fazer parte do cotidiano do nosso processo de crescimento, convivência, amizades, precisamos levar ao outro lado, para que possamos com novo olhar desencadear um novo renascer revestido de esperança, de coragem, sem medo das ameaças. Caracterizamos a reconfiguração como um processo de mudança e ela sempre nos causa medo, pois não conhecemos o outro lado.

Porque temos medo da mudança. Uma pessoa só aceita a mudança, de fato, quando percebe que será beneficiada no processo. Todos temos medo, temos dois mecanismos de sobrevivência: medo e dor. O melhor nos ajuda a não acharmos que somos invulneráveis. Em todo processo de mudança é preciso ficar acautelado e o medo nos auxilia nesse processo. Quem não tem medo se sente satisfeito, tranquilo e distraído. O medo faz com que possamos nos preparar, organizar, estruturar, estudar as possibilidades (CORTELLA, 2010, p.5)

A reconfiguração é um tempo de mudança para o mundo, a sociedade, a educação e para os que têm fome de justiça, de alimento, de paz, de relações humanizadas, de emprego, de salários dignos. A valorização do ser humano passa pelo respeito e pela ética que vê na pessoa um indivíduo e não objeto de trabalho.

Portanto, reconfigurar a globalização é sempre um movimento de saída que indica mudança de contexto, das políticas de mercado e principalmente de relações. Por que reconfigurar? Uma das constatações vividas na sociedade atual é que a cultura dominante

ocupa o primeiro lugar no que se refere ao exterior, imediato, visível, rápido, superficial, provisório. O real cede o lugar à aparência. A acelerada deterioração das raízes culturais com a invasão de tendências pertencentes a outras culturas, como da moda, do descartável, da vida fácil é um sintoma de uma economia desenvolvida, mas eticamente debilitada, contraria as crenças, a fé, que é uma opção de vida, e de muitos povos que se encontram hoje perante o desafio da proliferação de novos movimentos religiosos, alguns tendem ao fundamentalismo e outros que parecem propor uma espiritualidade sem Deus.

3.2.1 Reflexos da Globalização para as Instituições Filantrópicas

Globalização é uma ação global, é um processo econômico e social que estabelece uma integração entre os países, pessoas do mundo todo. Através deste processo, os governos e as empresas trocam informações, realizam convênios, acordos financeiros e comerciais e espalham aspectos culturais pelos quatro cantos do planeta dos quais são vivenciados pelas comunidades. Giddens (1991, p.69) define a globalização como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que os acontecimentos locais são modelados por eventos a muitas milhas de distância.

A globalização constitui-se um processo emergente e ainda em construção, apresenta-se com muitas facetas, embora possua um sentido universal nas dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, entre outras, que são interligadas de modo complexo. Nesse contexto, pensar a globalização como um movimento ou como um processo de reconfiguração nas relações sociais e institucionais é mudar seu enfoque, respeitando o processo de reconstrução de uma nova sociedade, pois acreditamos nos indivíduos, em suas metas que sejam capazes de traduzir e transformar as lutas em realidade. As políticas públicas, nessa reconfiguração, expressam uma nova forma de organização do povo, beneficiando a todos os que buscam um espaço que seja sujeito de transformação social.

A globalização impõe formas diferenciadas ao relacionamento no cotidiano das pessoas e que são assumidas como verdades, no entanto, poderiam ser sugestões para repensar e compreender aspectos referentes à população. Uma das causas apontadas é a tecnologia que, sem dúvida, trouxe muitos benefícios, possibilitou abertura nos processos sociais e econômicos.

Os reflexos da globalização estão expressos no âmbito da vida humana, no cotidiano e, principalmente, nas relações com a sociedade. A globalização demanda ações estrategistas para organização de mercado. Filho (2000, p.12), por isso, tende a diminuir o ciclo de vida

dos produtos, incita lançar novos produtos no mercado, estimula o aperfeiçoamento contínuo da tecnologia, investe, continuamente, na formação de alianças, cooperações e fusões internacionais, com a finalidade de agregar competitividade.

Nesse sentido, as novas mudanças organizacionais influenciam os processos econômicos e sociais no setor educacional. Essa alteração não nos possibilitou uma reflexão mais profunda na virada histórica, arrastando consigo costumes inerentes ao nosso trabalho, convivência e harmonia no meio social.

Carrear o fenômeno da globalização e seus reflexos nos vários âmbitos da vida humana é importante, à medida que, por meio de uma série de reconstruções de nosso cotidiano, podemos entender como foi alterada nossa percepção sobre o mundo. Tempo, espaço e trabalho são afetados pelas dinâmicas que reconfiguram nossas relações, nossa maneira de ser/estar no mundo. Embora seja um processo marcadamente econômico, há nisso uma lógica que impõe outros modos de organização da vida, que se espraia pelo social, cultural, político-educacional, demandando rearranjos e criações humanas que nos possibilitem interagir com o novo, compreender o desconhecido (ALONSO, 2008, p.749).

Essa imposição globalizada propõe novas formas de repensar e compreender os hábitos, costumes, valores da população, que carecem de modificação da velha estrutura para compreender e se adequar à nova.

As instituições, tanto familiares como religiosas e sociais foram atingidas nesse processo. As famílias atravessam uma crise cultural profunda, como todas as comunidades e conexões sociais. A fragilidade dos vínculos reveste-se de especial gravidade, porque se trata da célula básica da sociedade, o espaço onde se aprende a conviver com os outros e onde os pais transmitem a fé aos seus filhos. A família é o espaço primeiro da afetividade, do amor, continuando na escola através da educação formal.

Para as congregações religiosas, o início da colonização foi marcada por uma forte reconfiguração que mudou a vida de muitos institutos de vida ativa. O surgimento de muitas instituições no interior da igreja desenvolveu-se com suas habilidades próprias, conforme os princípios e modelos de seus fundadores. Muitas dessas congregações inseridas em seu cotidiano impõem seu jeito próprio de propagar sua fé, sendo fiéis ao evangelho. No entanto, com o crescimento da globalização novas características mudam o modelo de sociedade e de vida religiosa, ocasionadas pelas mudanças globais.

As instituições religiosas e confeccionais, convivem com essa crise no sentido de mudanças comportamentais, vocacionais e de trabalho. As novas gerações não se adaptam mais a uma vida de privações e de sacrifícios, mas admitem e buscam mais autonomia,

liberdade e prestígio nos institutos. Esse novo formato de vida não pode estar distante da realidade e nem perder as características fundamentais dos fundadores e da igreja.

As transformações ocorridas nas últimas décadas atingem todas as organizações, principalmente as escolas, que necessitam modificar seu perfil em relação à informatização, softwares, comunicação e revolucionando o cotidiano da escola. Este fenômeno invadiu nossa cultura, transformou nossos costumes e expôs nossa fragilidade em relação à modernidade. Somos desafiados, diariamente, a assumir posturas que provocam mudanças, mas nos instrumentaliza como elementos catalisadores na aprendizagem do cotidiano. Esse novo perfil nos possibilita a vivermos a cultura da solidariedade, da afetividade, dos relacionamentos saudáveis que ficaram para trás sendo substituída pela comunicação dos tictcs.

Nesse processo de globalização, torna-se difícil diagnosticar o futuro, pois as mudanças na sociedade ocorrem vertiginosamente, existe maior incerteza em relação ao desenvolvimento humano, pois a nova ordem mundial é regida por um mercado sem fronteiras.

É possível descrever os traços da educação do futuro e suas contradições e o desejável cenário, embora a realidade diante da disparidade econômica, cultural, social, que se verificam, mostra outra realidade. A velocidade das mudanças são muito rápidas e não consegue precisar as transformações históricas que irão acontecer (MARCHESI, 2001, p. 101).

A abertura do mercado sem fronteira estabelece parâmetros entre os indivíduos, competindo com o crescimento e o desenvolvimento tecnológico, embora seja meio que impulsiona a economia e, também, de produzir as desigualdades entre ricos e pobres. Com o acesso aos meios de comunicação, como a internet, facebook, a tecnologia celular, a internet, equipamentos multimídia, que vieram para facilitar a vida das pessoas não precisando se deslocar de uma para outra unidade, constituindo-se um poderoso veículo de facilidades e de diversidade entre as pessoas. Por outro lado, poderá significar uma ferramenta democratizante através do compartilhamento do desenvolvimento humano. Estas mudanças estão produzindo uma profunda pressão sobre os sistemas educacionais, modificando a qualidade do ensino, suas relações com outras organizações, sobre seus atores e sobre o papel social dos envolvidos.

De acordo com o relatório da UNESCO, os quatro pilares da educação, o grande desafio que a educação enfrentar é ajudar as pessoas no processo de aprender, conhecer, conviver e ser, pois o que está em jogo não é só os saberes, os valores, mas o método de como ensiná-los. O que está sendo transformado, é o papel dos professores, as escolas, o lugar o tempo da aprendizagem. Sabemos que o Conceito de qualidade na educação mudou hoje, ao mesmo tempo em que se produzem novas transformações sociais (MARCHESI, 2001, p.103).

O sistema educacional na sociedade em transformação gera múltiplos dilemas e contradições, na medida em que as formas tradicionais de ensinar já não servem na atualidade. Hoje, existem muitas possibilidades de intercâmbios, na comunicação, na busca por mudanças, mas nem sempre são usadas para a aprendizagem. A educação deve responder aos desafios da instituição caracterizada pela abertura, competitividade, por incorporar múltiplas culturas, fato que envolve o sistema global da sociedade, os poderes públicos, a comunicação e exigência de uma formação de novas gerações de alunos. Esses novos tempos de aprendizagem nos levam a compreender que aprender é um processo permanente seja por influência da família e da própria coletividade no intuito de superação das desigualdades sociais.

Sinteticamente pode-se afirmar como Bauman (2007), que a realidade social em sua forma macro e as relações pessoais em uma relação micro, têm, dentre outras características, as seguintes distinções, estrutura difusa e mutável:

Relacionamentos, descartáveis com validade datada, obsolescência de dados; regulamentação e perenização das relações; morte das utopias; fragmentação das identidades; relações que correm e dimanam sem obstáculos; na ausência da ética e dispersa os princípios mutantes; na sociedade líquida, como na realidade virtual tudo é fácil, simples, rápido, mas sobretudo descartável, portanto, Tempos Líquidos, são destacados na relação como liquefação do Estado Nação, face a sua incapacidade de responder localmente aos estímulos globais (BAUMAN, 2007, p.10).

Para Bauman (2007, p.10), a vida na sociedade líquido-moderna é uma versão perniciososa da dança das cadeiras, jogada para valer. O verdadeiro prêmio nessa competição é a garantia (temporária) de ser excluído das fileiras dos destruídos e evitar ser jogado no lixo.

Imerso nesse processo rotativo de inclusão e exclusão instantâneas nas suas relações afetivas, a “humanidade líquida,” cada vez mais, teme afirmar a potência unificadora do amor, sentimento que, aliás, é dificilmente mensurável por critérios quantitativos e cálculos estatísticos. Bauman (2008, p.10) define tanto as “práticas amorosas” virtuais como os relacionamentos afetivos marcados por um gosto pela efemeridade com o termo “relacionamento de bolso”.

Todo indivíduo que destoa de nosso padrão pré-estabelecido de conduta e valores é prontamente estigmatizado como o “diferente”, portanto, como “desagradável” e potencial fonte de perigo para a manutenção de nosso conforto existencial. Bauman, com ironia (2006, p.125) diz: “Diga-me quais são os seus valores e eu lhes direi qual é a sua identidade.”

Afinal, a massificação da cultura visa, acima de tudo, a eliminar as supostas características discrepantes entre os indivíduos, de modo que todos devem ser “iguais”, isto é,

seguir os mesmos padrões de comportamento, consumir as mesmas coisas e se guiar, fielmente, aos ditames da moda em voga, reduzir para consumir.

Para Marchesi (2001, p.107), a mudança na abertura, o dinamismo, a confiança, a responsabilidade, a cooperação e a exigência são características que definem as organizações mais competentes e com maior capacidade para enfrentar os desafios atuais. No entanto, somos parte desse todo e precisamos de uma grande dose de dinamismo para manter de pé nossas convicções frente ao contexto global.

Outra constatação referente à violência reclama-se maior segurança. Mas, enquanto não se eliminar a exclusão e a desigualdade dentro da sociedade e entre os vários povos será impossível desarraigar a violência. Acusam-se os pobres e as populações carentes de selvageria, mas constata-se que a maior violência é feita por divergências políticas, com finalidade de mando ou de poder. Quando a sociedade, local, nacional ou mundial, abandona as periferias, uma parte de si mesma, não há programas políticos, nem forças da ordem ou serviços secretos que possam garantir indefinidamente a tranquilidade.

Mas, enquanto não se eliminar a exclusão e a desigualdade dentro da sociedade e entre os vários povos será impossível desarraigar a violência. Acusam-se da violência os pobres e as populações mais pobres, mas, sem igualdade de oportunidades, as várias formas de agressão e de guerra encontrarão um terreno fértil que, mais cedo ou mais tarde, há de provocar a explosão. (...) Isto não acontece apenas porque a desigualdade social provoca a reação violenta de quantos são excluídos do sistema, mas porque o sistema social e econômico é injusto na sua raiz (PAPA FRANCISCO, 2013, n° 59).

Todo esse processo de mudança exige capacidade de avaliar a realidade em movimento. São necessárias mudanças para sanar as desigualdades sociais, visto que a violência e as diferenças não somam na construção da cidadania, ao contrário retardam o processo de crescimento. A perda de identidade ocorre frente à violência social, causa que se expressa na sustentabilidade em que os indivíduos se sentem ameaçados e excluídos da sociedade. Isso demanda a prevenção através de mecanismos alternativos culturais de geração de renda, com implementações para que, principalmente o jovem, possa ter seu ganho e seu sustento. Esse é o grande desafio do mundo globalizado onde as grandes iniciativas passam pela reconfiguração na educação e da sociedade.

3.3 Filantropia no Contexto da Nova Ordem Social

O termo ordem social foi, muitas vezes, definido para pôr fim à desordem e à transformação social. Como é possível classificar a nova ordem social e de que modo ela se

reflete na sociedade, e que mecanismos e estratégias são usadas para sua reprodução na sociedade? As atividades sociais são organizadas pela própria sociedade, reproduzindo o que chamamos de uma ordem social. Essa prática social ocorre em decorrência de pessoas que têm a competência e a atribuição dessa prática moral como julgamento de alguém no tribunal, uma repreensão, o entendimento entre duas pessoas, uma reunião para esclarecimentos são exemplos de práticas legais dentro da sociedade. A ordem social brota do cotidiano e na medida em que os atores interagem em suas relações sociais são classificadas como ordem ou desordem social.

Em uma instância maior, o Estado e Governos são chamados a serem reguladores desses aparelhos, pois a baixa qualidade dos serviços e dos custos faz com que os indivíduos sejam atores do processo, bem ou mal sucedidos. A organização não governamental e os movimentos sociais mobilizaram-se para criar uma nova ordem social são mudanças que ocorrem na sociedade procurando socorrer os que ficaram à margem da sociedade.

No sistema capitalista o mediador do trabalho coloca-se a serviço da parte interessada na manutenção da ordem social vigente, exercendo a função de quem está no poder. O Banco Mundial é definido como o depositário documental que mede a qualidade dos diversos tipos de capital social. É um setor visto pela confiança nele depositada sendo compartilhados os valores, crenças, laços de solidariedade, objetivando ser elo entre ricos e pobres. Uma de suas características diz respeito à sua organização, normas referentes à sua atribuição na forma de requerer financiamento do poder público para executar as políticas sociais. Ao reconfigurar as antigas práticas de caridade por parte das instituições filantrópicas e organizações empresariais e assistenciais, tornavam sem significado ações realizadas pelo fato de usarem as políticas de forma indevida.

Ghildardie Ceretta (2004, p.51) define as entidades filantrópicas como as que fazem parte do chamado terceiro setor, definido como sendo o conjunto de iniciativas particulares com um sentido público. O terceiro setor supõe um primeiro e um segundo e, nessa medida, faz referência ao Estado e ao mercado.

O primeiro setor é o que está sob a responsabilidade exclusiva do Estado, e o segundo setor são todas as empresas em geral, cuja função social é limitada ao pagamento de impostos, geração de empregos e, mais recentemente, à proteção do patrimônio ecológico. Seguindo essa orientação, as entidades filantrópicas situam-se no campo dos agentes não governamentais com o encargo de substituir o Estado no atendimento da educação, saúde e assistência social (GHILARDIE CERETTA, 2004, p.51).

Percebe-se que as entidades filantrópicas estão ligadas às instituições religiosas, assistência social e, igualmente, as comunitárias caracterizam-se por ajudar ao próximo. Embora entenda-se o valor e a necessidade de atendimento aos mais carentes é evidente que devido às condições socioeconômicas, as famílias que recebem salários baixos preferem o atendimento da escola pública por causa das garantias com material escolar, uniforme, merenda e transporte grátis. Para a escola filantrópica a família que necessita de vaga e de auxílio precisa comprovar renda, ou ter investimento para garantir a vaga, enquanto que na Escola Pública, na maioria das vezes, a vaga é garantida, sem comprovar nada. Dessa maneira, ambos têm preferência, pobres e ricos e o Estado fica com os ricos e com os pobres, pois não pode negar a matrícula a ninguém. A escola particular, por outro lado, convive com a realidade de acolhimento dos mais necessitados muitas vezes excedendo o número de vagas e, em muitas ocasiões, as mesmas não conseguem comprovar mesmo com documentos o exigido pela lei da filantropia.

Outro aspecto são os encargos educacionais em que as escolas particulares filantrópicas têm como responsabilidade sua, respeitando a manutenção com investimentos e infraestrutura. Os gastos com pagamento de funcionários acontecem da mesma forma, mesmo com poucos alunos, são gerados custos fixos pelo número de alunos pagantes integrais. Nesse caso, dificulta a sustentabilidade a ponto de muitas instituições fecharem suas portas por não conseguirem se manter.

A denominação filantropia para estas entidades que requeriam do poder público o financiamento, uma vez que eram co-executoras de políticas públicas. Ao serem indevidamente classificadas como filantrópicas, sem demonstrar o mérito de ação assistencial, reiteravam a cultura clientelística e da tutela ao revés da concepção do direito fundamentado numa política pública, universal, descentralizada e participativa (ESCORSIM, 2008, p.4).

Constatou-se que ainda há pouco reconhecimento em relação à filantropia e seus aspectos sociais que beneficiam a sociedade. Para muitos, é vista como uma forma de ajudar a conduzir o desenvolvimento da sociedade, sem recorrer à intervenção estatal, que muitas vezes contribui na formação ou a distorção das políticas públicas nos aspectos, culturais, profissionais, na promoção humana e no desenvolvimento científico.

3.3.1 Responsabilidade Social Filantrópica

Como já se referenciou nos capítulos anteriores, a filantropia, ao longo da história, foi incorporando seu papel social focando seu valor para a sociedade. Hoje ela se configura como lei oportunizando igualdade, abertura e transparência em todos os setores e instituições sociais. Há reconhecimento por parte das lideranças sobre o trabalho social e digno de destaque, apoio em todos os setores, ciente de seu dever, da qualidade dos serviços realizados, mas ela merece ser mais valorizada, apoiada sem ser configurada como escola das elites.

As lideranças, o empresariado e a classe política já passaram da hora de entender que o ensino privado possui um lugar que lhe é próprio na educação deste país. Lugar este que não se constitui em ameaça para a escola pública. Nesta perspectiva, a escola confessional possui possibilidades únicas para contribuir para uma maior aproximação entre Sociedade, Estado e aos empresários da educação, os quais, mais do que ninguém, comprometeram sua operosidade e seus recursos para suprir o Brasil de uma educação de qualidade (ALVES, 2009, p.76).

A responsabilidade social filantrópica de uma empresa ou de uma instituição está sendo cada vez mais cobrada em relação à transparência, seriedade e compromisso com a sociedade. Para medir esse crescimento são necessárias comprovações das ações realizadas no decorrer dos anos através de relatos que venham a analisar os orçamentos e planejamento contemplados nas ações propostas. Normalmente, os auditores analisam os caixas, as receitas brutas e líquidas, conferindo a veracidade do realizado. A filantropia passa por questões éticas nas empresas e nas instituições escolares, em relação à prestação dos serviços alcançados ou das inadimplências que acaba sendo custo na receita. A instituição precisa desenvolver suas habilidades, estratégias para lidar com estas questões sociais. Outro aspecto são os investimentos e aprimoramentos pedagógicos, como também a qualidade dos serviços oferecidos, sejam eles educacionais no crescimento e investimento na melhoria do ensino aprendizagem.

Uma das questões discutidas, fundamentadas em relação às escolas e Universidades filantrópicas é a capacidade de oferecer vagas relacionadas aos 20% que as instituições precisam fazer para manter sua isenção. Nesse caso, a instituição tem o espaço e vagas disponíveis para acolher os alunos de baixa renda com gratuidade de 100% (cem por cento). O espaço é ocupado com ações de serviço através da prestação de contas, aplicando, assim, os 20% no faturamento em gratuidade. Esta é uma ação transparente, condição essa para a manutenção sem custo para o poder público e para o Estado. A isenção fiscal das filantrópicas

é um processo legal e não tem nada a ver com políticas temporárias ou partidárias. Isso existe desde a Constituição de 1988.

Entidade beneficente de assistência social: “promove gratuitamente e em caráter exclusivo a assistência social beneficente a pessoas carentes, em especial a crianças, adolescentes, idosos e portadores de deficiência”. Entende como assistência social beneficente à prestação gratuita de serviços e benefícios a quem dela necessitar (GOMES, apud, ESCORSIM, 2008, p.5).

As instituições filantrópicas quando comprovadas suas ações, conseguem sustentar que não devem nada à União, que por sua própria natureza, são isentas dos impostos. A aplicabilidade dos 20% do faturamento em gratuidades se transforma em vagas. Portanto, a Instituição filantrópica não está ganhando nada do Estado, ao contrário está contribuindo e ganhando como direito constitucional ser isenta dos impostos, já que as mesmas colaboram com muitos outros aspectos na prestação de serviços à comunidade. O ensino privado é uma opção a mais, visto que o público nem sempre oferece vagas suficientes e qualidade adequada para suprir as necessidades sociais e estruturais do país.

Se existe democracia no sentido de escolha de instituição de ensino, nossa região conta com essa possibilidade, por isso seja por tradição ou por opção religiosa e familiar tem essa oportunidade de opção tendo em vista o crescimento de seu filho, garantindo assim, sua formação. Embora seja dever do Estado oferecer ensino público, fica a opção para ambos em priorizar o ensino particular adequado para os cidadãos.

A educação deve estar a serviço da cidadania, embora deva ser contínua, pois as mudanças ocorrem de modo rápido mudando seus contornos, de modo que os interesses se modificam de forma vertiginosa. As práticas devem possibilitar aos educadores essa transformação nos setores educacionais para que possam contribuir no desenvolvimento de uma sociedade de cidadãos conscientes dos seus direitos e, também, dos seus deveres.

A educação deve ser sempre continuada, permanentemente, ou não é educação. Defende a existência de práticas educacionais que permitam aos educadores e alunos trabalharem as mudanças necessárias para a construção de uma sociedade na qual o capital não explore mais tempo de lazer, pois as classes dominantes impõem uma educação para o trabalho alienante ,com o objetivo de manter o homem dominado (MÉZÁROS, 2014, p.11).

Para Noronha (2014, p.66), a história da educação nasce com os princípios de que a formação dos filhos como proprietários de indústria ou bens de produção seria diferente do homem comum. Este tipo de formação separava o “homem político do homem produtor” e realizava a essência de forma abstrata e não nas relações históricas concretas. Com o

crescimento das forças produtivas e o desenvolvimento da globalização incorpora a lógica do capital. A indústria, o comércio e os meios de comunicação passam a gerir um novo tipo de educação, superando a educação abstrata voltada para a construção do conhecimento humanístico e do convívio social.

A implantação de projetos sociais educativos gratuitos, ou com baixo custo possibilitariam a instrumentalização aos educandos e favorecem a diminuição da violência e a concretização na participação em níveis culturais e políticos. Os investimentos em educação pública e privada dão suporte à qualificação profissional para o educando; Integração de escolas voltadas para a inclusão social, principalmente de pessoas portadoras de necessidades especiais; Qualificação profissional de jovens através de cursos de língua estrangeira, informática; ampliação do acesso à Internet para pessoas de baixa renda; preservação ambiental, melhoria da qualidade de vida da comunidade em seu espaço geográfico, ambiental e social.

Educar, orientar, instrumentalizar, desenvolver, capacitar a pessoa, processo pelo qual o indivíduo consegue crescer profissional e humanamente não só no intelecto, mas na compreensão, na libertação, no compromisso com o seu semelhante. É sentir-se capaz de lutar pelos seus ideais como cidadão e não como mero e único indivíduo, mas como participante do plano criador. Todavia, é importante lembrar que a educação se encontra ligada à política e que, dessa forma, torna-se fruto do sistema capitalista, associada ao controle político e ideológico das classes dominantes, apropriando-se dos saberes destinados a uma parcela da sociedade.

Segundo Mészáros (2008, p.15), “a educação tornou-se uma peça no processo de acumulação de capital e de estabelecimento de um consenso que torna possível a reprodução do injusto sistema de classes”.

Dessa forma, não se pode transformar os conhecimentos em mera transposição neoliberal, eles precisam estar a serviço da mudança social, do desenvolvimento científico, reconhecendo e acreditando ser possível transformar uma nação em cidadãos de respeito a serviço da vida.

Educar não é mera transferência de conhecimentos, mas sim conscientização e testemunho de vida. É construir, libertar o ser humano das cadeias do determinismo neoliberal, reconhecendo que a história é um campo aberto de possibilidade. Esse é o sentido de se falar de uma educação para além do capital (MÉZÁROS, 2014, p.13).

Nesse sentido, uma instituição escolar é uma porta de entrada para assimilar os conhecimentos que nos levam a interpretar a realidade. Para entender esse processo é necessário que os conhecimentos sejam construídos de modo que o educando se sinta agente na construção de novas descobertas. Esse espaço oferecido pelas escolas em vista da filantropia oportuniza ao educando realização de sonhos e aspirações, que nem sempre a sorte tem oportunizado a muitos.

A filantropia é uma ação a serviço do bem comum em favor dos mais necessitados da sociedade e tem como finalidade oportunizar os meios de crescimento a todos, mas principalmente aos que têm deficiência econômica de custear cursos na preparação para o futuro. A filantropia desenvolve atividades de grande mérito social, de projetos que aprimorem os conhecimentos das pessoas que estão à margem da sociedade instruindo-as para que possam desenvolver suas habilidades, tornando-se sujeitos comprometidos das ações sociais.

As entidades filantrópicas, abrem mão da propriedade de seu próprio patrimônio e passam a ser “parceiras” do Estado, com as mesmas atribuições quanto aos atendimentos, mas com cada vez menos condições de funcionamento, pelas frequentes alterações da legislação, dificultando a consecução dos seus objetivos institucionais (GHILARDI & CERETTA, 2004, p.62).

Responsável pela organização, ordem e bem comum, possui recursos para atender às demandas da sociedade. É competência do Estado organizar o sistema educacional, planejamento, elaboração e implementação das políticas públicas necessárias ao cumprimento das demandas. Por isso, é possível superar o distanciamento do sistema educacional no sentido de responder às necessidades regionais onde seu papel é impulsionar a economia atenuadas as distâncias e criando incentivos sociais para que a iniciativa privada filantrópica como o sistema público educacional possa interagir através de projetos que venham beneficiar a todos.

O sistema educacional, como um todo, responderá melhor às necessidades sociais do país quando se superarem as distâncias entre o público e o privado em educação, lançando-se, ambos os setores, em projetos comuns, em que o papel do Estado é, antes de tudo, eliminar barreiras e criar incentivos, e não suprimir direitos, ingerindo-se e reforçando a ideia de que a presença da iniciativa privada na educação é apenas tolerada e não desejada pelos insubstituíveis benéficos que pode gerar (ALVES, 2009, p.77).

Tem-se acompanhado o conflito relacionado à construção da escola moderna e o tipo de formação proporcionado: humanidades clássicas ou ensino científico. Esse aspecto está

relacionado por um lado à formação do trabalho, para o mercado, por outro, para atividades mais intelectualizadas voltadas para a formação das políticas públicas e educacionais. Dessa forma, temos sempre disparidades, embora não exista uma formação de igualdade para todos, mas o essencial se faria nos aspectos básicos para ambas as concepções.

Para Noronha (2014, p.69), “O próprio capitalismo se encarrega de fazer a sua proposta em resposta às demandas das grandes transformações históricas em curso, tendo como fator central o trabalho como produtor de mercadorias que têm como motor a produção de valor excedente, de lucro”. O valor do trabalho é visto como mercadoria, valor de troca manifestado nas relações de trabalho, de desemprego forma esta situada na concentração e na centralização do capital, setores que determinam a economia controlada por pequenos grupos através dos investimentos ou de setores onde atuam em favor do mercado.

Concorda-se com Mézáros (2014, p.9), ao definir que: só haverá mudanças na sociedade se se pensar na lógica humana. *“Pensar a sociedade tendo como parâmetro o ser humano exige a superação da lógica, que tem no individualismo, no lucro e na competição seus fundamentos.”*

No atual cenário globalizado os mercados determinam que as empresas não sejam meramente organizações econômicas, mas também, sociais, pois com a responsabilidade social favorecem a criação de ações e atitudes empresariais para o desenvolvimento sustentável. A ação destrutiva da humanidade encontrou-se com limites estruturais absolutos do próprio sistema a ponto de *“obstruir o futuro da humanidade”*. Portanto, não há saída senão *“erradicar o sistema do capital de seu controle há muito resguardado do processo sócio metabólica”* (MÉSZÁROS, 2007, p.26).

Normalmente, as grandes multinacionais administram de forma a construir marcas comerciais, descobrindo tendências e deixando um nome no mercado. Na educação, constroem-se referências que ajudam a crescer, mas qual é a marca que se deixa para as futuras gerações? A educação não se compara a uma empresa porque deseja ser a melhor e faturar mais, mas precisa estar direcionada à sua ação estratégica para crescer no mercado com o outro. Por outro lado, lembra-se que os Institutos de educação e as instituições particulares, mesmo que filantrópicas, são lembradas até hoje, fazendo história pelo trabalho desenvolvido e pela postura ética remanescente.

É por isso que hoje com todo o conhecimento científico empreendido, com toda a evolução do comércio, indústria, com crescimento das mídias ainda assim, não se consegue diminuir a violência. Tem-se um crescimento em relação ao público onde os governos

mantêm instituições públicas, mas ainda são necessários projetos filantrópicos que ajudam na prevenção da marginalidade. Não há dinheiro e nem projetos que paguem a falta de amor à humanidade. O crescimento acelerado gera a exclusão social, o medo, a desumanização.

Não podemos ignorar a questão da desigualdade social no Brasil, que cresce no ritmo acelerado e que tem uma ligação forte e direta com o sistema público de educação e a violência generalizada. O maior medo é sem dúvida, o medo da pobreza e o medo dos pobres. Isso é grave, porque, acabamos tendo mais medo das vítimas do que das causas da miséria. Sendo assim, teríamos de nos preparar para viver sob temores ainda mais vastos e profundos, porque no maravilhoso mundo novo que agora nos preparam, as grandes cidades no Brasil serão ainda maiores e mais carregadas de miséria (SANTOS, apud, MOTA, 2002, p.18).

A realidade tem mostrado, através do sistema político, que em vésperas de eleição o indivíduo é inimigo de si mesmo. Consta-se, também, que quando se tem um governo que planeja metas a longo ou a curto prazo para sanar os problemas sociais e da pobreza e quando as camadas mais pobres têm conseguido conquistar seus espaços, normalmente, a elite procura meios para derrubar esse espaço de igualdade. Isso tem causado o aceleramento da violência e desigualdades sociais quando as injustiças sociais não se coadunam ao sistema. Existe um contraste muito grande entre as oportunidades da população mais abastada e os mais pobres. Os que possuem posses protegem-se em condomínios fechados, grades, alarmes passando a ser temidos pela periferia.

Dessa forma, cresce o preconceito contra os que moram nas favelas, sendo rotulados pela sociedade, por isso há um distanciamento entre a classe alta e baixa, nos bairros periféricos. Para Mota (2012, p.18), a valorização do indivíduo passa pelas aparências, seja na dignidade, humildade e o respeito, como também, pelas posses que possui: ter o carro do ano, a casa dos sonhos, viver no conforto sem se preocupar com o outro, com a questão social.

4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL E SEUS IMPACTOS PARA A ESCOLA FILANTRÓPICA

Neste capítulo abordar-se-ão as políticas públicas educacionais e as barreiras que impedem as escolas filantrópicas de serem autônomas no gerenciamento educacional da sua instituição. Também serão analisados os dilemas, desafios e exigências das escolas filantrópicas diante do contexto atual.

Partindo da realidade atual, pretende-se analisar vários fatores causadores das mudanças, como as políticas públicas, a existência de conflitos vivenciados em relação à exigência das leis, os efeitos da globalização para a modernidade e, conseqüentemente, para as instituições filantrópicas.

4.1 Conceituando Políticas Públicas

As políticas públicas relacionam-se com poder social fazendo referência a soluções específicas de como manejá-las.

Para Dias e Matos (2012, p.3), “as políticas são um conjunto de procedimentos que expressam relação de poder, procedimentos na resolução de conflitos aludindo para os bens públicos”. Vários autores comungam da ideia que “poder” é a capacidade de intervir ou influenciar o comportamento dos outros.

A política está inserida no cotidiano da vida como por exemplo: o aquecimento global, a diminuição da diversidade, a inserção social de imigrantes, a melhoria da qualidade de vida dos idosos, o aumento da inclusão social esses assuntos são essencialmente políticos (DIAS & MATOS, 2012, p.4).

Entende-se o poder como forma de participação ou organização social da sociedade, pois não seria possível um Estado ou Nação sem uma organização que acenasse para as melhorias ou decisões nos serviços públicos, principalmente os emergenciais, como saúde, educação, amparo social e qualificação dos serviços. O Estado é responsável pela ordem, justiça e pelo bem comum de seus cidadãos. Dessa forma, ele desempenha o papel social de destinar recursos às pessoas mais carentes e ainda amenizar as desigualdades sociais.

As Políticas Públicas resultam da competição entre os diversos atores da sociedade que buscam defender garantindo seus interesses em relação ao comércio, indústria ou na construção de pontes, sistema de captação das águas da chuva, segurança pública e melhores condições de saúde. Nesse sentido, entende-se que nem sempre as reivindicações são atendidas visto que precisam ganhar força para chamar atenção da sociedade.

Nas Políticas Públicas, encontramos basicamente dois tipos de atores: os ‘estatais’ (oriundos do Governo ou do Estado) e os ‘privados’ (oriundos da Sociedade Civil). Os atores estatais são aqueles que exercem funções públicas no Estado, tendo sido eleitos pela sociedade para um cargo por tempo determinado (os políticos), ou atuando de forma permanente, como os servidores públicos (que operam a burocracia) (SEBRAE/MG, 2008, p.8)

Esse processo, representado por pessoas eleitas pelo povo, corresponde às necessidades da população, na tomada de decisões e na escolha de ações e problemas que emergem da necessidade do bem comum. Os efeitos provocados pelas políticas públicas são avaliados ao longo do processo, na prestação de recursos e valores relacionados aos interesses da população.

Política pública pode ser considerada um programa de governo, ou ações voltadas para problemas públicos e executada por órgãos governamentais ou por organização do terceiro setor, ONGS, fundações, instituições educacionais, reconhecidas pelo governo em parcerias com o Estado e que atinja maiores níveis de bem-estar social. Normalmente, são estabelecidas metas para a solução dos problemas estabelecidos ou que objetivam mudanças nos problemas sociais e ainda alavancar, progressivamente, o desenvolvimento de um Estado ou região.

O termo “público”, está associado à política, não é uma referência exclusiva aos estados, mas sim, o que é público é de todos, pertence e destinado ao povo, sob a égide de uma mesma lei e o apoio de uma comunidade de interesse. De modo geral, as políticas são reguladas e providas pelo Estado. As políticas públicas expressam, assim, a conversão de decisões privadas que afetam a todos (DIAS & MATOS, 1012, p.15).

As políticas públicas são ações voltadas a toda a sociedade, mas de modo específico às pessoas de baixa renda, pelo nível de pobreza ou necessidade que estas pessoas venham a ter, como é o caso da Bolsa-Família, merenda escolar e outros programas de fácil acesso da população. Por outro lado, percebemos um paternalismo um tanto exagerado em relação aos programas e na prestação de serviços em relação à população. Não seria mais conveniente que esses programas incluíssem a formação, educação cultural a todos? O desenvolvimento de ações do governo necessita estar voltado na busca de superação das dificuldades, de forma

que possa buscar seu sustento com maior dignidade. De outra forma, o Estado deveria sim ser eficiente na prestação de serviço, nos gastos e na transparência das metas projetadas e alcançadas.

4.1.1 Políticas Públicas e Desafios para as Instituições Filantrópicas

Os Impactos que as políticas públicas causam às instituições filantrópicas, até mesmo à sociedade, são definidos pela questão financeira, que é premissa básica de uma instituição sobre o seu papel na sociedade. De sua ação e planejamento, organização, depende também, parte do seu sucesso ou fracasso. Uma instituição educacional filantrópica necessita manter-se economicamente para viabilizar as ações planejadas. São critérios básicos de toda a empresa ou instituição, mesmo que filantrópica manter-se no mercado. Os custos com folha de pagamento, seguridade social (INSS), Contribuição estadual (ICMS) são algumas das despesas, mas ainda tem despesas com depreciação do patrimônio e outros tantos gastos e investimentos.

Se analisar a carga tributária brasileira, percebe-se que as dificuldades na manutenção não são os salários, mas os tributos pagos que inviabilizam as possibilidades de manutenção, passando a ser essa realidade expressa em todo o cotidiano, pois mesmo planejando as finanças, os gastos extrapolam os ganhos.

“O Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) mostra que o Brasil tem a maior carga tributária dos países emergentes (BRICs): Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul. Enquanto que no Brasil a carga tributária em relação ao PIB é de mais de 36%, na Rússia é de 23%, na China de 20%, na Índia de 13% e na África do Sul de 18%” (CARVALHO, 12/ 2013, G1 GLOBO).

Constata-se que os tributos são cada vez mais frequentes para a sociedade, como também nas instituições educativas, principalmente as filantrópicas, onde os gastos, muitas vezes, inviabilizam o desenvolvimento das instituições, seus tributos são tantos que sua arrecadação não consegue manter os investimentos necessários.

Referenciando os impactos causados pela globalização em relação às leis evidencia-se os mesmos para todas as escolas filantrópicas. Os fatores que diferenciam uma escola da outra estão relacionados ao número de alunos pagantes, pois em um centro maior haverá maior probabilidade de ter um maior número de alunos embora as leis são aplicadas para todas. Outro aspecto que influencia está relacionado à qualidade nos investimentos que a escola oferece, merecendo assim a confiança da comunidade. Assim sendo, a gestão também

influencia nas melhorias, investimentos e nas possibilidades encontradas percebendo os espaços da própria lei, na economia dos custos, na utilização dos recursos, no aproveitamento de pessoal e nas questões sociais, culturais e econômicas.

As políticas educacionais têm a compreensão da realidade que, ao longo da história, foi se definindo com um perfil adaptado às novas formas de organização do trabalho. Com as mudanças no processo histórico as políticas implementadas revelam metas significativas nas mudanças estruturais, em relação à educação, mas os dados reais nos mostram não terem sido capazes de mudar a realidade existente em relação a investimentos ou ao pagamento de funcionários e oportunidades de melhores empregos ou salários para a população mudar de vida. Visualiza-se nesse contexto, que a política está focada no mercado, no lucro e não na defesa e promoção da vida das pessoas. As políticas não favorecem uma educação integrada no contexto socioeconômico, social e cultural de todos os envolvidos no processo.

Emie Sader (2002, p.15), ao escrever o prefácio no livro de Mészáros, enfoca que a educação deveria ser uma alavanca essencial para as mudanças, que através da instrução e do conhecimento fosse capaz de lutar e mudar os rumos da sociedade, mas acaba por favorecer a força produtiva dos meios de produção capitalista e que, muitas vezes, as organizações sociais são mais contundentes que o próprio sistema educacional.

Na educação, como tantas outras coisas essenciais na sociedade contemporânea, está vinculada ao destino do trabalho. Um sistema que se apóia na separação entre trabalho e capital, que requer a disponibilidade de uma enorme massa de força de trabalho sem acesso a meios para a realização, necessita, ao mesmo tempo, socializar os valores que permitem a sua reprodução. Se no pré-capitalismo a desigualdade era explícita e assumida como tal, no capitalismo, a sociedade mais desigual de toda a história, para que se aceite que “todas são iguais diante da lei”, se faz necessário um sistema ideológico que proclame e inculque cotidianamente esses valores na mente das pessoas (SADER, 2002, p.15).

Nessa afirmação acima, percebe-se que a educação, por não se indispor com a sociedade, acaba, muitas vezes, reproduzindo e perpetuando a ideologia do sistema. Os próprios conteúdos seguem uma linha, realidade sem conflitos de futuro brilhante. É o que todos queremos, mas que sem a força de vontade, sem a luta, nem todos conseguem chegar lá.

Há uma grande divisão em relação às classes sociais no Brasil, embora se diga que a realidade social nos mostra o contrário. A exclusão social expressa, certamente, o diagnóstico e a denúncia de um conjunto amplo, diverso e complexo de realidades em cuja base está a perda parcial ou total dos direitos econômicos, socioculturais subjetivos. Sinalizam uma realidade contraditória.

Questão Social surgida no século XIX a partir das manifestações de miséria e pobreza advindas da exploração das sociedades capitalistas com o desenvolvimento da industrialização - concorrencial, monopolista e tardio -. Na primeira fase, havia muita filantropia, pouco Estado e não existiam as políticas sociais. No segundo momento, fase monopolista, o Estado se amplia, criam-se as políticas sociais e reduz-se o papel da filantropia. No estágio do capitalismo tardio, sob a égide neoliberal, a proposta é pouco Estado, redução das políticas sociais e a filantropização da assistência, inclusive constituindo-se filantropia empresarial (OSTERNE, 2011, p.1).

A tendência é tratar os problemas sociais como caridade e beneficência, fora do âmbito dos direitos sociais declarados e garantidos em lei, mas centrada em programas emergenciais, assistencialistas insuficientes e descontínuos, direcionados para populações em extrema pobreza. O enfrentamento da pobreza exige articulação das políticas sociais com a política econômica, associando ações globais, encadeadas, contínuas, suficientes e focalizadas nos mais pobres.

Para Arroyo (2000. p.268), “os grandes momentos em que a educação avançou foram os momentos de crise social, colocando-se as grandes questões humanas, como força existencial”.

O materialismo é produto do meio, das oportunidades educativas que a sociedade vai transformando. O homem é fruto dessa sociedade por vezes ativa, mas também corrompida pelas mudanças estruturais do materialista. Se tiver uma sociedade antagônica é porque se teve dificuldades em mudar os caminhos para a mudança. Querendo-se pessoas comprometidas, precisa-se prepará-las, educá-las para a prática transformadora.

A teoria materialista sinaliza que os homens são produtos das circunstâncias e da educação, e de que, portanto, homens modificados são produtos de circunstâncias diferentes e de educação modificada, esquece que as conjunturas são modificadas pelos homens e que o próprio educador precisa ser educado. Leva, pois forçosamente, à divisão da sociedade. A modificação das atividades humanas só podem ser apreendidas e racionalmente compreendidas com a prática transformadora (MARX, apud, MÉSZÁROS, 2008, p.24).

A educação faz parte de uma conjuntura, produto do próprio homem, são normas a cumprir, que, muitas vezes, por influência do próprio sistema são negligenciadas e esquecidas. Dessa forma, o sucesso da escola ou da empresa não consiste em influenciar as mudanças realizadas no espaço interno, mas em toda sua extensão de influência. Por isso, educacionalmente, cada integrante precisa compartilhar desse ponto de vista sistêmico para a transformação da sociedade, pois o erro de um repercute em toda a estrutura educacional.

Vive-se em tempos de democracia e, por isso, tem-se a falsa ideia de que como sociedade se está participando ativamente da democracia, através das instituições, associações

e organizações, movimentos sociais, quando na verdade não passa de estratégia para que se tenha a ilusão de que se está participando, quando na verdade não se é ouvido e tampouco mobilizado para mudanças consistentes.

O esvaziamento do conteúdo da democracia e a separação entre o econômico e o político são evidentes. Perdeu-se a discussão das políticas sociais como a materialização de direitos sociais. As lutas e conquistas dos anos 1980, de direitos universais, deram lugar à naturalização do possível, isto é, se um Estado “em crise” não pode executar políticas, repassa para a sociedade civil, que vai focalizar nos mais pobres para evitar o caos social. O Estado apenas repassa parte do financiamento e avalia (PERONI, 2008 p.147).

Perde-se a capacidade de mobilização. Atualmente, vêm-se nas ruas movimentos que reivindicam melhores condições, seja de emprego, transporte mais barato, melhores salários e mais participação do povo. Por outro lado, sente-se que as formas de reivindicações estão sendo feitas de forma distorcida, agressiva, com muita violência e que existe uma política que não possibilita unidade. Cada partido se diz o melhor, mas na base do governo os problemas sociais continuam.

Entende-se essa força capitalista e de produção formada no sistema burguês e que se perpetuou no poder ao longo da evolução histórica, sempre comandando o sistema de produção. Essa base foi criada onde há uma minoria no poder e uma grande maioria como força na produção de trabalho. A difícil tarefa do indivíduo é ter uma base que representasse o povo mais humilde na defesa e promoção da vida humana.

Estamos vivendo uma crise histórica do capitalismo estrutural, e que sem precedentes vem afetando a humanidade, sendo o capital um sistema orgânico pela forma de produção generalizada, reduzindo e degradando os limites humanos reduzindo a meros agentes de produção (MÉSZÁROS, 2007, p.55).

Por isso, em uma empresa comercial ou educacional procuram-se razões internas ou externas para culpar algo ou alguém, mas muitas vezes o inimigo está lá, e não o vemos, visto pois estar focado na estrutura organizacional sem perceber que o marketing é usado de forma agressiva nas compras e vendas, fazendo de seus produtos a solução dos problemas. Não se dá conta de que lá fora ou aqui dentro o sistema é o mesmo. O que precisa mudar é o posicionamento, o olhar em relação ao capital. A exclusão social, expressa essa realidade conflitiva de denúncia em relação à perda de capital, seja ele econômico, sociocultural, sintomas de uma realidade contraditória, cujo capital reage a suas crises cíclicas, mas tudo faz para se manter na base aliada, no poder.

Enxergar além da realidade dos erros individuais dos problemas aparentes, porque a globalização tem sua raiz no capitalismo, que interfere nos problemas da vida humana e do momento presente. Por isso, é necessário olhar, criticamente, o que está por trás das estruturas e das leis que interferem no cotidiano.

Segundo Meadows, apud, Senger (2005, p.76), “Precisamos enxergar além das personalidades e dos eventos. Olhar dentro das estruturas subjacentes que moldam as ações individuais e criam as condições em que certo tipo de evento torna-se mais típico”.

Olhando de maneira perspicaz, sinte-se que o capitalismo usa estratégias que, aparentemente, são inofensivas às estruturas pessoais, comunitárias, empresariais e educacionais. São usadas táticas para conquistar os indivíduos a investir, economicamente, no mercado defendendo uma falsa democracia.

Sob o nome da economia de mercado, durante algum tempo, pessoas relacionadas ao comércio procuravam passar uma imagem econômica que não era compatível com o socialismo e que sua vantagem era em poder coexistir em plena harmonia com a democracia. Mas tudo isso não passava de uma maneira sutil de defender a permanência absoluta do poder capitalista.

Em meados de 1990, o crescimento da economia mantinha-se acelerado, sustentando as exportações do mundo abastado. Mas nem tudo está seguro na economia emergente, a produção industrial começa a cair, as taxas de juros começam a subir e os problemas vão surgindo gradativamente. Embora haja um esforço para produzir melhorias significativas na economia, uma das tentativas foi baixar as taxas de juros, mas, mesmo assim, não foi possível encontrar soluções positivas que produzissem melhorias e nem sequer na maior economia, a mais poderosa do mundo, o Japão, onde o Banco Central instituiu o juro zero estagnando a economia.

Dessa forma, Mészáros (2007, p.168) “afirma que o capital não é apenas um conjunto de mecanismos econômicos, mas um modo de produção sociometabólica, multifacetada e abrangente, que afeta todos e cada aspecto da vida”. O capital apresenta-se sob várias facetas ou características, que podem oferecer bom desempenho com boa competência, mas que poderá, ao longo de sua estrutura, mostrar as suas habilidades ou astúcias. Para entender essa estrutura totalizante organizada, cujos elementos como capital, trabalho, salários e Estado, estiverem submetidos, no contexto capitalista, é possível que ocorram diferentes sistemas de controle do metabolismo social.

Romper com a coesão e a restrição internas definidas dos sistemas de controle prévio, é estar-se atenta à sua evolução histórica do capital, nas mudanças radicais sobre o sistema

sociometabólica da sociedade, que culminou, gradualmente, na consumação do sistema do capital plenamente desenvolvido.

O reformismo é um movimento social que tem em vista a transformação da sociedade mediante a introdução de reformas graduais e sucessivas na legislação e nas instituições já existentes, a fim de torná-las mais igualitárias. Uma reforma distingue-se dos movimentos sociais mais radicais, como movimentos revolucionários

A teoria reformista afirma que os problemas sociais não são o resultado do crescimento populacional, mas sim da falta de acesso da grande parte da população às riquezas produzidas. Algumas dependem da transformação pessoal, ou de pequenas mudanças coletivas, outras do próprio sistema, cujas estruturas já vêm prontas.

Mészáros (2007, p.168) enfoca que o reformismo social democrático teve de fracassar porque pretendia reformar o capitalismo, mas ao mesmo tempo aceitava de forma crítica suas restrições estruturais. Pretendia transformá-lo no capitalismo sob o lema “Socialismo Evolucionista.”

Evolucionismo social refere-se às teorias antropológicas de desenvolvimento social, segundo as quais se acredita que as sociedades de um estado primitivo vão, gradualmente, tornando-se mais civilizadas com o passar do tempo. Nesse contexto social, põe o evolucionismo biológico das sociedades humanas, elas são julgadas pelo seu nível de progresso, de desenvolvimento e de crescimento umas mais identificadas outras mais abrangentes ou com mais valorização pelo seu progresso, isso visto pelo modelo capitalista.

Para ser capaz de produzir a transformação socialista desejada da sociedade, é preciso mudar as estruturas hierárquicas de comando do capital. Tal mudança é necessária porque, sem ela, não é possível efetivar com êxito a reorientação da economia no espírito da produção para o uso, pois cada componente singular – não importando sua dimensão, estrutura, comando com vantagens ou não é profundamente arraigada. As estruturas hierárquicas de comando herdadas, mesmo dos menores microcosmos sócio metabólica do capital, deve ser substituída por uma alternativa produtivamente viável. (MÉSZÁROS, 2007, p.168)

Uma estrutura Sociometabólica do capital está relacionada com o caráter social do capitalismo necessária para a formação, desenvolvimento e renovação de suas estruturas. Um sistema está aludindo para o processo social formado a desenvolver-se pelo capitalismo. Podemos entender essa estrutura totalizante de organização e controle, cujo elemento constitutivo, capital trabalho (assalariado) e Estado, estiveram submetidos, antes do contexto capitalista, a diferentes sistemas de controle do metabolismo social.

A sociedade é um reflexo do mundo atual, do trabalhador. Um sistema sociometabólica do capital é “produzir trabalhadores subordinados ao capital. Um trabalhador que, por medo de perder o emprego, defende a produtividade do capital, como a de seus companheiros.” Significa que as relações entre a sociedade e o capitalismo são descritas nesse sistema que defende as estruturas do capital.

Sousa Santos (2001, p. 56) sintetiza bem o modelo de relação entre os homens e a natureza, que o sistema capitalista vem adotando nos últimos tempos:

A promessa de dominação da natureza, e do seu uso para benefício comum da humanidade, conduziu a uma exploração excessiva e despreocupada dos recursos naturais, à catástrofe ecológica, à ameaça nuclear, à destruição da camada de ozônio, e à emergência da biotecnologia, da engenharia genética e da consequente conversão do corpo humano em mercadoria (SOUSA SANTOS 2001, p. 56).

As leis existem para serem cumpridas e, também, têm a finalidade de organização da sociedade, sem ordem não conseguiríamos crescer e nos desenvolver. No entanto, as leis do capital apresentam-se com uma faceta diferente de sua realidade que escraviza a humanidade. Para cumprir sua função as leis necessitam ser repensadas, restauradas e planejadas com mais humanização para que o indivíduo que convive na sociedade possa ter seu sustento suprindo suas necessidades.

A humanidade jamais precisou tanto e tão fielmente ouvir e observar as leis do que nessa conjuntura crucial da história. Mas as leis em questão devem ser *radicalmente refeitas*; trazendo a uma harmonia plenamente sustentável as determinações absolutas e relativas das nossas condições de existência de acordo com o inevitável desafio e fardo de nosso tempo histórico (MÉSZÁROS, 2007, p. 29).

As políticas públicas, nesse caso têm a incumbência de desenvolver ações de sustentabilidade em relação aos sintomas vividos pelo nosso modelo de sociedade, ações que nos levem a mudar nossa postura individualista para a emancipação do bem comum, posição esta que nos remete ao fortalecimento da cidadania, isso implica em mudanças estruturais e de concepção socializadora nas políticas estruturais e globais.

É de suma importância repensar as políticas públicas no âmbito da sustentabilidade para cada esfera da vida pública, demandando uma postura ética para os cidadãos nos aspectos emocionais, culturais, ideológicos, educacionais e sociais. No âmbito das políticas públicas abrem-se caminhos de gerenciamento, captação de recursos de ações voltadas para a participação da comunidade no resgate à cidadania, dos bens culturais, educacionais, sistema

de saúde, habitação, promoção política e investimentos nas áreas essenciais. Esses espaços resgatariam o papel socializador que é o grande desafio do mundo globalizado.

4.2 Banco Mundial e suas Interferências na Educação

É difícil analisar o contexto atual na perspectiva da realidade globalizada principalmente para as instituições educacionais mantidas. Sabe-se que a humanidade está vivendo uma virada histórica nos vários campos: na economia, saúde, educação e na comunicação. Porém, não se pode esquecer que nem todas as pessoas têm esse privilégio de viver de forma abastada, mas é preciso lutar para viver com dignidade. Essas mudanças foram causadas pelo progresso científico que, através das inovações tecnológicas e ampliações nos diversos campos, como o conhecimento e a informação, originou forças anônimas, mudando para muitos a forma de pensar e agir.

Ao se falar da conjuntura atual, forçosamente, entra-se na dinâmica das atuais políticas públicas de educação, no contexto econômico e global em âmbito nacional, e regional, forças compostas pelo Banco Mundial e por ações do Governo, órgãos capazes de impulsionar ou bloquear o desenvolvimento sustentável da sociedade.

O Banco Mundial é composto por instituições financeiras internacionais, que visam a promover ações na redução da pobreza e no desenvolvimento sustentável através de empréstimos, doações, projetos, investimentos e crescimento dos vários setores, sendo representado pelo governo no cumprimento das metas estabelecidas.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o mundo passou por processos que modificaram, profundamente, a própria concepção atribuída ao Banco Mundial. Em meados dos anos 40 a 60, o Banco tinha como meta financiar os Estados na reconstrução da base produtiva dos países afetados pela guerra. A economia estava ligada aos Estados com financiamentos e por atividades empresariais. Posterior a estas datas e até à década de 80, o Banco atuou como credor no endividamento em contexto da crise, impondo-lhes o pagamento da dívida externa.

Após a Segunda Guerra Mundial, o Banco Mundial e o Fundo Monetário (1944) assumem a liderança política e afirmam ter capacidade para prover o desenvolvimento econômico nos países devedores. Por meio de empréstimos aprofundaram ainda mais a dependência dos governos e exigiram vantagens para o capital. Resultado: a execução de políticas sociais insuficientes, compensatórias, fragmentadas e focalizadas que aprofundam as desigualdades. (ABÁDIA, 2002, p.291)

Atualmente, vê-se um mundo globalizado economicamente, movido pela especulação financeira, ao lado do acelerado progresso técnico no campo da robótica, da informatização e das telecomunicações.

Neste cenário, o Banco Mundial compromete-se com o desenvolvimento do país para alcançar os padrões de produção e consumo. Grande número de ONGS são apoiadas através de projetos sociais e de ajuda humanitária, sendo implementados, os que contribuem para a qualidade e sustentabilidade dos projetos.

Dessa forma, pensava-se que a tese central estava relacionada com a economia e que a pobreza desapareceria. Mas isso não ocorreu ao contrário, com o crescimento da economia foi-se percebendo também o crescimento da pobreza e das desigualdades sociais. Nesse sentido o Banco sentiu necessidade de ampliar seu leque de investimentos através da agricultura, educação, com projetos sociais. Um dos conceitos básicos, assumidos é a capacidade, valores e atitudes indispensáveis ao sujeito para enfrentar suas necessidades básicas: sobrevivência; desenvolvimento pleno de sua capacidades; trabalho e vida digna; Participação; melhoria da qualidade de vida; possibilidade de aprender sempre (TORRES apud SHIROMA, 2004, p.58).

Para Haddad (2008,p.3), os impactos do Banco Mundial sobre a educação não são para avaliar o quanto foi gasto com financiamento de pequenos projetos, mas como as políticas macroeconômicas têm apoiado junto ao FMI. Dessa forma, percebe-se que as metas estabelecidas com a educação são para cumprir o programa, que pouco acrescentou para o crescimento educacional.

No entendimento de Abádia (2003), “alguns pensadores concebem a escola como instituição a serviço da ideologia do Estado, aparelho ideológico, portanto, a sua função é a conformação dos comportamentos e a inibição daqueles indesejáveis”. São muitas as formas de tornar o indivíduo dependente ou de reproduzir o que é planejado ou o que lhe é ensinado através de programas pré-estabelecidos. É importante salientar que as mudanças na política ocorrem a partir da organização e reivindicações dos indivíduos de modo que sejam discutidas, planejadas, garantindo a implementação de novas ações que contemplem o interesse da coletividade.

O núcleo central desta concepção se encontra na revelação de que, por trás da unidade da escola, aberta a todos, na verdade existe uma dupla rede de escolarização. Uma encarregada da reprodução da classe trabalhadora denominada primária- profissional; e outra denominada secundário-superior, encarregada de reproduzir os mandos de dirigentes da sociedade capitalista. Cabe, portanto, aos indivíduos esforçarem-se para superar as dificuldades e lograr êxito na escola e no mundo do trabalho. (ABÁDIA, 2003, p. 292).

No entender do Banco Mundial há um posicionamento contra as cobranças de taxas e de mensalidades nas escolas, principalmente para alunos carentes, mas reconhece que as mesmas têm a finalidade de zelar pela qualidade no ensino. Por outro lado, percebe-se que a política do Banco é de manter um estatus do qual não combina com a realidade, como a descentralização que deva ser compartilhada com a comunidade, finalidade esta de angariar recursos, eximindo o Estado ou os governos de fazê-lo. Se a educação é um direito de todo o cidadão, na cultura, nos valores e nos saberes, devem ser apoiadas respeitando esses direitos sem imposição.

Dessa forma, percebe-se que o Banco não está interessado na formação, no incentivo, na melhoria da educação, mas sim no resultado, ou seja, no produto que possa estar a serviço da economia, do capital. Quanto mais qualidade tem o aluno, melhor será a produção e, conseqüentemente o consumo.

De acordo com Silva (2002, p.90), podemos notar, mais claramente, os princípios de competitividade e de livre mercado das políticas educacionais do Banco Mundial. A educação é tratada como livre mercadoria a ser comprada e negociada de acordo com as forças do mercado.

Apesar das metas que o Banco mantém para reduzir a pobreza e melhorar o ensino, ainda há muito por fazer. Acredita-se que o dinheiro público ainda é mal empregado, com pouca fiscalização na sua empregabilidade. Por outro lado, é importante admitir que as empresas são estimuladas a compartilhar suas ações e por saber que a educação é uma questão política de interesse econômico.

4.3 Perspectivas para as Instituições Mantidas no Contexto Atual

No contexto da realidade educacional demanda capacidade de entender quando as leis e normas já vêm estabelecidas e quando se toma conhecimento já não se tem como mudá-las. Em alguns contextos, as leis vêm organizadas em pacotes de decisões e normas, leis que para serem assumidas vêm acompanhadas com muitas justificativas, quase sempre envolvendo o mercado. Entende-se que as leis fazem parte da política e que estão inseridas em todos os aspectos da vida humana, seja nos sociais, ambientais, culturais e educacionais, entre outros. Por vezes e de formas bem explícitas como os partidos políticos, outras ainda estão inseridas no cotidiano sem que se perceba.

Está-se inserido em ambientes econômicos e globalizados, cujas mudanças são, cada vez mais frequentes, se provocadas pela economia de mercado e conectadas em todo o

mundo, ocorrendo fenômenos que repercutem em toda a economia. A relação decorre de estratégias usadas sem a participação da sociedade, sendo que as inovações tecnológicas justificam a necessidade de ser globalizado.

As leis da natureza, no entender de Mézàros (2007, p.27), são diferentes das comandadas pelos homens, vale dizer que são frutos da existência humana, relação com a própria natureza, fundamento último de todo o sistema das leis humanas. Esse espaço temporal vem sendo violado pelo capital de todas as maneiras possíveis, ignorando as suas consequências.

A existência humana é a lei absolutamente fundamental da relação da humanidade com a natureza. “Esse tem de ser o fundamento último de todo o sistema de leis humanas”. E para ele, esta é a relação que o capital trata de violar, ignorando as consequências cruéis e devastadoras da “base natural da existência humana.” (MÉSZÁROS, 2007, p. 27).

O capital sempre operou com base na inversão de valores, relativizando e negligenciando a preciosidade e se definindo como absoluto, tudo o mais é considerado relativo inclusive as leis da natureza de onde advém toda a riqueza produzida.

Uma das consequências e desrespeito à natureza está se manifestando através do efeito estufa, que é causado por fenômenos, como: seca, enchente, mudanças climáticas radicais, temperaturas úmidas e com períodos de estiagem. As altas temperaturas ocorrem com incidências de grandes tempestades, furacões, tufões e tornados. Perda de espécies da fauna e flora em domínios naturais do planeta. As organizações não governamentais alertam para o problema na mudança e tomada de decisões, mas os países, altamente industrializados, dificultam esse processo por receio de que prejudiquem a industrialização e o progresso.

Como todos os valores, a produtividade e a destruição só obtêm seu significado no contexto humano, na relação mais estreita possível com as condições históricas relevantes. O que faz da *destruição da natureza*, que ora testemunhamos, um processo irredutivelmente – e no longo prazo catastroficamente – negativo é seu impacto último na vida humana como tal. Eis porque, sob as circunstâncias de nosso tempo, a absolutização pelo capital do relativo historicamente criado – o próprio capital – e a negligente relativização do absoluto (a base natural da própria vida humana) são muito piores do que jogar roleta russa. Pois carregam consigo a *certeza absoluta* da autodestruição humana no caso de o corrente processo de reprodução sociometabólica do capital não ser levado a um fim definitivo no futuro próximo, enquanto ainda houver tempo para tal. (MÉSZÁROS, 2007, p.28).

Poder-se-ia pensar que o capitalismo fosse a solução da era moderna, no entanto, vê-se que a própria agricultura destruiu sua preciosa proteção, no solo com os agrotóxicos, derrubou florestas para que, através da mecanização, fosse possível produzir mais, os pomares foram

arrancados para dar lugar ao plantio da soja, milho e outras culturas. Nada ou pouco foi feito, para que as leis fossem cumpridas ou na reposição e preservação da natureza. Paralelo a isso vê-se a questão humanitária, quanto mais se aprofunda o assunto, mais se percebe a falta de respeito com o ser humano, no que tange à educação, saúde, moradia, alimentação saudável e sem agrotóxicos. Precisa-se comprometer os produtores como pessoas que respeitem a si e a seu próximo sendo sujeitos do crescimento histórico.

Em sua afirmação Mézàros (2007), coloca que somente um engajamento crítico é capaz de produzir o esperado resultado sustentável, que proporcionará as correções necessárias, baseadas na resolução deste desafio do tempo histórico.

A humanidade jamais precisou tanto e tão fielmente ouvir e observar as leis do que nessa conjuntura crucial da história. Mas as leis em questão devem ser *radicalmente refeitas*; trazendo a uma harmonia plenamente sustentável as determinações absolutas e relativas das nossas condições de existência de acordo com o inevitável desafio e fardo de nosso tempo histórico (MÉSZÁROS, 2007, p. 29).

Na perspectiva capitalista, as empresas necessitam da lucratividade e, somente através de bons resultados econômicos, conseguirão contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade. A maior responsabilidade social de uma empresa ou instituição filantrópica é o desempenho de suas funções, pois a riqueza que por ela for gerada poderá ser empregada para novos investimentos. A empresa que não consegue obter “lucros” está sendo irresponsável, porque está desperdiçando recursos destinados ao atendimento de necessidades sociais.

Gerar valor para seus agentes internos. proprietários, investidores e colaboradores – para que, em primeiro lugar, se justifiquem os recursos financeiros, humanos e materiais utilizados pelo empreendimento; adicionar valor para a sociedade, nela identificados governos, consumidores e mercado, disponibilizando bens ou serviços adequados, seguros e de algum significado para melhorar a vida das pessoas; prestar informações confiáveis; • promover comunicação eficaz e transparente para com os colaboradores e agentes externos; • recolher tributos devidos; • racionalizar, ao máximo, a utilização de recursos naturais e adotar medidas de proteção a sociedade. (LIMA, 2002, p.177).

Uma instituição organizada consegue adotar práticas éticas e responsáveis, ao atingir a sua credibilidade, podendo estender seu aprendizado à sociedade, com comprometimento e seriedade. Esse reconhecimento e respeito são feitos pela própria coletividade.

Para Senge (2005, p.37), “aprendemos desde muito cedo, a desmembrar os problemas, a fragmentar o mundo”. Aparentemente, isso torna as tarefas e assuntos complexos mais administráveis, mas, em troca, paga-se um preço oculto muito alto pelo crescimento e desenvolvimento do mundo globalizado.

Senge (2005, p.89) “enfoca que os problemas de hoje em uma empresa, instituição, sua solução está no ontem”. Ao detectar um problema não adianta adotá-lo ou trocá-lo de lugar, pois ele persiste. O produto foi vendido, mas não solucionou o problema e não gerou lucro. A sustentabilidade da escola passa por processos idênticos com problemas de toda ordem, seja na aquisição de material, de livros didáticos, na inadimplência com os pagamentos, de mensalidades baixas, muitos descontos e na manutenção da própria instituição. Isso tudo gera despesas, embora tenha a finalidade de melhorar a qualidade e o número de alunos.

Aumentar o número dos alunos, significaria repor os gastos, tendo retorno financeiro positivo. “Feedback da compensação” são processos que buscam outra forma de resolver o problema. Um exemplo disso é a bolsa família em que as pessoas de baixa renda recebem uma ajuda de custo, mas não resolve o problema de emprego ou no caso de desemprego. As soluções não são fáceis de resolver, caso contrário já saberiam ou as teriam concertado. De certa forma, transfere-se a responsabilidade para outros e que mais cedo ou mais tarde volta à tona, prejudicando o próprio andamento da organização.

A origem das nossas dificuldades não está nos problemas recalcitrantes, nem nos adversários cruéis, mas em nós mesmos. Existe uma diferença fundamental entre a natureza da realidade nos sistemas complexos e na forma predominante de como pensar a respeito dessa realidade. O primeiro passo para corrigir essa desigualdade é abandonar a ideia de que causa e efeito estão próximos no tempo e no espaço (SENGE, 2005, p 95).

Às vezes os dilemas mais complexos, quando analisados sob o ponto de vista sistêmico, não são dilemas, mas respostas instantâneas em determinados pensamentos ou processos a longo prazo. O problema de uma empresa ou de uma instituição educacional é visto como um todo pelos seus funcionários, mas nenhum percebe como as políticas do seu setor interagem com os demais e, muitas vezes, por motivos óbvios nunca se detecta o problema. O que dificulta a prática dessa organização é a forma como cada um vê seu setor, e a maneira como são projetadas, impedidas que as pessoas vejam as interpelações importantes.

Para (CNBB, 91, nº.101), "a Reforma Política que o país necessita, precisa atingir o âmago da estrutura do poder e a forma de exercê-lo, tendo como critério básico inspirador, a participação popular.

Nas eleições, ao elege-se representantes do povo com a promessa de ajudar, defender os direitos, isso só acontece na campanha política. As eleições são vistas na perspectiva de mudanças na esperança de que haja consciência dos governantes para mudar a realidade. Para as escolas filantrópicas, dificilmente algum político se levantou em sua defesa e tampouco

para defender quem dela possa ser beneficiado a não serem as exigências das normas estabelecidas. Veem-se sim, por ocasião das eleições, despesas vultosas gastas em favor de uma vaga em determinados postos chave a se perpetuar no poder. São muitos os desafios na superação da melhoria de nossa realidade.

Para a CNBB (2014), são necessárias melhorias na formação, no respeito aos direitos humanos. Fortalecimento das instituições educacionais e sociais, defesa de deferentes diálogos religiosos e órgão competente.

No Brasil, assistimos a política econômica fortemente ditada pela economia de mercado, baseada nos lucros exagerados do capital financeiro (juros bancários os maiores do mundo), na predominância do latifúndio (o agro business no modelo monocultivador e de exploração é privilegiado), no desenvolvimento predominante sobre desmatamento, ofensas graves aos recursos hídricos, instaurando-se uma ordem econômica que, por um lado, perpetua a baixa qualidade de vida, descarta os povos indígenas, os quilombolas e outras populações originárias, exclui os jovens do convívio social, e por outro lado, mantém uma convivência de uma minoria extremamente rica e uma maioria de pobres, reproduzindo a desigualdade estruturante da sociedade brasileira que é o paradigma sócio-geográfico da casa grande e senzala. (CNBB, 2014, p.2).

Enquanto não se tiver uma prática humanística e mudanças mais radicais, tem-se pequenos espaços que possibilitam a prática da caridade através de projetos sociais, que se desenvolvem e crescem, passando da fase das doações para efetivação mais participativa e efetiva e comprometida com a comunidade. As instituições filantrópicas são esse espaço de dignidade e de crescimento para o sujeito.

4.3 Políticas públicas: uma nova abordagem do conceito de filantropia

As políticas sociais são ações governamentais desenvolvidas através de planejamento e programas que proporcionam a garantia de direitos e condições de vida dignas ao cidadão. Essas ações possibilitam aos indivíduos, serem amparados pelas políticas sociais, beneficiando à população, visando a diminuir as desigualdades sociais, estruturais, conflitos relacionados à moradia, emprego, educação e saúde, proporcionando crescimento à sociedade, principalmente aos que possuem menores condições de vida. Certamente, todos são beneficiados com as políticas que asseguram à população o exercício dos direitos à cidadania: Educação, Saúde, Trabalho, Assistência Social, Previdência Social, Justiça, Agricultura, Saneamento, Habitação Popular e Meio Ambiente.

A relação educacional com as políticas públicas está vinculada com o trabalho na formação e preparação dos agentes, entendendo que para ser mais eficaz são necessárias a

produtividade, os valores que aumentem a qualificação na destinação das finanças do Estado. A defesa pela educação de qualidade poderá ser entendida, tanto para a escola pública como a privada, porque ambas têm o papel de educar, tendo em vista a formação vinculada à ética e à cidadania. A autonomia financeira para as escolas é sempre bem-vinda, na possibilidade de poder contar com parcerias de projetos arrecadando fundos para auxiliar na manutenção da instituição.

Escolas eficazes são aquelas que fazem mais com menos, que gerem melhor seus recursos, que arrecadam de outras fontes, não dependem do Estado, constroem sua “autonomia” financeira ou cobram mensalidades, fazem parcerias com empresas ou convocam a comunidade escolar a desenvolver iniciativas que permitam arrecadar recursos para realizar seus projetos. O que se pretende com isso? Modificar paulatinamente a escola e adequá-la ao orçamento possível, seja ele oriundo do Estado ou de formas particulares de captação de recursos (EVANGELISTA & SHIROMA, 2007, p.538).

Nesta análise, é visível o direcionamento das políticas sociais que são amplamente divulgadas nos programas e planos de governo que investem em Bolsa Família, amigos da escola, voluntariados, material escolar, livro didático e tantos outros e, provavelmente, todo esse investimento é pouco valorizado pelos beneficiados dos programas. Percebe-se que a tudo o que é conseguido sem esforço é também dado pouco valor, pois o custo vale o sacrifício. Por outro lado, entende-se que se não fosse essa ajuda, muitas pessoas não teriam como cursar uma faculdade e um curso superior.

Ao longo do processo histórico, a educação passou por processos de empobrecimento, pois os governos se preocupavam com o desenvolvimento sustentável, com projetos de infraestrutura, ampliando os espaços escolares, mas não tiveram a preocupação com a formação e qualificação profissional. Dessa forma, percebe-se pouco empenho na formação docente, na melhoria dos salários e na qualidade educacional. Essa visão traria altos custos, o que não interessa ao Banco Mundial e aos governos, pois não têm retorno financeiro imediato.

Não se pode negar que se está frente a um cenário marcado por novas e maiores exigências no que se refere à qualificação profissional, concorda-se que há uma solicitação na melhoria da força de trabalho no que discerne à formação geral.

No entanto, nas escolas de ensino básico, há um aumento de dias letivos e anos de escolaridade, por outro lado, percebe-se que há outros programas atrativos para os alunos, como a internet que, embora sem um compromisso efetivo, tornam-se menos cansativos para os alunos. Será que, sem uma organização adequada nos conteúdos, sem uniformização do

ensino e da cultura, sem a formação humana necessária para o momento presente, alcançar-se-á a participação nas políticas sociais?

O debate sobre o novo caráter e perfil das políticas sociais vem tendo eco entre os diferentes segmentos da sociedade civil e da iniciativa privada. Cresce a importância e atenção dadas às organizações não-governamentais, interlocutoras privilegiadas para o diálogo entre as instâncias do governo e os interesses da sociedade, propondo uma reflexão política de fundo sobre o público e o privado. Cresce a participação da iniciativa privada no campo das políticas sociais, sobretudo aquelas ligadas à educação e ao meio ambiente. Na sua prática, o crescimento das iniciativas sociais a partir do setor privado e do capital, recupera e repagina as idéias de assistência e filantropia. São ações que se difundem em conjunto com as críticas ao esgotamento das políticas sociais públicas (BARONE, 1999, p.6).

Hoje, 14 anos depois da era globalizada, visualiza-se melhorias nas políticas educacionais, no acesso à educação de qualidade, superando a prevenção do analfabetismo e na universalização da educação básica com avanços nos níveis de aprendizagem. No entanto, na era da globalização, ainda sentem-se os desafios para a educação e no desenvolvimento sustentável. Percebe-se, nos últimos tempos uma série de eventos climáticos, apontando para transformações significativas.

Implica uma revisão dos nossos currículos, uma reorientação de nossa visão de mundo da educação como espaço de inserção do indivíduo não numa comunidade local, mas numa comunidade que é local e global ao mesmo tempo. Educar, então, não seria como dizia Émile Durheim, a transmissão da cultura “de uma geração para outra”, mas a grande viagem de cada indivíduo no seu universo interior e no universo que o cerca. (GADOTTI, 2009, p.2).

Grande parte da população carece de referenciais humanos, sociais e religiosos, pois vive-se em um sistema que aponta para o individualismo nas relações sociais não medindo esforços para manter as aparências, ainda que superficiais. Necessita-se educar os jovens para uma cultura de cidadania em vista da transformação da realidade.

A rede de solidariedade apresenta-se hoje como alternativa para indivíduos com (vulnerabilidade) menor poder aquisitivo, e excluídos da conjuntura da globalização. Esta realidade está relacionada com as instituições filantrópicas e sociais que recebem pouco ou nenhum apoio para manterem-se economicamente e dar em subsistências aos projetos sociais em andamento. Embora exista solidariedade e unidade entre ajuda entre as pessoas e na comunidade é necessário o apoio financeiro para concretizar e dar continuidade ao que já começou.

Por outro, vive-se a era do consumismo, a supervalorização do novo, do mundo do descartável que favorecem as relações sociais que podem ser comercializadas. Paralelo a essa

realidade está a informatização, da internet, com rápido acesso, a comunicação dos cliques, entre outras. Sem dúvida, essa transformação da sociedade está mudando o perfil do educando, com características da globalização e do individualizado. A educação sozinha não consegue reverter o desperdício, tanto público que privado, pois não há uma consciência do cuidado com patrimônio ou bens usados.

Nessa realidade, está inserida a educação e, igualmente, as escolas particulares que lutam, assim como muitos trabalhadores, resistem às dificuldades e necessidades de manutenção, buscando meios para sua sobrevivência. Em qualquer estabelecimento comercial, assim como as filantrópicas, a sustentabilidade financeira passa pela manutenção, que precisa cumprir com seus deveres em relação ao pagamento de seus colaboradores, repor os gastos com a manutenção e depreciação do patrimônio, e, ainda, destinar 15% das entradas para investimento em aprimoramento, inovação e qualidade na escola. Dessa forma, a receita evidencia o valor da venda líquida de bens e serviços oriundos da atividade da escola, subtraindo a receita bruta, ou seja, faturamento, tem-se a base que analise os resultados ou déficit, efetivamente realizadas pela empresa no período

Embora esse processo seja dinâmico, as negociações de interesses majoritários dependem do sucesso ou do fracasso da mobilização da sociedade, dos grupos sociais frente aos conflitos e alianças a serem negociados. Na visão liberal, as desigualdades sociais são frutos de decisões individuais atribuindo a ela sua solução. As mudanças mais consistentes no conteúdo e na metodologia em relação às políticas públicas, só ocorrem no momento que se muda a composição política, com mudanças nas elites e no poder político.

É certo que mudanças mais substantivas só podem ocorrer quando efetivamente se muda a composição do poder, mas pode-se obter conquistas sociais através da mobilização social, da ação coletiva, sobretudo quando esta passa a ter um conteúdo de proposição, e debate público de alternativas e não de mera crítica. Para isso, é necessário que as proposições sejam legitimadas por um amplo consenso e que tenham uma abrangência maior que os interesses corporativos ou setoriais (TEIXEIRA, 2002, p. 6).

É preciso reinventar a democracia para que ela tenha poder argumentativo. Vivem-se tempos de indignação, mas não de ação, ocorrem acontecimentos absurdos e que logo são esquecidos, veem-se poucas pessoas se desinstalar em seu espaço, do conforto para apoiar manifestações que venham em benefício do povo. As lideranças esvaziaram-se, nas políticas sociais, nas escolas, nos grêmios, vivem-se tempos de mudanças em que a luta pelos direitos ficaram abafadas.

Outro aspecto importante, em relação às juventudes, que estão sendo levadas por situações de vulnerabilidade social, como é a questão das jovens que deixam tudo para serem modelos. Os meninos que têm como sonho serem jogadores de futebol. É importante sonhar, mas têm-se presenciado realidades cruéis, frutos do capital social que não vê a questão humana, somente o lucro.

A propriedade privada dos meios de produção e a mercantilização como substrato da sociedade capitalista, passaram a determinar o lugar social daqueles trabalhadores inseridos no processo produtivo dos quais se extrai a mais – valia, e daqueles cuja força de trabalho não interessava imediatamente ao capital e, portanto, cumpriam a função de exército industrial de reserva. A estes relegados do processo produtivo, restavam apenas a caridade, a benemerência, e a filantropia, como resposta às suas indigências. (ESCORSIM, 2008, p.1).

A sociedade capitalista determina o tipo social a que as pessoas pertencem e passam a conviver, conforme a função que executam, do grau de importância para a sociedade ou do emprego que ocupam, evidenciam uma relação mais profunda ou superficial com a sociedade. Passam a servir aos donos do capital, mas não usufruem dos lucros, são apenas força bruta de trabalho. Mesmo assim, o trabalhador luta para garantir seus direitos de ir e vir, sendo amparado nessa trajetória, pela caridade e solidariedade das organizações sociais.

Faz parte do ser humano lutar pela sua sobrevivência. Um cidadão precisa de alimentação saudável, de lazer, saúde, diversões, arte, esportes e da capacidade de conviver com o universo que dimensiona todas as coisas, superando suas dificuldades.

O ser humano precisa consumir para viver. Mas não é preciso um produtor e consumidor de bens materiais. Ele comparece como um projeto infinito, como tal possui outras necessidades, tem fome e sede de beleza e de outros bens materiais. Cada ser humano se encontra enraizado neste mundo espaço- temporal e cultural, e por outro, dimensionado ao limitado, ao imponderável (BOFF, 2006, p.54).

Assim, pensa-se a sustentabilidade na escola, ela tem seu consumo, mas este não pode extrapolar seus ganhos. Por outro lado, a questão sustentável é a grande vilã da escola, pois não basta ter qualidade, é preciso que ela se automantenha para que consiga cumprir seus objetivos em relação ao trabalho com a comunidade. Vem-se, com frequência, pesquisas que desqualificam o ensino no Brasil e, principalmente, no Rio Grande do Sul. Divulga-se que o ensino está longe de acompanhar a evolução porque faltam recursos. Assiste-se também que os recursos públicos destinados à educação são desperdiçados por falta de planejamentos adequados, de controle, de meta ou prioridades que favoreçam a comunidade. O controle nos

gastos e os bons gerenciamentos dão perspectiva de aplicabilidade com maior presteza e segurança.

A fome, o desemprego a falta de estrutura básica e a ausência de uma organização política capaz de se organizar, tornam a todos reféns através das leis da própria organização da sociedade que é classificatória e excludente. Então, o exercício do poder é usado para uma cultura capitalista e não para o bem comum:

Uma das razões que explica o desastre humano da fome é a ordem política. Ela tem haver com organização da sociedade, com exercício do poder e com o bem comum. O poder político é refém do econômico articula-se de forma capitalista de produção (BOFF, 2006, p.27).

Neste contexto, a referência é à capacidade dos indivíduos humanos de gerir recursos somados ao perfil educacional. A sociedade capitalista tem em vista a produtividade e lucratividade nas empresas, trabalho supervisionado e controlado por órgãos administrativos competentes. Nesse caso, a pessoa vale pelo que produz. Na educação oportuniza-se que a pessoa possa se qualificar sempre, essa é uma das metas que faz acreditar no crescimento humano.

Importante observar que em determinadas empresas para crescerem os lucros são realizadas ofertas de suas mercadorias, fazendo acender seus ganhos. Senge (2005, p.160) chama atenção para a importância do treinamento e do bom atendimento aos clientes por parte dos funcionários. O pronto atendimento, a simpatia e a competência, certamente, somam-se nesse esforço de um trabalho bem feito e comprometido. Mas um dos perigos deste tipo de ação é a não permanência do bom atendimento e do compromisso com o público. O não acolhimento das exigências dos clientes proporciona a defasagem da empresa e, possivelmente, a perda dos clientes. Então, faz-se necessária uma educação de qualidade sempre para não incorrer em perdas

Pensar a sustentabilidade é fazer uso de estratégia de forma que se possa pensar o futuro, de forma integrada no processo decisório, com base em procedimento formalizado e articulado nos resultados. O planejamento deve ajudar na organização tanto estrutural, como relacional e organizacional capaz de mudar o perfil da escola. Educar com estilo, equilíbrio, com atitudes positivas, com confiança, diz respeito a qual educando projetamos para a sociedade.

Para Senge (2005, p.98), as pessoas têm determinadas tendências de culpar as circunstâncias externas pelos problemas seja dos concorrentes, da empresa, em decorrência

das mudanças de mercado ou governo. O pensamento sistêmico mostra que a causa dos problemas faz parte de um único sistema, a maneira de ver ou interpretar a realidade, os fatos, sendo que a solução está no relacionamento com o seu “inimigo”.

Uma empresa pode crescer ou criar suas limitações de mercado. O que fideliza uma empresa é sua capacidade e responsabilidade perante os clientes. Muitas vezes, culpa-se o gerente, ou o produtor de marketing e, ainda, os concorrentes, pela falta de preparo para lidar com o cliente. No caso ao adquirir algo, seja uma mercadoria, a pessoa quer ser bem atendida e não ser enganada, caso contrário ela nunca mais comprará em determinado comércio.

Partindo do pressuposto de que em uma escola deve haver uma relação recíproca e de confiança entre os pais e os alunos, a procura por determinada escola passa pela confiança nela, quando por determinadas circunstâncias essas relações são fragilizadas ocorre um distanciamento entre ambas e as relações tornam-se inseguras e instáveis.

Toda vez que uma empresa fracassa, as pessoas apontam acontecimentos específicos para explicar as “causas”: problemas no produto, gerente inepto, saída de pessoas-chaves da empresa, competição inesperada e agressiva, e recessão no mercado. Não reconhecem, porém, as causas sistêmicas mais profundas do crescimento não sustentado. Com ajuda de arquétipos de sistema, podemos entender essas causas e formular políticas bem sucedidas (SENGE, 2005, p. 147).

Os acontecimentos acima citados ocorrem também na escola. Como educadora, destaque-se a importância em estar atenta à realidade, como também ao bom atendimento aos pais e alunos, não perdendo de vista a interação com a sociedade. A abertura ao novo, as políticas sociais que integram a sociedade e o crescimento da modernidade são aspectos importantes para que a educação avance inovando, mas sem perder os fatos históricos tão importantes para o crescimento da humanidade. Em uma escola filantrópica, embora tenha suas normas próprias, suas metas guiadas pelo Projeto Educativo, somam-se a ela um maior nível de exigências dos pais e da comunidade. A equipe diretiva, os educadores procuram corresponder ao grau de exigência feita pelos pais, buscando um maior nível de aprimoramento junto aos alunos.

Um dos questionamentos relacionados a mudanças educacionais está ligado ao seu redimensionamento que implica em refundar a escola, buscando valores sólidos que ficaram para trás, mas modificando sua estrutura relacionada às ações inovadoras, com um olhar voltado para a afetividade cognitiva e espiritual.

Para Bellón (2011), *“a arte de reinventar a escola⁴ é realocar, cativar e redimensionar o corpo docente atual. Reinventar não é mudar externamente, mas internamente, o que inclui transformar o olhar interior, modificar nossa maneira de ver as coisas nos ajuda a perceber os valores mais profundos do nosso ser. Para mudar um estilo novo na escola, é preciso conectar-se as dimensões cognitiva, emocional, criativa, corporal e espiritual.”*

É lamentável que a escola particular esteja desintegrada das políticas públicas no que diz respeito às parcerias, compra de vagas ou projetos com que pudessem ser apoiadas em sua iniciativa, pois as mesmas têm grande contribuição a dar principalmente porque o poder público já atestou, pela competência e eficácia das escolas e pela sua estrutura física e tecnologia.

A educação universal e de qualidade são imperativos nacionais e deveriam ser prioridade no âmbito das políticas públicas inclusive no que concernem os incentivos das instituições de ensino privado. Elas, independentemente de sua condição jurídica, têm grande contribuição a dar (ALVES, 2009, p.77).

A escola confessional quer ser uma aliada para a comunidade, ou para o estado na educação de qualidade, valores e conhecimento. Este compromisso possibilita levar a instituição filantrópica ser elo de inovação e de fortalecimento, tanto para educadores como para os educandos, da sociedade no que diz respeito aos valores, conduta e postura ética na contribuição de todo o cidadão.

4.5 Impactos das Políticas Públicas para as Escolas Mantidas por Ordens e Congregações

O que define uma instituição filantrópica e que critérios são necessários para a renovação? A definição de uma entidade filantrópica está ligada às atividades sociais e registrada em órgãos públicos, cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ). Dessa forma, a escola pode investir sua renda na prestação de serviço, melhorar os serviços prestados à sociedade. Para a escola confessional católica, a educação tem seu objetivo na própria educação e na formação do educando, maneira encontrada para fortalecer a democracia e o próprio cidadão.

⁴ Em entrevista para o IX Congresso Brasileiro de Gestão Educacional & I Congresso Internacional de Gestão Educacional, o Humus News, o pesquisador Francisco Menchén Bellón-2011 em São Paulo

Conforme a Lei da Filantropia nº 12.101, de 27/11/2009-a certificação tem validade mínima de um ano e máximo de cinco anos, e será concedida às instituições da área de educação, desde que atenda aos padrões mínimos de qualidade e aplique, a gratuidade de alunos bolsista integral, de 100% (cem por cento) e bolsas parciais de 50% (Cinquenta por cento), quando for necessário, para alcançar o número mínimo exigido. Art. 12. A certificação ou sua renovação será concedida à entidade de educação que atenda ao disposto nesta Seção e na legislação aplicável (BRASIL, LEI 12.101. 2009)

A filantropia está ligada ao CEBAS certificada por entidades que prestam serviço social à comunidade. A partir de 2012, o MEC aprovou o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, com competência de gerenciar, planejar, coordenar e executar as ações referentes à concessão ou renovação dos certificados, bem como a de decidir sobre a certificação.

O certificado do CEBAS é um dos documentos exigidos pela Receita Federal para que as entidades privadas, sem fins lucrativos, gozem da isenção da cota patronal das contribuições (cebas. mec.gov.br).

CEBAS é um certificado concedido pelo Governo Federal, por intermédio dos ministérios da educação, do Desenvolvimento Social e combate à Fome e da Saúde às pessoas jurídicas de direito privado, sem fim lucrativo, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social que prestam serviços na área de educação, assistência social ou saúde (MEC, 2013, p.8)

O CEBAS, Educação, no atual cenário das políticas de educação existentes, é uma ação que contribui de maneira efetiva para o processo de inclusão social no país a partir da garantia de oferta de bolsas, integrais ou parciais, aos estudantes de Educação Básica ou Educação Superior, constituindo-se em uma política pública de acesso (MEC, 2013, p.8).

As entidades que prestam serviço na área da educação podem requerer a certificação no Ministério da Educação, MEC, com validade de um a cinco anos, mediante comprovação dos requisitos exigidos pela lei nº 12.101/2009.

Tem-se visto que, com o passar dos anos, a questão política tem se organizado para debater assuntos polêmicos e hoje, têm-se maiores exigências e controle na participação das atividades sem fins lucrativos através das leis de trabalho, instaurada no Brasil em 1964, época da ditadura militar, havendo desrespeito aos direitos humanos, provocando reação da Igreja Católica e dos Teólogos mais radicais, criando redes de apoio aos cidadãos e incentivando as associações civis.

Ao analisar os documentos de concessão e bolsas de estudos, os alunos serão selecionados conforme perfil socioeconômico, de acordo com os critérios de renda, sendo de responsabilidade da pessoa e da família, a veracidade das informações prestadas.

Percebe-se que essa realidade e experiências vivenciadas em relação à comprovação da renda familiar, este parâmetro dificulta a distribuição das gratuidades, que nem sempre

consegue ser fidedigna conforme exige a lei e relatos dos documentos. Nesse caso, ocorrem situações em que a não comprovação de todos os documentos dificultam a constatação da bolsa de estudo para o aluno. Conhecendo a família, a escola normalmente acolhe os alunos, embora não podendo ser contados na filantropia, mas como alunos, que não respondem aos critérios exigidos por lei.

Vivenciam-se situações com perdas de capital, despesas com saúde, mortes, perda de emprego, acidentes, nesse caso, a lei poderia proporcionar outro desconto menor, como 20% ou 30% se a renda pudesse ser compatível com as finanças da família.

Outra situação percebida é em relação ao patrimônio em que a família foi construindo ao longo da vida, mas não existe o capital de giro para custear as despesas mensais. Neste caso, a pessoa não é amparada pelo desconto na lei da filantropia. O balanço social, as despesas da escola, viagens, formação, treinamentos, material diversos exigidos ou não por lei, afetam a qualidade de vida dos usuários, porém, não são contabilizados como despesa para a filantropia. Assim, a escola perde duplamente, pois os investimentos realizados não são contabilizados como filantropia, tornando-se despesa para a instituição.

Faz jus ao Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, a entidade beneficente de assistência social que demonstre, cumulativamente aplicar, anualmente, pelo menos, 20% (vinte por cento) da receita bruta proveniente da venda de serviços e de bens não integrantes do ativo imobilizado, bem como das contribuições operacionais, em gratuidade, cujo montante nunca será inferior à isenção de contribuição previdenciária usufruída.

Portanto, a Sociedade Educação e Caridade, conforme exigência do Código Civil de 20/11/2003 passou a vigorar com a seguinte redação: O Estatuto da Sociedade Educação e Caridade (SEC) mantém a seguinte designação, em seu Art. 1ª “A Associação de fins não econômicos, de direito privado, fundada em 06/01/1911, com duração indeterminada, personificada juridicamente, no Brasil, a Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, com sede e foro em POA, RS”.

Em seu artigo 2º, a SEC, Sociedade Educação e Caridade, Instituição filantrópica, sem fins lucrativos, educacional, de caráter beneficente e assistencial têm por finalidade: prestar atendimento assistencial, educacional, pastoral e na área da saúde. Promover a educação formal e informal. Na sua especificação consta o atendimento às famílias, maternidade, infância, adolescência e na prevenção, valorização social, oferecendo e desenvolvendo, em caráter permanente, formação aprimorada às associadas.

Na Lei 12.101/2009, Art. 1º “A certificação das entidades beneficentes de assistência social e a isenção de contribuições para a seguridade social serão concedidas às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e que atendam ao disposto nesta Lei.” (BRASIL, 2009).

Art. 29. A entidade beneficente certificada na forma do Capítulo - II fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os art. 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, desde que atenda, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

- I – que seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, não recebam remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;
- II – que aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- III - apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (BRASIL, 1991).

A Sociedade Educação e Caridade, (SEC) é uma instituição de Utilidade Pública Estadual, Federal e Municipal. O Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, portanto, pertencente à SEC, e, como tal, assume sua filosofia e seu Estatuto, comprometendo-se com filantropia, em todas as dimensões.

Nesses aspectos, traçam-se considerações sobre a importância de oportunizar a todos os que procuram a escola confessional, oferecendo um ensino de qualidade, formação e educação para todos indistintamente. A comprovação de dados para a fiscalização é uma exigência da lei e muitas vezes tornam-se difícil. Se uma família que tem uma renda igual ou maior a três salários mínimos mensais, na rede particular, precisa comprovar renda, na pública não, e ainda é beneficiada com material, merenda, transporte, uniforme. Este aluno, tendo condições econômicas ou não, tem as mesmas oportunidades, para cursar na Universidade, Pública e Federal. Existe uma contradição entre as exigências cobradas, em relação à escola particular e confessional com a pública, embora seja para todos assim como é a particular, só com mais desafios e sem ajuda de custos públicos.

Conforme Alves (2005), algumas características são entraves na realização de um trabalho sistêmico, dificultando seu crescimento e desenvolvimento.

No atual momento histórico os desafios para a Escola Católica quanto às isenções decorrentes da “filantropia”, inclusive e a relação entre educação e assistência social; à obtenção de verbas públicas; à política para as mensalidades escolares; à diminuição, das vocações religiosas; ao decréscimo do número de alunos; à agressiva lógica do mercado educacional; à persistência no fechamento de escolas; à crescente e irreversível entrada dos leigos para cargos diretivos em nossas instituições; ao debate e às consequências em torno da LDB de 1996 e legislação dela decorrentes (ALVES, 2005, p. 5).

Há constatação de que os desafios em relação à instituição confessional filantrópica são cada vez maiores, pois o enfraquecimento na organização congregacional em termos de pessoal e de articulação para um trabalho efetivo, torna as equipes diretivas vulneráveis, frágeis em relação ao futuro.

Ao fazer uma retrospectiva histórica constata-se que houve mudanças radicais em relação à organização metodológica, conteúdos, com maior veemência verifica-se algumas dificuldades em preparar novos agentes, ainda que sejam leigos para que assumam a filosofia do instituto como missão mais do que como profissão ou status.

Há uma relação simplista com gestores porque, além de possuírem pouca experiência na área educacional, o trabalho passa a ser exercido na confiabilidade e na obediência aos superiores, cumprindo as normas estabelecidas. Hoje, os gestores e equipes diretivas estão em voltas com muita burocracia, ficando aquém em projetar a instituição a longo prazo, pois as mudanças ocorrem rapidamente dificultando a sua concretização.

A evolução tecnológica trouxe mudanças nos valores da própria sociedade. As desigualdades sociais mudaram o panorama educacional, através das perdas de referências da família e da sociedade. Hoje, a qualificação passa pelas relações, competitivas e individualizadas, melhor preço, pois só qualidade não basta, a sociedade exige habilidades, competências, práticas para que possam bem desempenhar seu trabalho pedagógico ou burocrático, não importando se o que recebe é suficiente para viver.

As escolas filantrópicas estão inseridas na cultura globalizada assim como a sociedade vem perdendo espaço em relação à sua proposta humanística, de forma objetiva e filosófica. A sociedade não consegue direcionar seu foco na cultura humanística e nem diferenciar a proposta humanizadora que tem seu enfoque na formação da cidadania, no respeito aos outros seres capazes de pensar e se responsabilizar pelos seus atos. Hoje, o modelo está centrado no materialismo e capitalismo, enfocando valores, como: a competitividade, a lucratividade, as mudanças rápidas, os processos produtivos e a facilidade em ganhar dinheiro ainda que de forma desonesta. A sobrevivência de uma empresa é ser competitiva, além de agregar valor no produto continuamente.

A mundialização, trouxe a competitividade, cultura globalizada, economia em bloco, perda de referências éticas acompanhadas do surgimento de novos valores, automação dos processos produtivos, aumento do desemprego em escala mundial, forte desigualdade na distribuição dos recursos cognitivos e dos investimentos em pesquisa científica. Tudo isso tem um forte impacto sobre a realidade educacional e sobre o futuro da Escola e da Universidade Católica. (ALVES, 2005, p. 10).

A educação é fruto dessa realidade econômica, embora tenha uma filosofia que oportuniza ao seu educando a criticidade e a vivência da ética. Veem-se todos os dias exemplos de falta de ética ao enganar o outro e sair como vencedor. A educação constitui-se em processos organizados e emancipatória com a finalidade de promover o desenvolvimento pleno da cidadania. Mészáros (2007, p.59) adverte, ainda, que o capital não aceita controle e nem regulação, é incontrolável e irreformável, pois é “orientado para a expansão e dirigido pela acumulação.”

Embora a Lei de Diretrizes e Bases, deixe claro que os recursos também são destinados à escola filantrópica e não só às públicas vêem-se que a lei não funciona assim. Peroni (2003, p. 237): o Estado é chamado a “socorrer” o capital produtivo e financeiro nos momentos de maior crise. E, contraditoriamente, foi e é considerado o “culpado pela crise” pela teoria neoliberal.

A LDB, Lei nº 9.394/20/12/96 em seu Art.77. Estabelece que: “Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser alcançadas as escolas comunitárias confessionais ou filantrópicas desde que: I. comprovem finalidade não lucrativa; II. aplique seus excedentes financeiros à educação; III. presta contas ao poder público dos recursos recebidos. Os recursos poderão ser destinados a bolsas de estudos.” (BRASIL, LDB, 1996).

A educação passa pelo processo político, cujo interesse do governo é manter o crescimento, o fortalecimento entre o público e o privado, mas com a finalidade de promover a assistência social sem que haja um maior comprometimento das políticas governamentais. O Brasil tem a cultura da gratuidade na segurança, defesa dos direitos, do receber tudo gratuitamente, e não dos deveres como cidadãos. Embora esteja amparada em lei, a Escola filantrópica não recebe recursos a não ser a isenção. Para Peroni (2003, p.237), a teoria neoliberal, as políticas sociais são um verdadeiro saque à propriedade privada, pois são formas de distribuição de renda, além de também atrapalhar o livre andamento do mercado.

É importante lembrar que as organizações sem fins lucrativos no Brasil, em 1916, foram reconhecidas juridicamente no Código Civil Brasileiro (Lei nº 3.107, de janeiro de 1916) no artigo 16. Destaca-se, novamente, que as organizações do terceiro setor, para fins legais, são

denominadas entidades sem fins lucrativos. Dentro destas categorias encontra-se distinção jurídica entre fundações e associações (LANDIM, apud, MENEGASSO, 2001, p.4)

O terceiro setor multiplicou-se em um contexto de crise do Estado Providência. Além de assumir algumas atividades que seriam do Estado, como a promoção ou manutenção de bem-estar social, acaba também assumindo poder (econômico/político), principalmente quanto à definição de seu próprio campo de cooperação internacional, no que se refere ao repasse e à prestação de contas dos recursos financeiros, diretamente para as agências internacionais sem a intermediação do Estado (PERONI, 2006, p. 243).

As empresas, a partir dos anos 1980, passam a articular-se, com o crescimento da modernização, há um aumento da produção que converge para os movimentos operários, principalmente as reivindicações salariais e maior participação nas relações de trabalho. Como estratégias de competitividade as empresas tentam conciliar os lucros com a função social. Passaram a realizar ações com atividades relacionadas à formação dos funcionários, suas famílias e com a comunidade.

No Brasil, nos anos noventa, o terceiro setor adquire maior visibilidade na mídia e no espaço político. A partir de então, passa a ganhar expressão a discussão sobre a regulamentação do setor, que passou a ser denominada de marco legal.⁵

É importante destacar, igualmente, que está em vigor a Lei n.º 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o serviço voluntário. Na contemporaneidade, estas organizações agrupam três subconjuntos principais: as organizações dos tipos beneficentes, filantrópico ou assistencial; as ONGs, criadas dentro do ideário de promoção de cidadania e democracia e as fundações e institutos doadores de recursos, dedicados ao investimento social.

Como adentrar em uma sociedade competitiva que pouco se preocupa com os valores inerentes à formação, embora exigente na busca de qualidade que a diferencie das demais? Seria viável para o aluno um espaço de interação na criação de novos modelos educacionais? Parece que falta um maior comprometimento da família com o aluno, dando prioridade aos direitos e deveres da escola. Mas também, a escola está correndo atrás de respostas que sejam viáveis para suprir a era tecnológica.

Alves comenta que a competitividade educacional exige constante aprimoramento para acompanhar o processo produtivo da sociedade.

⁵ Menegasso, (2002, p. 111) “Assim, surge a Lei n. 9.790, de 23 de março de 1999, regulamentada com o Decreto n. 3100, de 30 de junho de 1999. Esta lei qualifica as organizações do terceiro setor como parte da sociedade civil e do interesse público.

A competitividade cada vez maior, que brota da globalização da economia, fomenta a consciência de que o aprimoramento educacional e o sucesso econômico estão estreitamente ligados. A vinculação entre o ritmo do progresso técnico e a qualidade da intervenção humana sustentam tal afirmação e apontam para a crescente necessidade de formação permanente de agentes econômicos aptos a utilizar as novas tecnologias. Sob a pressão do referido progresso tecnológico e da modernização automatizada dos processos produtivos, acentua-se a demanda por uma educação para fins econômicos (ALVES, 2005, p.10).

A informação é um caminho de acesso ao conhecimento, a tecnologia possibilita promover esta informação, mas ela precisa estar agregada à consciência crítica, aos programas adequados que propiciem os saberes inerentes aos valores da pessoa, apesar da globalização os educadores não estão suficientemente capacitados nas áreas culturais e científicas para fazer frente a essa realidade. Por outro lado, a escola deve incluir a educação humanística que a tecnologia não possui.

Ainda referente à economia, aos investimentos que a escola precisa fazer para manutenção e ou qualificação, os recursos são decorrentes das mensalidades escolares (promoções, doações, entre outras). Não há uma política que viabilize a participação da escola particular, mesmo sendo filantrópica, com projetos ou de outra forma de participação. Sempre vem o refrão, escola particular não pode participar. De certa forma, existe uma política discriminatória contra a escola confessional. Essa dificuldade de sentir-se coparticipantes, na sua grande maioria inviabilizando sua participação descaracteriza a escola e muitas portas são fechadas por falta de recurso até com projetos sociais.

Fica claro, que não há uma preocupação na produção de novos conhecimentos, e que prepare o aluno para se destacar e competir no mercado, a crescente era tecnológica, está em constante mudança o novo conhecimento não consegue equiparar-se à globalização.

No âmbito da missão educacional e evangelizadora, algumas constatações deveriam povoar as preocupações e as decisões dos atuais gestores da Escola Católica no Brasil. A escola como um todo, vem perdendo a hegemonia no que concerne ao acesso ao conhecimento produzido pelas gerações passadas. A informática universaliza tal acesso, embora, ainda, em escala maior do que é capaz de democratizá-lo. A revolução que a tecnologia patrocina conduz as realidades a constantes mutações e à respectiva indefinição das qualificações profissionais necessárias aos futuros mercados (ALVES, 2005, p. 11).

Outro aspecto, são as escolas confessionais católicas estarem atreladas a suas mantenedoras o que, muitas vezes, dificulta a liberação de recursos ou de permitir a responsabilidade para que escola busque soluções de manutenção para a instituição; por outro lado, favorece o trabalho em rede, as questões financeiras e investimentos, dando suporte técnico no que tange às leis.

Em relação à sustentabilidade financeira, há uns 15 ou 20 anos as indústrias e comércio descontavam seu imposto de renda destinando este dinheiro na aplicação da filantropia, por instituições escolares ou institutos com atendimento educacional. Hoje a burocracia é tanta que ninguém mais consegue, pois dizem não valer mais a pena. Nos EUA, a filantropia é uma questão cultural, tem seu valor social, principalmente para aumentar a influência, por questões políticas, talvez nem tanto por opção ou necessidade.

Um dos aspectos adotados pela Sociedade Educação e Caridade nas escolas em relação às questões duvidosas e na comprovação das fichas socioeconômicas é que seja verificada pela presença do profissional de Assistência Social. Esse processo de validação da concessão das bolsas está atribuído a competências desse profissional pela lei que criou a profissão juntamente com a equipe de gestão da escola. Na legislação não há qualquer referência à presença obrigatória desse profissional, mas para a SEC é uma exigência; a presença do mesmo traz segurança jurídica necessária na validação de critério em relação à seleção dos alunos bolsistas. Assim, tanto a documentação exigida quanto a necessidade de visitar a família para averiguação da situação econômico-financeira do candidato, a bolsa de estudo deve estar avalizada pela interpretação do profissional de Assistência Social que definirá juntamente com a equipe de gestão esse procedimento.

Como escola filantrópica, entende-se que o processo de bolsas de estudo é um projeto continuado, por dois motivos: primeiro, pelo fato das instituições ter assumido no nosso regimento interno que “os pobres são os destinatários de nossa missão;” segundo, por necessidade de continuar com a filantropia. A continuidade, parte da premissa do cumprimento da legislação, tanto em nível de percentuais financeiros, quanto aos demais requisitos. O que vai prevalecer é o cumprimento do mínimo em gratuidade.

Conforme a da Lei nº 9.870, de 23/11/1999, a aluno beneficiado com 100% é vedada qualquer tipo de cobrança de atividades extras, vinculadas à prestação de serviço de ensino ou de material, uniforme, se assim a entidade vier prestar esse benefício.

Para Alves (2005, p.16), as Mantenedoras das escolas e suas equipes de gestão, carecem de um maior aprofundamento e talvez novas formas de coordenação, que não dependam das estruturas existentes, mas se estabeleçam perspectivas de solidariedade que estreitem os laços de apoio entre ambas, as escolas, promovendo encontro, intercâmbios, projetos que viabilizem mudanças na organização com mais autonomia para os gestores.

Não raramente, a caminhada de uma Mantenedora condiciona o projeto político, pedagógico e administrativo de um centro educacional. Neste sentido, ainda que respeitando a vinculação necessária e a interação inevitável entre escola e mantenedora, propugnamos por um maior grau de autonomia entre ambas. Autonomia benéfica e que seria estimulada pela articulação entre mantenedoras, bem como pelo ingresso dos leigos nos quadros dirigentes e decisórios das escolas (ALVES, 2005, p.16).

Com tanta mudança acontecendo, ainda assim, a escola confessional católica tem competência para superar suas dificuldades, possibilitando melhorias nos saberes trabalhados de forma crítica, questionadora, contextualizado, interdisciplinar que a torna criativa, bem como preparar o aluno para um processo de educação permanente. Com o crescimento das tecnologias e o envolvimento da família no mercado atual, faz-se necessária uma educação que abranja o turno integral. Para as que trabalham no comércio, isso é positivo, pois confiam à escola o aluno que em um turno se envolve com o conteúdo e em outro com oficinas, proporcionando o desenvolvimento das habilidades e competências para sua formação.

Para Berkenbrock (2010, p.129), “O ensino confessional católico tem como missão oferecer uma educação de tradição e de inovação, com formação para os valores humanos e cristãos num mundo do imediato e do relativo.” Nesse sentido, as escolas investem em conhecimentos que ajudam o aluno a responder aos desafios do momento atual. As relações entre conhecimento e trabalho exigem que a escola capacite os alunos para aquisição de novos saberes que surgem e que exigem um novo tipo de profissional liderando com seus códigos, novas tecnologias e linguagens que responda a novos ritmos e processos.

Alves (2006) aponta determinadas tendências para o futuro do ensino particular, ligadas a três palavras chaves: relevância, qualidade e internacionalização, conceitos que passam a ser o foco principal nos próximos anos.

Entre outras tendências, destaca: o ensino católico deve reduzir sua margem de lucro das instituições de ensino, crescimento da educação executiva e profissionalização da gestão nas instituições de ensino, aumento da diferenciação do sistema de serviços. Ensino focado nas necessidades do aluno. Presença maciça da tecnologia (ALVES, 2006, p.138).

Estes aspectos acima citados não reduzem a sustentabilidade. Em muitas instituições já ocorrem, pois isso tem efeito dominó, onde a diminuição de alunos encarece sua manutenção e isso poderá provocar aumento das mensalidades espantando a clientela. Mas há também, a fidelização dos clientes que, por serem poucos, cresce também a qualidade no atendimento, sendo hoje uma das questões mais evidenciadas, o pronto atendimento e a qualidade no ensino.

Outra questão evidenciada em relação à escola confessional, nos últimos anos, são os reveses sofridos em âmbito das políticas públicas e que cada vez mais estão encurraladas com uma sobrecarga de questões referente às leis, comprovação da gratuidade, exigências absurdas que inviabilizam sua continuidade. Cabe ainda lembrar que se a escola é comunitária onde está sua liberdade e ajuda no que se refere ao Art. 204, “que os recursos públicos são destinados à escola pública e privadas”.

Propagar que a escola privada e laica através de promessas feitas antes das eleições e uma sociedade pluralista e democrática não nos devolvem a autonomia administrativa, mas sim, anula de vez a escola confessional.

Para Katia Alonso (2008), a tecnologia mudou o rumo da história, esse novo contrato social, relacionado à espiritualidade, aos valores para muitos, não tem mais consistência. Os reflexos da globalização estão expressos no âmbito da vida humana.

Clarear o fenômeno da globalização e seus reflexos nos vários âmbitos da vida humana é importante, à medida que, por meio de uma série de reconstruções de nosso cotidiano, podemos entender como foi alterada nossa percepção sobre o mundo. Tempo, espaço e trabalho são afetados pelas dinâmicas que reconfiguram nossas relações, nossa maneira de ser/estar no mundo. Embora, seja um processo marcadamente econômico, há nisso uma lógica que impõe outros modos de organização da vida, que se espalha pelo social, cultural, político-educacional, demandando rearranjos e criações humanas que nos possibilitem interagir com o novo, compreender o desconhecido (ALONSO, 2008, p.749).

O fenômeno da globalização impõe formas de repensar e compreender aspectos que se impõem à população de modo universal. Os processos econômicos e sociais influenciam o setor educacional. No início dos anos 60, já estavam sendo anunciadas mudanças de transformação na sociedade mecanizada, marcada pela simultaneidade em decorrência da velocidade. A aldeia global trouxe à tona as novas tecnologias da informação e da comunicação.

As transformações ocorridas nas últimas décadas na sociedade atingiram as escolas e mudaram o perfil em relação ao uso da informatização, dos computadores, softwares, entre outros programas que vieram revolucionar o cotidiano da escola. Este fenômeno invadiu nossa cultura, transformou nossos costumes expostos e sem privacidade. Somos desafiados, diariamente, através de programas a assumir uma postura adequada para instrumentalizar os professores com elementos catalisadores na aprendizagem dos alunos.

Hoje falamos muito em sustentabilidade, essa palavra precisa ganhar força para o século 21, precisa ser aguada e cuidada com muito planejamento, com projeto de esperança. Terminaram os projetos malucos que destroem, matam a vida humana. Ao lado da virtude, das

metas, qual será o nosso alcance, hoje, amanhã? Nossos objetivos vão durar, até quando para alcançar nossos sonhos? Qual o alcance do mundo que essa visão de gestão nos possibilita para sustentabilidade da instituição? Como fica a renovação, a consciência de conflitos, como adaptar esses novos valores a essa modernidade? Essa e outras perguntas permanecem, pois a vida se encarregará de respondê-las. Contudo, sabemos que a globalização, com suas leis e exigências vai, dia a dia, tomando conta do que temos através de impostos, que precisam ser cumpridos, como a lei da empregabilidade do deficiente físico, do menor aprendiz, da qualidade, do investimento do bom atendimento. Tudo passa pela gestão financeira.

A percepção de oportunidades, de criação, de visão empreendedora, de perceber a realidade, a novidade, de ser criativo, de estar atenta às oportunidades ao redor, das melhorias para toda a instituição, até para o porteiro, pois a visão do cuidar de como se faz, por que se faz, dos modelos de gestão, com sua criticidade, vai fazer com que a gestão conduza o processo. Será isso suficiente para se ter uma boa gestão? Essas tantas e outras perguntas são chaves para o planejamento e gestão participativa com um trabalho em equipe.

Saber empreender é uma arte, é tão importante quanto as características de mercado que permitem motivar o consumidor a adquirir determinado produto. Schiffman e Kanuk, (2000, p.60): “Motivação pode ser descrita como a força motriz interna dos indivíduos que os impele à ação”.

Na política de mercado é importante que o gestor tenha clareza da realidade, seja ela interna ou externa para ampliar os horizontes no sentido de visualizar cenários e situações de longo prazo, de modo a planejar com determinação quais passos deverá dar a curto e médio prazo. O que nos impede a alcançar o que foi planejado? Para Sandroni (2002, p.327), outro aspecto a ser lembrado são as políticas de mercado, tendências, mudanças e comportamentos, potencialidade de crescimento, taxas e níveis de satisfação, além de questões delicadíssimas relativas a produto, preços, praça, promoção, propaganda, sem desconsiderar temas também estratégicos e investimento.

Os empreendedores devem ser otimistas para visualizar as oportunidades e ameaças, que influenciam na construção do sucesso empresarial. Para tanto, o autor destaca algumas qualidades essenciais que levam o empreendedor ao sucesso:

Capacidade de assumir riscos calculados – é necessário que o empreendedor tenha muita garra e determinação, considerando as decisões que haverão de ocorrer. Para isso, é preciso capacidade ímpar em assumir riscos calculados, sabendo enfrentar os desafios e defender seu patrimônio com ousadia, coragem e controle; Ter iniciativa e otimismo – um empresário de sucesso deve ser criativo e fazer pesquisas. A iniciativa envolve decisões ousadas na procura de realização e independência. Aprendendo com colaboradores, parceiros, fornecedores e clientes; Identificar oportunidades – o empreendedor tem capacidade de estar permanentemente atento a tudo que conhece à sua volta, ter sensibilidade para fazer novas atividades e identificar as necessidades dos clientes; Ser líder – a pessoa deve ter poder de persuasão e influenciar as pessoas a executar tarefas considerando a vida pessoal e as aspirações de cada colaborador (DORNELLAS, 2001, p.239).

As mudanças no contexto organizacional englobam alterações fundamentais no comportamento humano, nos padrões de trabalho e nos valores em resposta a modificações ou alterações estratégicas, de recursos, de tecnologia. Considera-se que a chave para enfrentar com sucesso o processo de mudança é o gerenciamento das pessoas, mantendo alto nível de motivação e evitando desapontamentos. Para Herzog, *apud*, Wood, (2000, p. 137), “o grande desafio não são as mudanças tecnológicas, mas as mudanças nas pessoas na cultura organizacional, renovando os valores para ganhar vantagem competitiva.”

Nesse processo de globalização são apontadas mudanças que formam esse novo cenário competitivo, classificado como estrelas, pois se tomadas separadamente, elas não contam toda a história, mas que afetam profundamente toda nossa organização, causando pressão sobre as empresas de modo que essas mudanças costumam passar despercebidas, pois não consegue entender as exigências do modelo econômico competitivo (Haddad 1999).

O capital não é uma entidade homogênea. Carrega consigo grandes complicações para a questão da globalização é uma completa fantasia, por sugerir que vivenciamos todos sob um governo global capitalista, que seguramente obedecerá as regras desse governo global na verdade temos uma multiplicidade de divisões e contradições é o capital social total é a categoria abrangente que incorpora a pluralidade de capitais ,com todas a suas contradições (MÉSZÁROS, 2007, p.66).

O Sistema do capital articula-se numa rede de contradições que só se consegue administrar medianamente, ainda assim durante curto intervalo, mas que não se consegue superar definitivamente. Na raiz de todas elas encontramos o antagonismo inconciliável entre capital e trabalho, assumindo sempre e necessariamente a forma de subordinação estrutural e hierárquica de trabalho ao capital, não importando o grau de elaboração e mistificação das tentativas de camuflá-las. Algumas contradições a serem enfrentadas: Produção de controle; de consumo, de circulação, e competição e monopólio (MÉSZÁROS, 2007, p.86).

O sistema do capital moveu-se, inexoravelmente, em direção à globalização desde sua origem, pois, dado o caráter irrestingível de suas partes constitutivas, não era possível

entrever sua completude bem sucedida de outra forma, se não é um sistema global onibrangente. Para Mészáros (2007, p.61): “eis por que o capital teve de procurar demolir todos os obstáculos que se encontravam no caminho de seu pleno desdobramento; e cumpre que continue a fazê-lo enquanto o sistema sobreviver”.

No passado, “a confiança na certeza do progresso nascia da convicção de que o progresso científico e o progresso moral estivessem estreitamente ligados, que o progresso moral dependesse da difusão cada vez maior do saber, que o avançar das luzes e o avançar dos costumes caminhassem juntos. Hoje acreditamos que as tecnologias são a libertação da humanidade. No entanto, Bauman (2008, p.14) analisa que esse sujeito desorientado, desenraizado e atomizado, é o arquétipo de uma sociedade “líquido-moderna” inserida na “modernidade líquida”.

Dessa forma, a sociedade move-se conforme agem seus instintos, rotinas, mas se transforma, continuamente, segundo a realidade, os indivíduos estão inseridos nesta realidade de forma pessoal e individualizada, pensando no seu bem-estar junto e não da sociedade. A novidade dessas mudanças, diferentemente do ocorrido em outras épocas, é que elas têm alcance global que, com diferenças e matizes, afetam o mundo inteiro, pois, o mundo globalizado compõe as rápidas transformações, ilusoriamente os sonhos e a magia.

Outros aspectos nesta sociedade líquida, há um pensar no hoje, ser feliz, ter poder, autonomia, não pensando em um futuro mais longo, mas o aqui e o agora. Esta é a ordem, não importando os equívocos, as decepções, sofrimento e a miséria causada nessa produção capitalista.

A vida líquida flue se arrasta de um desafio para outro e de um episódio para outro, e o hábito comum dos desafios e de sua tendência a terem vida curta. Pode-se presumir o mesmo em relação à expectativa de vida dos medos que atualmente afligem as nossas esperanças. Além disso, muitos medos entram em nossa vida juntamente com os remédios sobre os quais muitas vezes você ouviu falar antes de ser atemorizado pelos males que esses prometem remediar (BAUMAN, 2008, p.14)

Pensa-se no outro como uma peça importante para que o objetivo planejado seja alcançado, usufruindo do seu potencial pessoal para que logo após se possa dispensá-lo. Não há mais crise de consciência, nem temor da nada da parte do indivíduo consumista de afetos e experiências em relação ao outro.

Induzidas pelo consumo da tecnologia e pelos interesses do sistema econômico as pessoas se movem em busca de ideais, vinculados e passíveis de mudança segundo os ventos do mercado. Fascinados e dominados pela tecnologia sem fronteiras os interesses vão se

moldando e se identificando dentro dessa nova ordem, incorporando o novo sistema de produção e por que não dizer de exclusão social? A motivação que vincula a sociedade nesse momento, certamente não são os aspectos de solidariedade, mas sim a perpetuação das desigualdades sociais.

A motivação da sociedade, principalmente para os que realizam ações e doações vinculadas à filantropia precisa ser divulgada no sentido de propagar essa cultura. Ocorrem baixos incentivos fiscais oriundos do governo, impostos altos sobre doação, fragilidade na constituição e na gestão das organizações sociais. Todos esses fatos, somados a uma infinidade de outros fatores de alta complexidade, contribuem para o persistente quadro de desigualdade social. Por isso, faz-se necessário mudar o enfoque, divulgar as ações, mas também a falta de incentivo de modo que a sociedade conheça e apoie essa iniciativa e dela faça parte, engajando-se em ações comunitárias.

Sem sombras de dúvidas, a filantropia é uma ação benevolente ancorada na caridade, nos movimentos sociais e na assistência social, assumindo caráter de assistência social. Amparada por lei precisa se fortalecer e encontrar novas parcerias nas áreas na ação social. A luta é constante, enquanto as políticas públicas precisam estar mais integradas com a comunidade, pois esse esforço necessita estar pautado pelo coletivo com respaldo na construção de políticas que priorizem a união entre os diversos atores, sejam eles Estado, Municípios e sociedade civil, qualificando, apoiando e fortalecendo as instituições como parceiras. Dessa forma, a filantropia tende a crescer, fortalecer-se com novos agentes beneficiando a sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir esse estudo, é possível dizer que muitas questões foram respondidas ao longo dessa pesquisa e tantas outras foram surgindo ao longo das análises. Para tanto, é necessária a continuidade, aprofundamentos de leituras e produções para desvendar, as mudanças que vão acontecendo no cotidiano da realidade.

A presente pesquisa não esgota aqui, o tema em análise. No decorrer dessa investigação percebeu-se que os caminhos percorridos nos conduziram para novas indagações em relação à função e concepção da filantropia numa instituição, mas permanece o foco, “amor à humanidade,” principalmente aos mais carentes. No entanto, com o aprofundamento dos diferentes enfoques foram esclarecendo as causas que levaram a filantropia a tornar-se lei e assumir determinada proposição.

O estudo em destaque teve como objetivo desenvolver uma investigação acerca dos impactos das políticas públicas educacionais nas escolas filantrópicas a fim de compreender a complexidade da sustentabilidade econômica, social que envolve estas instituições no contexto atual. Com o intuito de responder a esse objetivo buscou-se responder algumas questões que nortearam o trabalho.

A primeira delas era relacionar e investigar os principais impactos das políticas públicas nas escolas filantrópicas, analisando a conjuntura do atual momento histórico. Nessa ótica, a investigação partiu da análise histórica das instituições educacionais filantrópicas, caracterizando seu desenvolvimento educacional, trazido pelas congregações que vinham para o Brasil, com o intuito de buscar novas formas de evangelização. Foram constatados grandes desafios, exigência e impactos, sinalizando serem as políticas públicas coniventes com as leis do mercado, abrangendo as leis econômicas que norteiam as escolas filantrópicas confessionais, juntamente com os desafios da sustentabilidade financeira frente à conjuntura de mercado no atual momento.

A segunda questão tem uma relação estreita com a primeira, analisando formação das instituições religiosas, origem e sustentabilidade financeira das escolas filantrópicas, sua influência na sociedade globalizada e consequências para a educação. O crescimento das instituições no Brasil, missão e organização nos diversos campos nas pastorais sociais e

educacionais, relacionadas à educação de crianças e órfãs abandonadas e a influência para a sociedade nos dias atuais. Através desses aspectos foi possível fazer uma relação com a filantropia, a regulamentação referente às legislações e modificações ocorridas exigências da própria lei. Ainda assim, é importante ressaltar que a questão da filantropia, influenciada pela globalização na era do conhecimento, da informação e da tecnologia, veio agregar valor mantendo o sucesso nas empresas, escolas e na sociedade. Observa-se, também, que a responsabilidade social presente nas empresas e nas instituições educacionais, tem em seu foco a promoção humana, social e educacional, investindo na formação do indivíduo para o futuro.

Na terceira questão, procurou-se Identificar os impactos das Políticas Públicas educacionais sobre as escolas filantrópicas. Diante desse contexto, foi possível relacionar a contribuição da filantropia no processo de sustentabilidade econômica das instituições educacionais na conjuntura globalizada. Percebeu-se que a filantropia avançou enquanto lei, mas não progrediu enquanto parceria entre Estado e instituição filantrópica. Nesse processo histórico da internacionalização da economia mundial, espaço esse relacionado às dimensões sociais, políticas e culturais no processo de ajustamento da economia. Nesses aspectos, foi possível identificar na escola confessional um embasamento sólido, estrutura alicerçada na formação dos valores, conhecimento e qualidade. A sua presença na sociedade contribui na formação e adicionando conhecimentos.

Salientamos que os efeitos da globalização têm causado à sociedade avanços significativos, mas permanece a necessidade de avançar nas melhorias educacionais, como área do conhecimento e da aprendizagem e do aperfeiçoamento. Constatou-se lentidão no processo por falta de investimento tecnológico, na melhoria das políticas voltadas para a sustentação e na qualificação educacional.

Na quarta questão, identificaram-se os dilemas e desafios inerentes à sustentabilidade financeira e nas instituições filantrópicas. Situando-se frente à realidade globalizada, as mudanças estruturais apontaram para as pequenas, médias e grandes empresas. De um lado veem-se avanços econômicos e sociais, por outro, evidenciam-se dificuldades trazidas na manutenção, pela instabilidade financeira, carga tributária elevada, para subsidiar e manter as escolas filantrópicas beneficentes, de direito privado.

Diante dos impactos da globalização, visualizamos possíveis saídas relacionadas à garantia dos direitos das instituições Filantrópicas, melhoria da participação, infraestrutura, apoio educacional, equipe coesa. Merece destaque a valorização e o reconhecimento da

comunidade pelo trabalho prestado, nas mudanças evidenciadas pelas políticas públicas nas estruturas subjacentes, beneficiando as escolas filantrópicas.

Cabe destacar que nessa pesquisa há indagações não respondidas e que ficarão como desafios para que outros pesquisadores possam avançar na construção de novos conhecimentos focados na temática desta pesquisa. A não realização de um trabalho de campo talvez tenha contribuído para que houvesse maior dificuldade em responder certas questões inerentes ao tema, por exemplo, levantar dados que pudessem explicitar quais os impactos sofridos pelas instituições filantrópicas com as mudanças de legislações nos últimos dez anos. No entanto, é o preço que se paga pela opção de fazer uma investigação de caráter bibliográfico e documental.

Essa pesquisa teve a pretensão de mostrar, através dos dados relacionados às instituições filantrópicas, o atendimento aos beneficiados, a credibilidade das instituições parceiras não lucrativas e por isso, a necessidade de receber recursos do Estado, beneficiando e qualificando as instituições filantrópicas de educação de todo o país, principalmente sabendo das sérias dificuldades que as mesmas têm enfrentado nestes últimos anos. Tomando como ponto de partida as mudanças econômicas e ideológicas vividas na contemporaneidade percebe-se o crescimento ocorrido e a necessidade de avançarmos nos setores educacionais qualificando o ensino. Nessa perspectiva, sentimos a necessidade de avançar na educação.

Outra constatação é que nem sempre a teoria corresponde às demandas práticas das instituições mantidas. Contudo, considera-se importante a filantropia como causa de transformação social principalmente para os que mais precisam sentir-se indivíduos participantes na sociedade

As perspectivas evidenciadas somam-se com a necessidade de incentivos por parte da comunidade e principalmente dos governos. Entende-se que a maior contribuição deste estudo está relacionado com a necessidade de melhorias nas Entidades filantrópicas, no sentido de obter recursos necessários dos governos para sua sustentabilidade, manutenção e modernização tanto na estrutura física quanto nos aspectos internos, referente à tecnologia, possibilitando ao professor fazer uso dos recursos pedagógicos, acesso à internet, aparelhos eletrônicos modernizados em suas salas de aula. Esses meios facilitam a aprendizagem de uma forma mais descontraída. As estruturas modernizadas promovem o acesso a um ambiente mais aconchegante, alegre e convidativo na comunidade escolar.

A necessidade de receber incentivos para as melhorias da educação é uma questão política, pois tanto as escolas filantrópicas como as públicas deveriam ser beneficiadas com

recursos ou subsídios para manterem-se com qualidade, crescimento e bom funcionamento, sabendo que a escola filantrópica também está a serviço da comunidade, beneficiando muitas crianças, jovens estudantes como suas famílias através dos projetos sociais.

Nesse contexto, uma das saídas está relacionada à economia, pois reforçando a agricultura, o comércio e a indústria, principalmente os de pequeno teremos possíveis melhorias, mais emprego e melhores salários na sociedade. Isso possibilitaria crescimento também no setor educacional, onde as famílias com boas condições têm condição de oferecer qualidade educacional aos filhos.

Outra questão está relacionada com as pequenas instituições educacionais, onde caberia uma ajuda de custo referente à não sustentabilidade da obra. Essa ajuda poderia ser em materiais pedagógicos, livros, materiais didáticos, brinquedos, entre outros, esses não teria maior custo ao Estado, pois esses, já são oferecidos às escolas públicas.

Aspectos relevantes em relação à escola católica: melhorias na articulação e liderança do setor educacional de forma que haja mais convicção, defesa e posicionamento em relação aos objetivos que queremos alcançar;

Que as instituições possam ser vistas como parceiras e não como concorrentes entre si, embora se tenham diversidade entre as instituições é necessário focar a unidade da ação;

Que as Instituições tenham apoio dos setores organizacionais, como SINEP, SINPRO, ANAMEC, PASTORAL ligada à Igreja católica e políticas públicas que defendam e conduzam princípios e ações educativas na defesa da escola Filantrópica;

Que as estruturas e leis sejam eficazes, de baixo custo para que possam ser mantidos os estabelecimentos, entidades, projetos e serviços, otimizando os espaços com custos menores;

Políticas de incentivo ao desenvolvimento de projetos concretos, fortalecendo as instituições filantrópicas, nas áreas científicas, incentivo às artes plásticas, música, teatro, oficinas culinárias, tecnologias, ações que primam pela qualificação das diferentes áreas profissionais.

Face ao exposto, considera-se que as investigações realizadas na busca de respostas foram válidas, embora se faça necessário conhecer as políticas públicas que regem as mudanças estruturais das escolas filantrópicas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Manoel. A Vida religiosa e a educação das elites no atual contexto brasileiro. alguns conflitos e contradições inerentes à educação das elites brasileira pela Igreja dos pobres. In: PAIVA, Vanilda (Org.). **Catolicismo, educação e ciência**. São Paulo, SP: Loyola, 1991. p.358.-Agosto 2013. Disponível em <<http://revistas.eletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/5139/3775tp>>. Acesso: 16/09/2013.

_____. Sistema católico de Educação e Ensino no Brasil: uma nova perspectiva organizacional e de gestão educacional. **Revista Diálogo**, Curitiba, 2008. Acesso: 16/09/2013

ALONSO, Katia. Tecnologia da Informação e Comunicação. Comunicação de Professores sobre rede de escolas. **Educ**. Campinas, Vol 28, n.104, especial, p.747-768, outubro 2008. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

BOFF, Leonardo. **Virtudes para um outro mundo possível**. Petrópolis: Vozes, 2006.

BARONE, Rosa ELISA Mirra. **Políticas Públicas para Acesso ao Ensino Superior e Inclusão no Mundo do Trabalho**. Doutora em Educação Universidade Bandeirante de São Paulo – UNIBAN. Disponível em: <<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/182.pdf>>. Acesso: 20/11/2014

BARROSO, Helena Maria; FERNANDES, Ivanildo Ramos. **Mantenedoras educacionais privadas: histórico, organização e situação jurídica**. Observatório Universitário. Documento de trabalho n.67. Junho de 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos** -Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar- ed, 2004

BERKENBROCK, Rafael Fsc. Gestão de Escolas Confessionais Católicas Frente à Nova Lei da Filantropia. **Revista Conhecimento E Diversidade** 3.ed. 2010.2. Indd - 121 Disponível em: <http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/conhecimento_diversidade/article/view/514/375>. Acesso em 20/08/2013.

BORTOLUZZI, Otavio. **Documentário**. 2.ed. Porto Alegre: Gráfica Dom Bosco, 1996.

BRASIL. Lei nº. 12.101, de 27 de novembro de 2009. Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de

contribuições para a seguridade social; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 nov. 2009. 1880 da Independência e 1210 da República

_____. Lei nº. 9.870, de 23 de novembro de 1999. Dispõe sobre o valor total das anuidades escolares e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 nov. 1999. 1780 da Independência e 1110 da República.

_____. **LEIS DE DIRETRIZES E BASE DA EDUCAÇÃO NACIONAL-LDB**, Brasília, 1996.

BRUNSVICK, Yves; DANZIN, André (Org). **Naissance d'une civilization**. Paris: Unesco; 1998. p.15.

CAPRA, Fritjoj. **O ponto de Mutaçãõ**. (Traduçãõ: Alvaro Cabral) - São Paulo: Cultrix, 2006.

CANDACE, LESSA ROSSETTI **O futuro da filantropia no Brasil** Diretora do Programa Brasildo Instituto Synergos 9 de janeiro de 2006. Disponíveis em: <http://www.gife.org.br/artigos_reportagens_conteúdo11794>. Acesso em: 28/08/2013

CEBAS, Educação- **Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área de Legislação- Lei 12.101/90**. Disponível em: <cebas.mec.gov.br/images/pdf/cartilha_cebas_web.pdf>. Acesso em 20/11/2014

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA. (Org) Rossato. **Cartas e Documentos de Barbara Maix**. Ática Impressora -1982.

CONFERENCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL (CRB/RS.) Porto Alegre –RS. **História da Vida Religiosa do Brasil**. (Org) Guareschi. Suliani editografia- 2007

CNBB. **Análise de Conjuntura**. 2014-11- CP - Conselho Permanente Ampliado– XXª Reunião Brasília - DF, 26 a 28 de Agosto de 2014. Disponível em: <<file:///C:/Users/Lenovo/Downloads/analise%20de%20conjuntura%20Agosto%202014.pdf>>.

CORTELLA, Mário Sergio, **Qual é tua obra?:** Inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética. 6ª Ed. Petrópolis- RJ, Vozes: 2009

DALLABRIDA, Norberto. **Das escolas paroquiais às PUCs:** república, recatolicização e escolarização. In: STEPHANOU, Maria, BASTOS, Maria Helena Câmara. Histórias e memórias da educação no Brasil: século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. v. III. p.77-86.

DEMO, Pedro. **Educação e desenvolvimento:** mito e realidade de uma relação possível e fantasiosa Campinas: Papirus, 1999

DRUCKER, Peter. **Administração de Organizações Sem Fins Lucrativos** - princípios e práticas. São Paulo: Pioneira, 1994.

DREHER, Martins N. **Breve historiado ensino privado gaúcho**. SINEP. São Leopoldo: Oikos, 2008.

DIAS, Reinaldo. **Políticas públicas**: princípios, propósitos e processos. Reinaldo Dias, Fernando Mattos. São Paulo: Atlas, 2012

ESCORSIM, Silvana Maria. **A filantropia no Brasil**: entre a caridade e a política de assistência social. IN: Revista Espaço Acadêmico nº 86, 2008. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/086/86escorsim.htm>>. Acesso em: 20/08/2013.

EVANGELISTA; SHIROMA: **Professor**: protagonista e obstáculo da reforma. Educ. Pesqui. vol.33 nº.3. São Paulo Sept./Dec.2007. Universidade Federal de S.C.

FALCONER, Andrés P.; VILELA, Roberto. **Recursos Privados para Fins Públicos**: As Grantmakers Brasileiras. São Paulo: Fundação Petrópolis, 2001.

FERNANDES, Rubens. C. **Privado porém público**: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

FILHO, L. S. Lopes. **Como tornar uma empresa competitiva e globalizada**. São Paulo: Makron Books do Brasil, Ltda, 2000.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FÍGARO, Roseli (org.). **Gestão da Comunicação no mundo do trabalho, educação, terceiro setor e cooperativismo**. São Paulo: Atlas, 2005.

FRANCISCO, Jorge Mario Bergoglio (Papa). Documento. **Alegria do Evangelho**. Documento Evangelii Gaudium, nº 59 1. ed. São Paulo, 2013

GADOTTI, Moacir. **Educação Integral no Brasil**: inovações em processo São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GHILARDI, Wanderlei José, CERETTA, Paulo Sérgio. **Revista Eletrônica de Contabilidade**. Os equívocos legais da filantropia. Vol. 1, n. 1, 2004. p. 49-70, set-nov. Universidade Federal de Santa Maria, 2004.

GEDUC 2011 - **IX Congresso Brasileiro de Gestão Educacional & I Congresso Internacional de Gestão**. Disponível em: <www.humus.com.br/news/gestao_educacional23.htm>. Acessado em 7/11/2014.

GESET. **Gerência de Estudos Setoriais** –. Cláudia Soares Costa – gerente. Gabriel Rangel Visconti - economista. Apoio. Ana Lúcia de Avellar – AS/GESIS. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/relato/social01.pdf>. Acesso em: 19/08/2013.

GOMES, Ana Lúcia. **A nova regulamentação da filantropia e o marco legal do terceiro setor**. In: Serviço Social & Sociedade. Nº 61. Ano XX. São Paulo: Cortez, 1999. P. 91-108.

GIL, Antonio Carlos. **Gestão de pessoa: enfoque nos papéis profissionais**. 1. ed. reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

GIDDENS, Anthny. **As Competências da Modernidade**. Ttradução: Raul Fiker, - São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1991/ SP.

HADDAD. S (Org) **Banco Mundial, OMC e FMI: O impacto das políticas educacionais**. São Paulo: Cortez,2008

IRMÃS DO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA. **Projeto Educativo –ICM**. (Org) Tiele, Porto Alegre. Setor Educação- 2010-2015.

MARCHESI, Álvaro. **Educação na América Latina: Análise de Perspectivas**, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 4. ed. São Paulo:Atlas, 1999.

MEREGE, Luiz Carlos. **Sustentabilidade das Organizações do Terceiro Setor**. IN:

MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

METZLER, Ana Maria Carvalho. **Relações entre os poderes políticos e religiosos na construção de representações identitárias de instituições de ensino superior de confessionalidade católica**. Tese (doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2011.

MÉZÁROS, Isván ,1930. **O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico**. (Tradução: Ana Cotrim, Vera Cotrim) - São Paulo: Boitempo -2007.

_____.1930. **A Educação para Além do Capital**. (Tradução: IsaTavares) - São Paulo: Boitempo -2008

MINAYO, M.C. de S. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002

MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

PERONI, V. M. V. **A relação público/privado** e na educação novos elementos para o debate. São Paulo: Xamã, 2008.

PETRELLI, Cristina Melim. **Entidades filantrópicas e a contabilidade**: aspectos conceituais e legais. CRCSC & Você Florianópolis v. 3, n. 5 – p. 17-27. CRCSC, 2003.

Plano Nacional da Educação (2014-2024). Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília: Senado federal. Disponível em: <<http://fne.mec.gov.br/images/doc/pne-2014-20241.pdf>>. Acesso em 20/10/2014.

SADER, Emir. **A transição no Brasil**: da ditadura à democracia? São Paulo: Atual, 1990.

SANTANA, Ângela. A reforma do Estado no Brasil: estratégias e resultados. In: Congreso internacional del CLAD. **La reforma del estado y de la administración pública**, 7, Lisboa, Portugal, 8-11 out.2002. p. 1 -8.

SANDRINI, Marcos. Para sempre! **O compromisso Ético do Educador**. Petrópolis, R.J: Vozes, 2007

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2000.

SEBRAE/ Políticas Públicas: **conceitos e práticas** / supervisão por Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral; coordenação de Ricardo Wahrendorff Caldas – Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

SENGE, Peter M. **A quinta disciplina**: arte e prática da organização que aprende. Tradução. OP – traduções e consultoria; Zumble. Aprendizagem organização -20. ed. Rio de Janeiro. 2005.

SPOSATI, Aldaíza. **Desafios para fazer avançar a política de Assistência Social no Brasil**. In: Serviço Social & Sociedade. Nº 68. Ano XXII. São Paulo: Cortez, 2001.

SHIROMA, Eneida Oto. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DO & A, 2004.

SILVA, Maria Abadia. **Intervenção e consentimento**: a política educacional do Banco Mundial. Campinas, SP: Autores associados, Fapesp, 2002.

SILVA, Sidey. **Democracia, Estado e educação: uma contraposição entre tendências.** Revista brasileira e administração da educação (RBPAE),v.26,n.1.Porto Alegre: AMPAE, 2010.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena (orgs) -**Histórias e Memórias da Educação no Brasil.** Vol. III- Petrópolis, RJ: Vozes, 2005

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade.** Revista AATR, 2002. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>. Acesso em: 31/12/2013

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Para onde vai o professor?** Resgate como sujeito de transformação, 10 ed. 2003 São Paulo: Libertad, Sobre o Papel da Supervisão Educacional/ Coordenação Pedagógica. In: Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula, 11 ed. ano2001

VERONEZE, Renato Tadeu. **Assistência Social Enquanto Política Pública: Na Luta Da Separação Do Assistencialismo e da Filantropização.** **Revista de Trabajo Social – FCH – UNCPBA**, Año 4 - Nº 6, Diciembre de 2011

VEJA, Edição especial, dezembro 2001- **Guia da filantropia, Pioneiros do bem.** Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/especiais/filantropia/sumario.html>>. Acesso em 23/08/2014.